

**MINISTÉRIO DO TURISMO**  
**Secretaria Nacional de Políticas de Turismo**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**MARÇO/2013**  
**MINISTÉRIO DO TURISMO**  
**Secretaria Nacional de Políticas de Turismo**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Resoluções TCU nºs 234/2010 e 244/2011, das Decisões Normativas TCU nºs 119/2012, 121/2012 e 124/2012, e da Portaria-TCU nº 150/2012, além das orientações do órgão de controle interno (CGU).**

Brasília, 03/2013



## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS PRINCIPAIS .....</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>8</b>
<b>ITEM 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL .....</b>	<b>9</b>
1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	9
1.2 – FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE .....	10
1.3 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL .....	13
1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS .....	15
1.6 – PRINCIPAIS PARCEIROS .....	15
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>ITEM 2 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....</b>	<b>18</b>
2.1 – PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	18
2.2 – ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....	19
2.3 – EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES .....	21
2.4 – INDICADORES .....	24
<b>ITEM 3 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....</b>	<b>25</b>
3.2 – AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	25
<b>ITEM 4 – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....</b>	<b>27</b>
4.1 – INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ .....	27
4.1.1 <i>Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....</i>	<i>27</i>
4.1.2 <i>Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....</i>	<i>28</i>
4.1.3 <i>Informações sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....</i>	<i>31</i>
4.1.4 <i>Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....</i>	<i>37</i>
4.1.5 <i>Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ..</i>	<i>55</i>
4.1.6 <i>Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ .....</i>	<i>55</i>
4.2 – INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA.....	56
4.2.1 <i>Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ .....</i>	<i>56</i>
4.2.3 <i>Movimentação de Créditos Interna e Externa .....</i>	<i>56</i>
4.2.4 <i>Execução Orçamentária da Despesa .....</i>	<i>59</i>
4.2.4.2 <i>Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação .....</i>	<i>59</i>
4.2.4.2.1 <i>Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....</i>	<i>59</i>
4.2.4.2.2 <i>Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação .....</i>	<i>59</i>
4.2.4.2.3 <i>Análise Crítica .....</i>	<i>62</i>
<b>ITEM 5 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....</b>	<b>63</b>
5.2 – PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	63
5.2.1 <i>Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores .....</i>	<i>63</i>
5.2.2 <i>Análise Crítica .....</i>	<i>63</i>
5.3 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS .....	64
5.3.1 <i>Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício .....</i>	<i>64</i>
5.3.2 <i>Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios .....</i>	<i>65</i>
5.3.3 <i>Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes .....</i>	<i>65</i>
5.3.4 <i>Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....</i>	<i>65</i>
5.3.5 <i>Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse .....</i>	<i>66</i>
5.3.6 <i>Análise Crítica .....</i>	<i>67</i>

<b><u>ITEM 6 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS</u></b>	<b>69</b>
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	69
6.1.1 <i>Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada</i> .....	69
6.1.2 <i>Qualificação da Força de Trabalho</i> .....	69
6.1.2.1 <i>Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade</i> .....	70
6.1.2.2 <i>Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade</i> .....	70
6.1.3 <i>Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada</i> .....	72
6.1.7 <i>Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação</i> .....	74
6.1.7.1 <i>Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC</i> .....	74
6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	75
6.2.4 <i>Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada</i> .....	76
<b><u>ITEM 7 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO</u></b>	<b>79</b>
7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	79
7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO .....	79
<b><u>ITEM 8 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO</u></b>	<b>81</b>
8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	81
<b><u>ITEM 9 - GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</u></b>	<b>84</b>
9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	84
9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA .....	85
<b><u>ITEM 10 - CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS</u></b>	<b>86</b>
10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO .....	86
10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93 .....	87
10.3.1.1 <i>Análise Crítica</i> .....	88
10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONS .....	89
<b><u>ITEM 11 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS</u></b>	<b>91</b>
11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO .....	91
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	91
<b><u>ITEM 3 – PARTE B – DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA</u></b>	<b>93</b>
<b><u>ITEM 38 – PARTE B – INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AOS TERMOS DE PARCERIA</u></b>	<b>94</b>
50.1 AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	94
50.2 VALORES REPASSADOS EM RAZÃO DE TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS .....	95
50.3 ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DOS TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS .....	95
50.4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A PARCERIA.....	96
<b><u>RESULTADOS E CONCLUSÕES</u></b>	<b>99</b>
<b><u>ANEXOS</u></b>	<b>100</b>

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS PRINCIPAIS**

ACT - Atividades Características do Turismo

AECI – Assessoria Especial de Controle Interno

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

Cadastur – Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas do setor do turismo

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CGAC – Coordenação Geral de Apoio a Comercialização

CGAP – Coordenação Geral de Análise de Projetos

CGCV - Coordenação-Geral de Convênios

CGEP – Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas

CGGP – Coordenação Geral de Gestão e Planejamento

CGIG – Coordenação Geral de Informações Gerenciais

CGIN – Coordenação Geral de Informação Institucional

CGMA – Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação

CGMC – Coordenação Geral de Monitoramento, Fiscalização e Avaliação de Convênios.

CGMO – Coordenação Geral de Marketing On-line

CGMP – Coordenação Geral de Marketing e Publicidade

CGPOF - Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças

CGQT – Coordenação Geral de Qualificação de Serviços Turísticos

CGRG – Coordenação Geral de Regionalização

CGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

CGRM – Coordenação Geral de Relações Multilaterais

CGRS – Coordenação Geral de Relações Sulamericanas

CGSG – Coordenação Geral de Segmentação

CGTSI – Coordenação Geral de Turismo Sustentável e Infância

CGU – Controladoria Geral da União

CIFAT - Comitê Interministerial de Facilitação Turística

CNT - Conselho Nacional de Turismo

D.O.U – Diário Oficial da União

DEAOT - Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico

DEPES - Departamento de Estudos e Pesquisas

DGE – Diretoria de Gestão Estratégica

DGI – Diretoria de Gestão Interna  
DPMKN - Departamento de Promoção e Marketing Nacional  
DRELT - Departamento de Relações Internacionais do Turismo  
Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo  
FORNATUR - Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo  
Frontur - Programa Turismo de Fronteiras  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
MTur – Ministério do Turismo  
NBC – Norma Brasileira de Contabilidade  
NC – Nota de Crédito  
OCI – Órgão de Controle Interno  
OMT - Organização Mundial de Turismo  
PGTur - Plataforma de Gestão do Turismo  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PPA - Plano Plurianual  
PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais  
RIO+20 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável  
SBClass - Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse  
SNPTur - Secretaria Nacional de Políticas de Turismo  
SNRHos - Sistema Nacional de Registro de Hóspedes  
STN – Secretaria do Tesouro Nacional  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TP – Termo de Parceria  
UF – Unidade da Federação  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária  
WTTC – World Travel & Tourism Council

## LISTA DE QUADROS

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ (RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL).....	9
QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	25
QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO.....	27
QUADROS A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	28
QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	31
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	37
QUADRO A.4.5 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO.....	55
QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	55
QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ.....	56
QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	56
QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	59
QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	59
QUADRO A.5.2 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	63
QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	65
QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE.....	65
QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	66
QUADRO A.5.7 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.....	66
QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	69
QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	69
QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	70
QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	70
QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	72
QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007).....	74
QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007).....	74
QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC.....	74
QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	76
QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	76
QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	78
QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	79
QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.....	79
QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.....	80
QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	81
QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	84
QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	85
QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	86
QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	86
QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	87
QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	89
QUADRO A.11.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETAM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	91
QUADRO B.38.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO.....	94
QUADRO B.38.3 – DADOS AGREGADOS DOS TERMOS DE PARCERIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA.....	95
QUADRO B.38.5 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO.....	95
QUADRO B.38.6 – DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA.....	96
QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIOS DE REFERÊNCIA.....	100

## ITEM 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

### 1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ (RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL)

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Turismo		Código SIORG: 72084	
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
Denominação Completa: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo			
Denominação Abreviada: SNPTur			
Código SIORG: 73565		Código LOA: 54101	Código SIAFI: 540006
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 05.457.283/0007-04	
Principal Atividade: Regulação das Atividades Econômicas		Código CNAE: 8413-2	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2023-7702	(061) 2023-7703	(061) 2023-7754
Endereço Eletrônico: <a href="mailto:snptur@turismo.gov.br">snptur@turismo.gov.br</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.turismo.gov.br">http://www.turismo.gov.br</a>			
Endereço Postal: Ministério do Turismo/Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º Andar, Gabinete – CEP: 70.05-900 – Brasília/DF			
<b>Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei 10.683/03 (D.O.U de 29/05/2003)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria 109-B/05 (D.O.U de 24/10/2005) (Regimento Interno)			
Decreto 6.222/07 (D.O.U de 04/10/2007 – Ed. Extra)			
Decreto 6.546/08 (D.O.U de 26/08/2008)			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Programa de Regionalização - Módulos Operacionais			
Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores			
Cadernos e Manuais de Segmentação			
Cartilha de Acompanhamento, Fiscalização e avaliação de Convênios			
Guia “Viaje Legal”			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI		Nome	
540004		Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	
540012		Coordenação-Geral de Convênios	
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI		Nome	
00001		Recursos do Tesouro Nacional	
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	

540004	00001
540012	00001

## 1.2 – FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur é um órgão específico singular, hierarquicamente subordinado ao Ministro de Estado do Turismo. Seu papel principal é o de formular, executar e monitorar a macropolítica para o setor do turismo país em âmbito nacional, além de articular relações bilaterais e multilaterais com outras nações, visando o desenvolvimento da atividade. O órgão é auxiliado pelo Conselho Nacional do Turismo, cujas diretrizes norteiam os trabalhos do Ministério como um todo, e pela estruturação da Regionalização, para monitorar e auxiliar na elaboração de produtos e regiões turísticas com qualidade internacional de oferta turística, em cada um dos estados brasileiros. A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo também orienta e acompanha a execução de projetos de qualificação dos serviços e produtos turísticos, bem como a estruturação, diversificação, e promoção da oferta turística no país.

Além de monitorar e avaliar a execução dessa Política, a SNPTur busca implementar o modelo de gestão descentralizada do turismo nas suas dimensões gerencial e territorial, alinhando as ações do Ministério do Turismo (MTur) com o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 Unidades da Federação.

A Secretaria é ainda responsável pela promoção do turismo interno, por meio do apoio à realização de eventos que fomentem a atividade turística pelo país, bem como por meio da criação de campanhas para ampliação das viagens domésticas, e para incentivar o brasileiro a incluir o turismo em sua cesta de consumo.

Constitui também atribuição da Secretaria, a articulação com organismos e instâncias nacionais e internacionais de turismo, bem como a realização de pesquisas sobre experiências internacionais referenciais em Gestão do Turismo, promovendo acordos multilaterais e bilaterais de trânsito de informações, visando o desenvolvimento do turismo nacional.

As atividades/competências da SNPTur estão formalmente definidas pelo artigos 8º a 13º do Decreto 6.546, de 25 de agosto de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 26 de agosto de 2008, e estão listadas abaixo:

Art. 8º À Secretaria Nacional de Políticas de Turismo compete:

- I - formular, elaborar e monitorar a Política Nacional de Turismo, de acordo com as diretrizes propostas e os subsídios fornecidos pelo Conselho Nacional de Turismo;
- II - analisar e avaliar a execução da Política Nacional de Turismo;
- III - conceber instrumentos e propor normas para a implementação da Política Nacional de Turismo;
- IV - coordenar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Turismo;
- V - elaborar e avaliar os planos, programas, ações e projetos do Ministério, como também subsidiar a elaboração destes instrumentos pelas demais unidades;
- VI - conceber as diretrizes para a formulação de estudos, pesquisas, análises e levantamentos de dados em âmbito nacional e internacional destinados à formulação, implementação e avaliação da Política Nacional de Turismo;
- VII - desempenhar as funções de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Turismo;

VIII - orientar, acompanhar e supervisionar a execução dos programas, ações e projetos de classificação, estruturação e diversificação da oferta turística;

IX - orientar o levantamento e a estruturação dos indicadores relativos ao turismo, com a finalidade de acompanhar a dinâmica do mercado turístico nacional e internacional e subsidiar a avaliação da implementação da Política Nacional de Turismo;

X - articular e participar de organismos e instâncias nacionais e internacionais, visando ao desenvolvimento do turismo nacional;

XI - promover a cooperação e articulação com os órgãos da Administração Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, com o setor produtivo e o terceiro setor, em seus programas, ações e projetos que interagem com os desta Secretaria ou que possam contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento do turismo nacional;

XII - promover a cooperação e articulação com os fóruns, conselhos, consórcios e entidades do turismo e afins em âmbito internacional, nacional, estadual, regional e municipal; e

XIII - promover e incentivar a realização de eventos de interesse do turismo, como também divulgar e apoiar a comercialização dos produtos turísticos brasileiros no mercado interno.

Art. 9º Ao Departamento de Planejamento e Avaliação do Turismo compete:

I - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a Política Nacional de Turismo;

II - coordenar a elaboração e avaliação do Plano Nacional de Turismo;

III - elaborar os instrumentos e normas destinados à implementação da Política Nacional de Turismo;

IV - prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho Nacional de Turismo; e

V - acompanhar a gestão descentralizada do Plano Nacional de Turismo nas ações dos conselhos e fóruns estaduais, regionais e municipais.

Art. 10. Ao Departamento de Estudos e Pesquisas compete:

I - realizar estudos, pesquisas, análises e levantamentos de dados e indicadores necessários à formulação, implementação e avaliação da Política Nacional de Turismo;

II - acompanhar a dinâmica do mercado turístico nacional e internacional com vistas a subsidiar a formulação e avaliação da Política Nacional de Turismo;

III - propor, coordenar, supervisionar e apoiar a realização de estudos, pesquisas, análises, levantamentos e sistematização de dados estatísticos sobre o setor turístico, com o objetivo de orientar as políticas públicas;

IV - criar base de dados de informações gerenciais sobre a oferta e demanda turística para apoiar a tomada de decisão pública; e

V - interagir com instituições em âmbito nacional e internacional, que possam colaborar com o aprimoramento na área de pesquisa e informação turística.

Art. 11. Ao Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico compete:

I - coordenar, acompanhar supervisionar e articular políticas, planos, programas, ações e projetos para a estruturação e diversificação da oferta turística;

II - exercer as atividades de ordenamento do setor, que compreendem legislar, classificar, cadastrar e fiscalizar serviços e empreendimentos turísticos;

III - apoiar o planejamento de programas e projetos no âmbito da Administração dos Estados, Distrito Federal, de Municípios e de microrregiões que contribuam para o fortalecimento e desenvolvimento sustentável da atividade turística;

IV - subsidiar a formulação e o gerenciamento de políticas, planos, programas, ações e projetos para o ordenamento e desenvolvimento do turismo e de seus segmentos no âmbito local, regional, estadual e nacional, promovendo a inserção da temática social, ambiental e cultural;

V - subsidiar a formulação de políticas, atos normativos, regulamentares e de fiscalização para o ordenamento dos serviços turísticos e da atividade turística em geral; e

VI - criar e gerenciar instrumentos e mecanismos de comunicação, estabelecendo redes de informação e relacionamentos para subsidiar a implantação do Plano Nacional do Turismo e fortalecer a atividade turística.

Art. 12. Ao Departamento de Relações Internacionais do Turismo compete:

I - apoiar, planejar, coordenar e acompanhar a celebração de acordos e instrumentos de cooperação técnica internacional;

II - apoiar, planejar, coordenar, desenvolver atividades e acompanhar a atuação e participação do Ministério do Turismo em fóruns e organismos internacionais de interesse do turismo nacional e em consonância com a política externa do País;

III - apoiar, planejar, coordenar, acompanhar e promover estudos e iniciativas com vistas a subsidiar a atuação do Ministério e do governo brasileiro nas negociações de acordos comerciais bilaterais, regionais e multilaterais que tratem de produtos e serviços turísticos;

IV - apoiar, planejar, coordenar e acompanhar a articulação com os demais órgãos e instituições governamentais com atuação no cenário internacional; e

V - pesquisar, identificar, analisar e divulgar novas práticas de desenvolvimento e gestão do turismo, realizadas no âmbito internacional, visando aprimorar a qualidade e competitividade do turismo brasileiro.

Art. 13. Ao Departamento de Promoção e Marketing Nacional compete:

I - propor, apoiar, planejar, coordenar, acompanhar e executar as ações e projetos de marketing, promoção, propaganda, apoio à comercialização e divulgação do turismo brasileiro no mercado nacional;

II - apoiar, planejar, coordenar e acompanhar os programas de promoção e divulgação de eventos e dos produtos turísticos brasileiros no mercado nacional; e

III - apoiar, planejar, coordenar e acompanhar a promoção e divulgação de produtos associados ao turismo no mercado nacional.

Além dessas atividades/competências, a SNPTur assumiu, via delegação de competência, em 05 de março de 2012, por meio da Portaria 107 de 29 de fevereiro de 2012, as funções correlatas à Coordenação-Geral do Turismo Sustentável e Infância, as quais estão definidas no inciso VI do art 3º do Decreto 6.546, de 25 de agosto de 2008: “VI - exercer ações relacionadas ao Programa de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”.

Objetivos estratégicos da UJ para o exercício de 2012 e síntese de realizações:

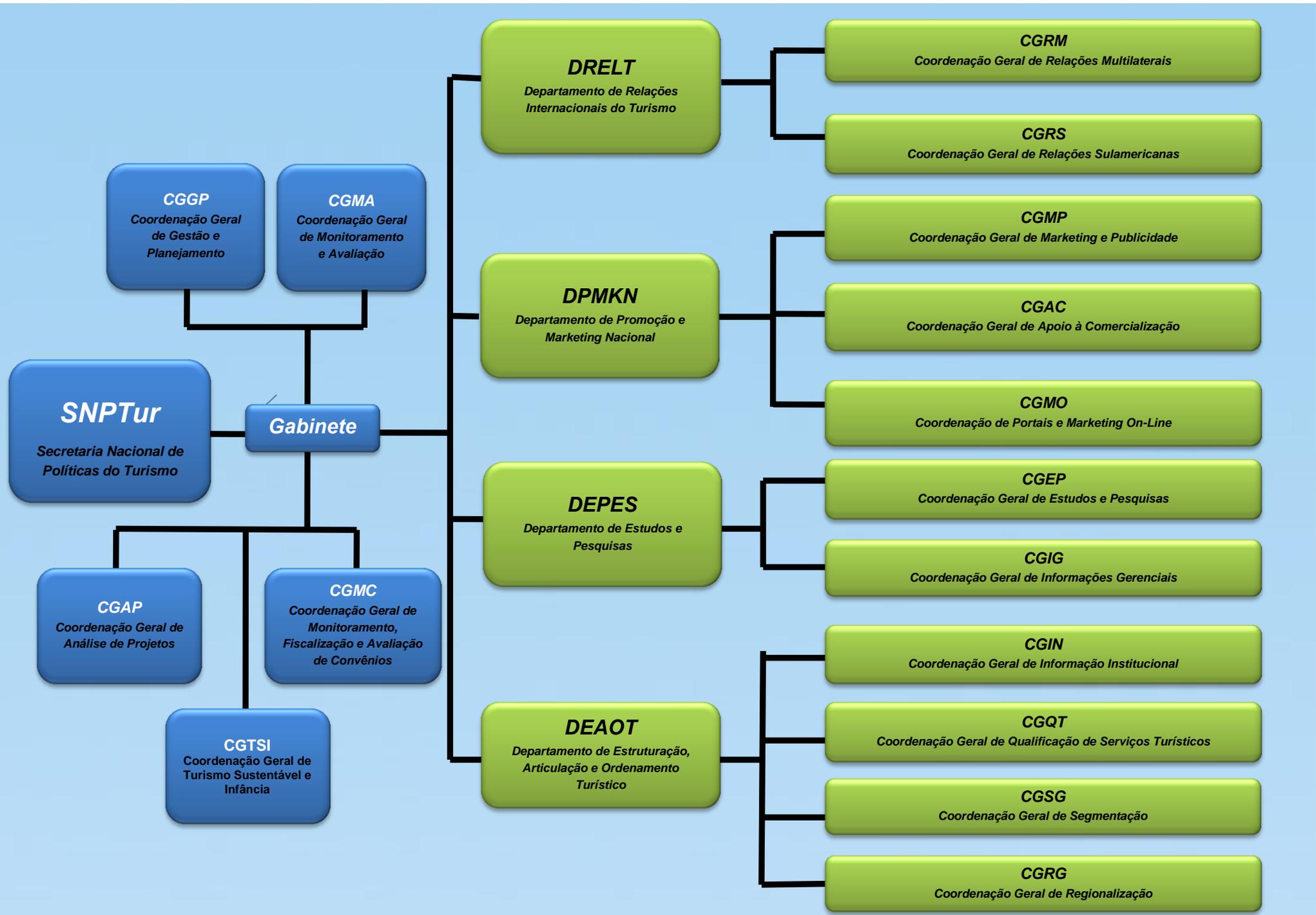
Quanto aos objetivos estratégicos da SNPTur para o exercício de 2012, os mesmos estão descritos no item 2.1 – Planejamento das ações da UJ, assim como as realizações da UJ, de forma mais detalhada.

Sinteticamente, e antecipando os conteúdos dos próximos itens, as principais realizações de gestão da UJ são:

- Ações de investimento em promoção do turismo no mercado interno, relevante atividade desempenhada por esta Secretaria;
- Implementação da Política Nacional de Turismo, por intermédio da Gestão Descentralizada e das orientações do Programa de Regionalização do Turismo;
- Elaboração de importantes estudos e pesquisas conjunturais e estruturais da atividade turística, consubstanciando um amplo Sistema de Informações Turísticas;
- Fortalecimento das atividades regulamentares previstas na Lei Geral do Turismo como, por exemplo, a normatização da Classificação Hoteleira e a Ficha de Registro de Hóspedes, oficialmente adotadas pelo País; e
- Elaboração de Planejamento Estratégico do Setor Turismo para o quadriênio de 2012-2015.

### **1.3 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL**

O organograma funcional da UJ foi alterado em 2011 em função de remanejamento de cargo solicitado pela Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento. Neste sentido, as Coordenações-Gerais de Planejamento e Gestão e de Monitoramento e Avaliação passaram a estar vinculadas administrativamente ao Gabinete da UJ. Além dessa alteração, em março de 2012 a SNPTur assumiu, via delegação de competência, as funções correlatas à Coordenação-Geral do Turismo Sustentável e Infância, como mostrado abaixo.



Como demonstrado no organograma acima, a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo é composta por 4 Departamentos Finalísticos. De forma sintética, o Departamento de Promoção e Marketing Nacional é responsável pela divulgação de campanhas e outras formas publicitárias, visando estimular o brasileiro a viajar mais por seu País. Trata também de ações de apoio à comercialização junto ao trade turístico, tendo em última análise o mesmo objetivo de incrementar o fluxo turístico brasileiro.

O Departamento de Estudos e Pesquisas é responsável pelos estudos, pesquisas e compilações de dados referentes à atividade turística no País. Estes documentos atingem tanto a vertente conjuntural do turismo (conjuntura econômica dos setores e atividades características do turismo) como a estrutural (dados de oferta e demanda turística).

Já o Departamento de Relações Internacionais do Turismo ocupa-se principalmente das relações multilaterais e bilaterais em Turismo, buscando novas experiências internacionais no setor, bem como a discussão de soluções conjuntas para temas comuns aos países, como por exemplo, turismo de fronteira. Por fim, o Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico tem, dentre suas principais funções: o desenvolvimento do turismo de forma regionalizada, em torno de produtos turísticos em comum; a segmentação dos diferentes produtos turísticos (Sol e Praia; Ecoturismo; Turismo de Negócios; etc); e as atividades de ordenamento e normatização turística (Metodologia de classificação hoteleira; Cadastramento e fiscalização de prestadores de serviços turísticos; etc)

Neste sentido, os principais Macroprocessos da SNPTur, a serem descritos nos itens 1.4 e 1.5, buscam como principais produtos: Campanhas Realizadas; Estudos realizados; Segmentos turísticos incentivados; Prestadores de serviços cadastrados; Missões realizadas; Meios de hospedagem classificados; e Eventos apoiados.

#### **1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS**

Para fins desta sessão, os macroprocessos desta UJ foram definidos de acordo com objetivos estratégicos existentes no Mapa Estratégico do Ministério do Turismo, sendo que cada objetivo representa um macroprocesso.

O mapeamento desses macroprocessos foi feito em parceria com o Escritório de Processos da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério do Turismo. De acordo com o Mapa Estratégico do Ministério do Turismo, existem 6 objetivos estratégicos finalísticos, gerando assim os 6 macroprocessos finalísticos a seguir: “Conhecer o turista, o mercado e o território”; “Promover os produtos turísticos”; “Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos”; “Estruturar os destinos turísticos”; “Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística”; e “Fortalecer a gestão descentralizada, as parcerias e a participação social”

A gestão desses Macroprocessos foi feita mediante sua subdivisão em “Iniciativas” do Mapa Estratégico. Mais detalhes sobre as iniciativas estão descritas nos itens 2.1 – Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada e 2.3 – Execução do Plano de Metas e de Ações, do presente Relatório.

#### **1.6 – PRINCIPAIS PARCEIROS**

Os principais parceiros internos da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, no âmbito do órgão Ministério do Turismo (UG 54101) são as outras Unidades Jurisdicionadas, individuais, consolidadas ou agregada, definidas pelo Tribunal de Contas da União, quais sejam: Secretaria-Executiva e suas subunidades; Gabinete do Ministro; Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo; e Coordenação-Geral de Convênios.

As interações com a Secretaria-Executiva se dão primordialmente por meio das Diretorias de Gestão Estratégica (DGE) e de Gestão Interna (DGI), em temas orçamentários e de gestão de contratos, convênios e termos de parceria. No caso do Gabinete do Ministro e da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, as interações se dão por meio do apoio às políticas públicas definidas por cada uma dessas UJ's, ou elaboradas em conjunto.

Quanto aos principais parceiros externos ao órgão Ministério do Turismo (UG 54101), que participam e contribuem com os macroprocessos finalísticos e a formulação das políticas públicas no Setor, tem-se: a Embratur, como autarquia vinculada; além de Fóruns permanentes como o Conselho Nacional do Turismo – CNT; o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur; e o Comitê Interministerial de Facilitação Turística – CIFAT. Além dessas instituições, outros parceiros são as instituições estaduais e municipais, públicas ou privadas, com as quais a UJ formaliza seus convênios, termos de parceria e contratos, para objetos específicos.

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão, referente às atividades desempenhadas pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo – SNPTur no ano de 2012, está estruturado de acordo com os itens propostos nos Anexos das Decisões Normativas TCU nºs 119/2012 e 121/2012, e da Portaria TCU nº 150/2012.

Como previsto pelos normativos do Tribunal de Contas da União, além das informações definidas nos Quadros de relacionamento entre UJ's e conteúdos das DN's 119/2012 e 121/2012, e da Portaria TCU 150/2012, alguns itens (e seus respectivos quadros) da referida DN não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada, ou não há ocorrências, quais sejam: 3.1; 3.3; 3.4; 3.5; 4.2.2 e *Subitens*: 4.2.4.1, 4.2.4.1.1, 4.2.4.1.2; 4.2.4.2.2; 10.2; 5.1; 5.4 e seus *subitens*; 5.5 e seus *subitens*; 5.6; 6.1.1.1; 6.1.2.2; 6.1.4 e seus *subitens*; 6.1.5; 6.1.6; 6.1.7.2; 6.1.7.3; 6.1.8; 6.2.1; 6.2.2; 6.2.3; 8.2; 10.1.3; 10.1.4; 10.2; 11.3; 11.4; 11.5; 11.6; além de todos os Itens da Parte B, exceto o Item 38 – *Informações sobre Termos de Parceria*.

Além dos itens e subitens citados, alguns quadros previstos pela Portaria TCU nº 150/2012 também não se aplicam ao Relatório da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, por não se aplicarem às atividades desempenhadas pela UJ ou, por normativamente, terem informações a serem tratadas e justificadas especificamente por outras UJ's deste Ministério do Turismo, ou ainda por não existirem ocorrências no exercício. São eles: A.1.2; A.1.3; A.1.4; *Item 1.5*; A.3.2; A.3.3; A.3.4; A.4.8; A.4.9; A.4.10 A.4.12; A.4.13; A.4.15; A.5.8 a A.5.12 a A.5.24; A.5.25; A.6.2; A.6.7; A.6.8; A.6.12; A.6.13; A.6.14; A.6.15; A.6.16; A.10.3; A.10.4; A.11.3; A.11.4; e todos os quadros da Parte B do Relatório, exceto os quadros B.38.1; B.38.3; B.38.5 e B.38.6.

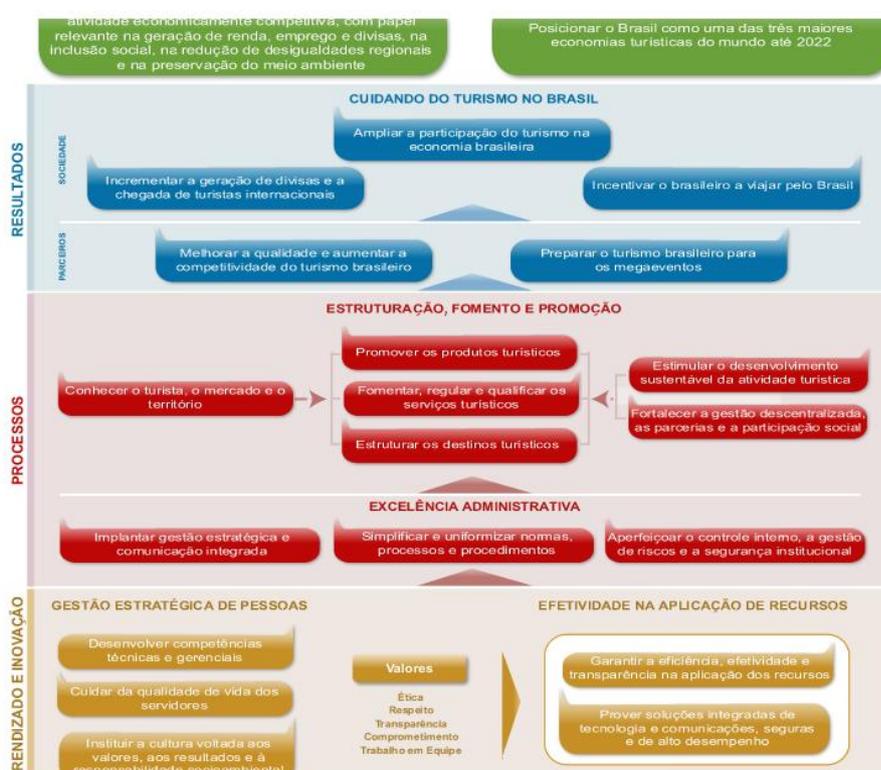
Em relação aos itens 6.2.4; 6.2.5; 6.2.6; 7.2.1; 7.2.3; 9.1; 11.1.1; e aos quadros A.6.17; A.6.18; A.6.19; A.7.1; A.7.2; A.7.3; A.9.1; e A.9.2, é importante salientar que se tratam de informações pertinentes à totalidade do Ministério do Turismo, tendo em vista que suas subdivisões por UJ tornariam os dados sem usuabilidade, ou mesmo não seriam passíveis de subdivisão pelas UJ's.

Por fim, como previsto nas orientações das DN's TCU 119/2012 e 121/2012; e Portaria TCU nº 150/2012, itens subsequentes do Relatório (sobretudo a sessão “*Objetivos Estratégicos da UJ e síntese de realizações*” e o *Item 2 – “Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade Jurisdicionada*”) trazem os principais resultados da UJ no exercício.

## ITEM 2 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

### 2.1 – PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

No ano de 2012, foi definido o Plano Estratégico do Ministério do Turismo para o período 2012-2015. Este planejamento é representado graficamente por um Mapa Estratégico, dividido em 3 dimensões: “Aprendizado e Inovação”; “Processos”; e “Resultados”. Cada uma destas dimensões é subdividida em objetivos e estes, por sua vez, em iniciativas. Todo o processo é guiado para alcance da Missão e Visão definidas respectivamente como: “Desenvolver o turismo sustentável brasileiro como uma atividade economicamente competitiva, com papel relevante na geração de renda, emprego e divisas, na inclusão social, na redução de desigualdades regionais e na preservação do meio ambiente”; e “Posicionar o Brasil como uma das 3 maiores economias turísticas do mundo até 2022”.



O Plano, em consonância com as responsabilidades e competências regimentais do MTur e Embratur, engloba todos os setores destes órgãos. Além disso, também guarda vínculo com o Plano Plurianual do Governo Federal, por meio das Ações Orçamentárias que custeiam cada iniciativa, bem como pelo mesmo período de referência destes Planos: 2012 a 2015. Outra convergência existe entre os objetivos da dimensão “Resultados”, com os objetivos definidos no Programa Temático 2076 – Turismo, constante do PPA.

Especificamente em relação ao posicionamento da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo dentro do PPA, o planejamento engloba, além do referido Programa Temático, a) O objetivo 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro; b) O objetivo 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil; c) O objetivo 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil; e d) Um conjunto de 17 Ações Orçamentárias definidas na Lei Orçamentária Anual.

A síntese das realizações alcançadas, bem como o detalhamento dos objetivos e ações citados serão detalhados na sessões 2.3 – Execução do Plano de Metas ou de Ações; 2.4 – indicadores; 4.1.2 Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ; e 4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.

## **2.2 – ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

Quanto às estratégias operacionais de implementação da Política Nacional do Turismo, desde a criação do Ministério do Turismo, foi concebido um modelo de Gestão Descentralizada, como estratégia de modernização institucional, buscando democratizar a gestão pública, por meio da estruturação, qualificação e fortalecimento da base organizacional pública e privada do turismo.

Esse modelo de gestão propõe a constituição de um Sistema Nacional de Gestão do Turismo no país composto por um núcleo estratégico de âmbito nacional, formado pelo Ministério do Turismo, pelo Conselho Nacional de Turismo e pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo.

O Conselho Nacional de Turismo é um órgão colegiado com a atribuição de assessorar o Ministro de Estado do Turismo na formulação e aplicação da Política Nacional de Turismo e dos planos, programas, projetos e atividades derivados. Esse Conselho é formado por 71 representantes de instituições públicas, entidades privadas, sociedade civil organizada e indicações da Presidência da República, entre brasileiros de notório saber na área de turismo.

No âmbito do Conselho, a organização é feita segundo categorias de atividades e apoiado por câmaras temáticas que tem por objetivo identificar oportunidades e discutir questões específicas do turismo.

O Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo - FORNATUR é um órgão colegiado, constituído pelos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo das 27 Unidades da Federação, que tem como função no processo de gestão descentralizada auxiliar no apontamento de problemas e soluções, concentrando as demandas oriundas dos estados e municípios.

Completam a rede de gestão descentralizada os Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo, formados por representantes do setor público, incluindo representantes dos municípios e regiões turísticas, da iniciativa privada e do terceiro setor, além de outras entidades de relevância estadual vinculadas ao turismo. O objetivo é integrar os agentes da cadeia produtiva do turismo em cada uma das 27 Unidades da Federação.

No nível intermediário da gestão descentralizada, encontram-se as instâncias de representação das macrorregiões turísticas, que discutem e dispõem sobre os temas e questões relacionados ao desenvolvimento da atividade, em área de abrangência que extrapola os limites dos respectivos territórios estaduais.

Para cumprir a função de articulação em todos os elos da cadeia de relacionamento, a gestão descentralizada tem a sua ação complementada na ponta, pelas instâncias de representação regional do turismo e pelos municípios, onde a atividade turística se realiza. Nesse sentido, os municípios são incentivados a criar os conselhos municipais de turismo e organizarem-se em instâncias de representação regional, pública e privada, possibilitando a criação de ambientes de discussão e reflexão adequados às respectivas escalas territoriais, complementando, assim, o sistema nacional de gestão do turismo.

Com base na concepção da Política Nacional de Turismo, a estratégia de Gestão Descentralizada fundamenta-se nos seguintes pontos:

- Institucionalização dos canais de participação sob a forma de conselhos ou fóruns, apoiados por grupos temáticos, que proporcionam a estruturação de espaços que favorecem o estabelecimento de consensos e a tomada de decisões;
- Organização de funções e responsabilidades que passam a ser compartilhadas visando o desenvolvimento do turismo brasileiro;
- Articulação institucional nas diferentes esferas governamentais, organizações privadas e terceiro setor;
- Fortalecimento de parcerias entre os agentes públicos e privados.

Essa estratégia vem permitindo a construção de uma nova institucionalidade em favor do turismo, viabilizando a efetividade e o fortalecimento da gestão, na qual o Ministério do Turismo cumpre um papel de agente motivador e catalisador do processo em todo o País.

Ainda com relação à estratégia de atuação da gestão compartilhada do turismo no País, foi instalado, em 2011, o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, presidido pelo ministro de Turismo e formado por representantes de 16 Ministérios (da Defesa; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Integração Nacional; da Cultura; da Justiça; do Meio Ambiente; das Relações Exteriores; dos Transportes; da Educação; do Trabalho e Emprego; das Cidades; do Desenvolvimento Agrário; da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão) e Secretarias do Governo Federal (de Direitos Humanos e de Comunicação Social da Presidência da República), cujas atividades têm relação direta ou indireta com o setor turístico. Criado pela Lei do Turismo (nº 11.771/08) e regulamentado pelo Decreto nº 7.381/10, o Comitê ainda prevê o suporte de especialistas e profissionais de notório saber, indicados pelos membros do grupo.

Com relação a ações para mitigação de riscos aos objetivos da UJ, sobretudo aos objetivos contidos no PPA tais quais “Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro” e “Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil”, destacam-se as gestões que vem sendo realizadas junto ao trade turístico, visando sobretudo a redução dos custos da hotelaria e a política de preços competitivos a ser praticada sobretudo durante megaeventos. Quanto à redução dos custos, as gestões se referem a: desoneração da folha de pagamento da hotelaria prevista no Plano Brasil Maior; a previsão de aumento do prazo de depreciação acelerada de bens correlatos à atividade turística, como equipamentos para hotéis; discussões sobre a criação de zonas de tributação especial para determinadas regiões turísticas, nos moldes das Zonas de Processamento de Exportações relativas ao ramo industrial; e interlocução junto ao Ministério de Minas e Energia, para viabilizar a redução das tarifas de energia para empreendimentos hoteleiros que se comprometam a implantar modelos energéticos mais eficientes e sustentáveis. Todas estas medidas também visam em última análise reduzir os preços praticados ao consumidor final, estimulando o aumento do número de turistas e viagens realizadas.

Outro risco identificado diz respeito à ainda baixa adesão dos empreendimentos hoteleiros ao Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass). Em virtude do SBClass ter como procedimento a adesão voluntária dos meios de hospedagem, o Ministério do Turismo tem trabalhado fortemente na realização de reuniões itinerantes junto às UF’s para divulgar os benefícios da participação das redes hoteleiras. Em 2013, estas ações continuarão e a perspectiva é de que a adesão cresça consideravelmente.

Outro fator contextual em 2012 foi o contingenciamento orçamentário ao qual foi submetido o Ministério do Turismo, e conseqüentemente a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, o que

forçou inclusive a revisão de metas para algumas iniciativas previstas no Plano de Ação do Ministério, bem como orientou o processo de Revisão Anual do PPA.

### **2.3 – EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES**

Segue abaixo a relação dos principais avanços e resultados obtidos no exercício de 2012, divididos por eixos temáticos:

#### **a) Planejamento e Normatização da Gestão do Turismo:**

Em abril de 2012, o Ministério do Turismo - MTur divulgou o Planejamento Estratégico do Setor Turismo para o quadriênio de 2012-2015, bem como o Plano de Ação para o exercício de 2012, feitos em consulta às Secretarias Finalísticas do Ministério, dentre as quais a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Os atributos destes documentos guardam consonância com o PPA do Governo Federal e são compostos por um conjunto de objetivos estratégicos, iniciativas, ações, indicadores de desempenho e metas, sendo acompanhados periodicamente por meio de ferramentas de monitoramento e Reuniões de Avaliação Estratégica. Todo este Planejamento é pautado por uma desafiadora Visão de Longo Prazo: Posicionar o Brasil como uma das 3 maiores economias turísticas do mundo até 2022. Atualmente, o País está posicionado na 6ª colocação, de acordo com o World Travel & Tourism Council (WTTC).

No âmbito da normatização do repasse de recursos Federais, dois importantes normativos foram publicados. O primeiro trata-se da Portaria MTur 112/2012, e adequações posteriores, que estabeleceu novas regras e critérios de repasse de verbas para apoio aos programas e ações do Ministério. Entre outros aspectos, o texto unifica a sistemática a ser observada e, principalmente, define novos parâmetros para a realização de eventos com recursos da Pasta. O segundo normativo é a Portaria MTur 248/2012 que estabelece novas regras para os pedidos de reanálise de prestação de contas dos convênios firmados com o Ministério do Turismo. A medida pretende desburocratizar o processo e dar maior eficiência e agilidade à prestação de contas dos instrumentos de transferência voluntária.

#### **b) Regionalização, Ordenamento e Segmentação Turística:**

O Programa de Regionalização do Turismo tem como objetivos o mapeamento de regiões turísticas brasileiras e a seleção de roteiros e destinos prioritários que apresentem condições para alcançar padrão de qualidade internacional. Em 2012, o Programa estava em fase de reformulação, tendo sido realizadas avaliações com interlocutores estaduais do Programa e atores institucionais da cadeia turística. Atualmente o novo modelo encontra-se em fase de consulta pública.

Importante ação no âmbito do ordenamento e garantia de qualidade dos serviços turísticos, o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass) visa promover a concorrência justa entre os meios de hospedagem e auxiliar os turistas, brasileiros e estrangeiros, em suas escolhas. Em setembro de 2012, foram entregues as primeiras placas de identificação e certificação por meio da metodologia de estrelas. O SBClass classifica sete tipos de meios de hospedagem: hotel, flat, resort, hotel fazenda, hotel histórico, pousada e cama & café. Cada um é classificado de acordo com a infraestrutura, equipamentos e serviços oferecidos aos hóspedes. Em 2013, serão intensificadas as ações de classificação e de entrega das placas aos empreendimentos.

Outro projeto relevante para a atividade é o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes - SNRHos. O Sistema vai armazenar, em meio eletrônico, as fichas preenchidas pelos hóspedes no check-in. O

objetivo é modernizar e tornar mais eficiente o levantamento de estatísticas sobre o turismo no País, bem como trazer maior segurança aos empreendimentos e aos turistas. O novo Sistema online foi disponibilizado para as cidades-sede da Copa das Confederações 2013, as primeiras a começarem a transmissão da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes por meio do novo processo.

A Segmentação do Turismo é entendida como uma forma de organizar o produto turístico para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. Atualmente, os segmentos prioritários trabalhados pelo Ministério do Turismo são: Sol e Praia; Ecoturismo; Aventura; Pesca; Saúde; Náutico; Estudos e Intercâmbio; Social; Cultural; Negócios e Eventos; e Rural. Em 2012, alguns dos projetos/ações desenvolvidos foram: I) Plano de Ação do Turismo de Pesca, elaborado em conjunto entre os Ministérios do Turismo e da Pesca; II) Projeto Talentos do Brasil Rural (diagnósticos e assistência técnica a roteiros do turismo rural); III) Realização do III Fórum Nacional das Cidades Históricas (Turismo Cultural); IV) Pesquisa qualitativa sobre o perfil do turista com deficiência ou mobilidade reduzida, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; dentre outros.

#### c) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro, e Apoio à Comercialização:

A promoção do turismo interno e do produto turístico brasileiro é feita prioritariamente por meio da veiculação de campanhas promocionais; ações de publicidade e propaganda; e produção de material institucional e de divulgação, de forma a motivar o brasileiro a viajar e conhecer o seu País, aumentando o fluxo interno. Neste sentido, em 2012, foram promovidas as seguintes campanhas: I) Campanha de Infraestrutura Turística (divulgação de importantes obras feitas pelo Ministério do Turismo nos últimos anos; II) Campanha Rio+20 (Campanha de promoção do Evento); III) Campanha do Pronatec Copa (publicidade informativa sobre as oportunidades e lançamento deste Programa de qualificação profissional); IV) Campanha Região Serrana (Para estimular o turismo na região); dentre outras. Além das campanhas, veiculadas em TV, revistas, jornais e mobiliário urbano, o Ministério do Turismo também se vale das mídias sociais e internet para suas publicidades institucionais e dos destinos turísticos brasileiros.

Outra importante iniciativa, como complemento às ações promocionais e com vistas à sensibilização e informação ao turista, foi o lançamento do guia Viaje Legal, versões online e impressa. No final de julho, próximo ao período de férias escolares, o MTur lançou esta iniciativa, que visa divulgar informações úteis para quem viaja de avião, ônibus, navio e automóvel. As orientações incluem como proceder em caso de extravio de bagagens, atraso e overbooking em vôos, e cautelas na hora de contratar serviços turísticos como, por exemplo, pesquisar a situação cadastral do prestador de serviços pretendido no Sistema Cadastur. Todo este conjunto de dicas visa prover informação para que o turista tenha uma viagem segura.

#### d) Relações Internacionais em Turismo:

No âmbito das Relações Internacionais em Turismo, foi dada uma relevante sinalização para o desenvolvimento do turismo mundial. Durante reunião do G-20 (20 maiores economias do mundo), pela primeira vez foi formalizada a importância do Turismo na agenda mundial destas economias, como motor do crescimento econômico e da criação de empregos. A facilitação de vistos foi um dos temas formalmente incluídos no documento final do encontro.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, foi também um importante momento de troca de experiências e propostas entre países, inclusive para o setor turístico, visando ao desenvolvimento da atividade de forma sustentável e responsável. Em parceria

com o Ministério do Meio Ambiente, o MTur apresentou a campanha Passaporte Verde - Turismo Sustentável por um Planeta Vivo durante a Rio+20. O objetivo é estimular o turista a adotar atitudes de consumo responsável e favorecer o desenvolvimento da atividade turística com base em padrões de sustentabilidade. Além do Passaporte Verde, o MTur apresentou em seu estande na Rio+20, totens interativos para promover destinos brasileiros em diversos segmentos: ecoturismo; sol e praia; turismo de pesca; turismo rural e turismo de aventura.

Além dos resultados descritos acima, foi monitorado no ano de 2012 um conjunto de iniciativas definido para o Plano de Ação do Ministério do Turismo, no exercício em questão. No caso da SNPTur, foram definidas 17 iniciativas, cujo monitoramento das metas, de acordo com os dados preenchidos em Sistema criado para este monitoramento, apontou: 8 metas acima de 66% de alcance; 1 meta com alcance entre 33% a 66%; 3 metas abaixo de 33%; e 5 metas com execução zerada.

Em relação às iniciativas com execução abaixo de 33%, informa-se: Iniciativa “Classificar e certificar os serviços e equipamentos turísticos”: A meta (500 meios de hospedagem classificados) ficou aquém da planejada em virtude de entraves operacionais como atraso no lançamento oficial do Sistema SBClass, bem como de seus materiais logísticos como a confecção de placas e disponibilização de tokens, bem como a não veiculação de campanha publicitária prevista inicialmente, como forma de divulgação da metodologia aos meios hoteleiros. Não obstante, nos últimos meses do ano estreitaram-se as relações com o trade turístico nas UF’s, de forma a aumentar a adesão (voluntária) dos meios de hospedagem à metodologia. A previsão é de que em 2013 o número de empreendimentos hoteleiros classificados cresça consideravelmente; Iniciativa “Apoiar eventos de comercialização”: A meta (11 eventos apoiados) ficou abaixo do previsto dada dificuldades em atender a requisitos técnicos em celebração de alguns convênios; e Iniciativa “Fortalecer a Gestão do turismo no Brasil”: O alcance da meta (27 capacitações institucionais realizadas) foi prejudicado em função de cancelamento de Termo, cujo objeto incluía as capacitações nas 27 UF’s. Outro fator foi a proximidade dos prazos ao período eleitoral. Entretanto, parte das ações foram feitas via visitas técnicas às UF’s, em eventos institucionais dos quais o Ministério do Turismo participa junto ao trade.

Quanto às iniciativas com metas zeradas no Sistema, as justificativas apresentadas foram: Iniciativa “Mensurar a competitividade nos destinos turísticos”: A meta de realização de 1 estudo não foi cumprida, entretanto o processo para contratação de empresa a realizar o estudo foi feito e a edição 2013 irá acontecer; Iniciativa “Realizar mostra dos produtos e roteiros turísticos”: Em função dos mega eventos que iniciaram em 2012 com a rio + 20, o ministério do turismo está discutindo um novo formato para o Salão do Turismo - Roteiros do Brasil. portanto, o evento previsto para o ano de 2012 não foi realizado; Iniciativa “Apoiar a realização de eventos de fortalecimento ao desenvolvimento turístico”: Fatores como deficiência técnica dos proponentes em adequar as propostas às novas regras; aplicação de nova metodologia de análise pela área técnica, de acordo com orientações e recomendações da CGU e do TCU; e falta de regularidade fiscal de alguns municípios, comprometeram a execução física dessa iniciativa; e Iniciativa “Combater a exploração de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo”: A meta de atender a 18 UF’s com apoio para a temática em questão não foi atendida em função do contingenciamento orçamentário para o projeto. Mesmo com a insuficiência de recursos, foram realizadas algumas ações de Participação em Conferências, Campanhas, Comissões, Grupos de Trabalho, Palestras e outros eventos promovidos por Entes Federativos, na temática do Turismo Sustentável e Infância, tais como: 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil; etc.

Ainda de acordo com o Planejamento Estratégico do Ministério do Turismo, esse conjunto de iniciativas visa em última análise e impacto efetivo em 5 dimensões e indicadores de resultados para a sociedade e para o Setor, quais sejam: “Melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro”; “Preparar o turismo brasileiro para os megaeventos”; “Incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas internacionais”; “Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil” e “Ampliar a participação do turismo na economia brasileira”. O monitoramento desses indicadores será tratado no próximo item; “2.4 – Indicadores”.

## **2.4 – INDICADORES**

O Mapa Estratégico do Ministério do Turismo traz, em sua dimensão de resultados esperados, objetivos como: “Melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro”; “Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil”; “Ampliar e participação do turismo na economia brasileira”; e “Incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas internacionais”. Somado a estes, estão outros indicadores finalísticos do PPA, tais quais: “Chegada de Turistas Internacionais”; “Estoque de empregos formais nas Atividades Características do Turismo (ACTs)”, além de outros indicadores convergentes com os definidos pelo citado Mapa Estratégico.

Em relação ao rol listado, foram disponibilizados as seguintes mensurações de resultados no ano de 2012:

- Chegada de Turistas Internacionais ao Brasil em 2011: 5,4 milhões em 2011, evolução de cerca de 5% em relação a 2010 (5,1 milhões de turistas internacionais);
- Receita Cambial Turística em 2012: US\$ 6,6 bilhões, evolução de cerca de 1,5% em relação a 2011 (US\$ 6,5 bilhões);
- Número de viagens domésticas em 2011: 191 milhões de viagens domésticas em 2011, evolução de cerca de 3% em relação à projeção de 2010: 186 milhões; e
- Contribuição do Turismo para o PIB em 2012: Projeção de US\$ 83,6 bilhões, evolução de cerca de 6,5% em relação a 2011 (US\$ 78,5 bilhões)

O indicador “Estoque de empregos formais nas Atividades Características do Turismo (ACTs)” passa pela finalização de nova metodologia. Já o indicador que apura o Índice de Competitividade do Turismo Nacional terá nova apuração no ano de 2013, permitindo a comparação com o ano de 2011, quando houve a última medição.

Quanto ao critério de usabilidade, todos os indicadores citados, por seu caráter macro, visam a acompanhar a evolução e servir de base para a tomada de decisões gerenciais e alocação de investimentos, por parte do Ministério do Turismo e sua autarquia vinculada Embratur.

### ITEM 3 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.2 – AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<b>Análise Crítica:</b> A sistemática adotada para preenchimento do quadro A.3.1 foi a realização de reunião de avaliação conjunta. As áreas participantes foram: Coordenação-Geral de Monitoramento, Fiscalização e Avaliação de Convênios; Coordenação-Geral de Informações Gerenciais; e Coordenação-Geral de Análise de Projetos e Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão.					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

## **ITEM 4 – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

### **4.1 – INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ**

#### **4.1.1 Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ**

QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO

<b>Identificação do Programa de Governo</b>				
Código Programa	2076			
Título	Turismo			
Órgão Responsável	Ministério do Turismo			
<b>Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)</b>				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	2.576.652.000,00	2.674.397.609,00	10.356.416.000,00	
b) Outras Fontes	1.786.057.000,00	116.638,00		
c) Subtotais (a + b)	4.362.709.000,00	2.674.514.247,00		
d) Valor Global Previsto no PPA	14.719.125.000,00			
<b>Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)</b>				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
1.117.670.525,06	183.839.033,78	-	933.831.491,28	182.404.584,08
<b>Objetivos Relacionados ao Programa</b>				
Código	Descrição	Órgão responsável		
0737	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro	Ministério do Turismo		
0738	Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos	Ministério do Turismo		
0739	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil	Ministério do Turismo		
0740	Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento	Ministério do Turismo		
0741	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil	Ministério do Turismo		

#### **Análise Crítica**

Em termos de execução do Programa, num contexto geral, percebe-se o impacto que os contingenciamentos orçamentário e financeiro, presentes durante o ano de 2012, tiveram na execução sobretudo das Ações Orçamentárias, bem como nos pagamentos de objetos do próprio ano ou dos Restos a Pagar, o que explica parte dos altos montantes dos mesmos.

Quanto ao cumprimento das metas, cabe ressaltar que o Programa Temático 2076 – Turismo, encontra-se sob responsabilidade compartilhada entre as UJ's: Secretaria-Executiva; Secretaria Nacional de Políticas de Turismo; Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo; e Embratur. Neste sentido, dependendo de cada caso, os 5 objetivos vinculados ao Programa podem estar mais correlatos a uma ou outra UJ. No caso da SNPTur, são 3 os objetivos mais diretamente correlatos: “0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a

aumentar a competitividade do turismo brasileiro”; “Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil”; e “Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil”. O cumprimento das respectivas metas destes objetivos será tratado na análise crítica dos quadros A.4.2, abaixo.

#### 4.1.2 Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADROS A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0737					
Descrição	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro					
Programa	2076					
Órgão Responsável	Ministério do Turismo					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.028.597.437,00	2.828.523.644,00	821.534.335,59	48.704.244,10	1.434.449,70	771.950.345,13	47.269.794,40
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Cadastrar 33.852 prestadores de serviços turísticos	Unidade	33.852	19.560	1.507.000,00	688.487,79
02	Classificar 4.000 empreendimentos turísticos	Unidade	4.000	21	1.300.000,00	99.656,31
03	Qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo	Unidade	186.750	43.076	55.173.100,00	10.300.614,41

Identificação do Objetivo						
Código	0739					
Descrição	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil					
Programa	2076					
Órgão Responsável	Ministério do Turismo					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
269.943.073,00	233.131.603,00	45.068.735,11	22.100.016,08	-	21.463.240,79	22.100.016,08
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar 16 campanhas promocionais voltadas para o mercado doméstico	Unidade	16	6	105.450.100,00	39.767.690,40

Identificação do Objetivo						
Código		0741				
Descrição		Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil				
Programa		2076				
Órgão Responsável		Ministério do Turismo				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
16.704.400,00	16.704.400,00	4.573.082,14	4.472.680,61	-	100.068,20	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Consolidar 154 instâncias de governança estaduais, regionais e municipais	Unidade	154	145	6.540.400,00	4.276.699,31
02	Fortalecer institucionalmente os 27 órgãos oficiais de turismo das UF's	Unidade	27	7	2.100.000,00	73.029,28

#### Análise Crítica

**OBJETIVO - 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro:**

No âmbito da promoção da sustentabilidade, em seus diferentes aspectos (social, ambiental e cultural), destaca-se no corrente ano a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, e agendas paralelas ao Evento, como o Painel “Inovação Verde no Turismo”, e o evento “Turismo por um Futuro Sustentável”. Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Turismo (MTur) apresentou, durante a Rio+20, a campanha Passaporte Verde - Turismo Sustentável por um Planeta Vivo. O objetivo é estimular o turista a adotar atitudes de consumo responsável e favorecer o desenvolvimento da atividade com base em padrões de sustentabilidade.

Outra importante frente aberta pelo MTur visando contribuir com a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis, consistiu na interlocução junto ao Ministério de Minas e Energia com o intuito de viabilizar a redução das tarifas de energia de empreendimentos hoteleiros que se comprometam a implantar modelos energéticos mais eficientes e sustentáveis. A medida guarda consonância com debates recentes promovidos pela OMT, quando se levantaram propostas e troca de experiências para a adequação da hotelaria mundial aos preceitos do melhor uso das matrizes energéticas existentes.

O MTur no ano de 2012 desempenhou ainda uma série de ações e projetos com vistas a ordenar a atividade, buscando proporcionar mais qualidade aos destinos e produtos turísticos brasileiros, bem como dar maior segurança jurídica ao turista, por meio de orientações e regulamentações do setor. Neste sentido, um passo importante foi dado ao incluir a hotelaria brasileira como uma das categorias beneficiadas pelo Plano Brasil Maior. A desoneração da folha de pagamento da hotelaria prevista no Plano tem como objetivos reduzir os custos de produção e exportação de serviços; gerar

mais empregos, formalizar a mão-de-obra da atividade e, por fim, viabilizar a redução dos preços praticados, beneficiando os consumidores do produto turístico.

Quanto às metas do Objetivo 0737, são 3: I. Cadastrar 33.852 prestadores de serviços turísticos; II Classificar 4.000 empreendimentos turísticos; e III. Qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo. Esta última meta tem suas atividades ligadas à UJ SNPDTur.

A primeira meta refere-se cadastramento das empresas, empreendimentos, equipamentos e dos profissionais de Turismo com vistas à formalização e ao controle de qualidade dos prestadores de serviços turísticos. Em 2012, 19.560 prestadores de serviços turísticos tiveram seus cadastros regularizados. A meta para 4 anos foi cumprida em 58% já no primeiro ano de execução.

A meta II refere-se à classificação das empresas, empreendimentos e equipamentos turísticos com vistas ao enquadramento a requisitos pré-estabelecidos. No momento, a classificação está sendo feita para empreendimentos hoteleiros, mediante o sistema de estrelas, de acordo com a qualificação alcançada. O total no período foi de 21 meios de hospedagem classificados. Até o fim de 2012, existiam ainda outros 47 meios de hospedagem em processo de classificação. Houve um replanejamento na Meta Anual prevista na LOA, atualizando o número de classificações previstas no ano, de 1000 para 500 empreendimentos classificados. Por problemas operacionais, que inviabilizaram a publicidade para a classificação dos empreendimentos turísticos, houve um número reduzido de classificados no ano, fato que justifica o total abaixo da meta.

**OBJETIVO: 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.**

A promoção do turismo e do produto turístico brasileiro é feita prioritariamente por meio da veiculação de campanhas promocionais, além da produção de material institucional e de divulgação, de forma a motivar o brasileiro a viajar e conhecer o seu País, aumentando o fluxo interno.

Nesse sentido, em 2012, foram promovidas 6 campanhas, sendo as principais: I) Campanha de Infraestrutura Turística (divulgação de importantes obras feitas pelo Ministério do Turismo nos últimos anos; II) Campanha Rio+20 (Campanha de promoção do Evento); III) Campanha do Pronatec Copa (publicidade informativa sobre as oportunidades e lançamento deste Programa de qualificação profissional); e IV) Campanha Região Serrana (Para estimular o turismo na região serrana do RJ. Além das campanhas, veiculadas em TV, revistas, jornais e mobiliário urbano, o Ministério do Turismo também se vale das mídias sociais e internet para suas publicidades institucionais e de destinos turísticos.

**OBJETIVO: 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil.**

O modelo da gestão compartilhada e descentralizada do turismo consiste em uma rede nacional de entidades, instituições e fóruns, que envolve as 3 esferas de governo, a iniciativa privada e o terceiro setor. No âmbito federal encontra-se o Sistema Nacional de Turismo, composto pelo Ministério do Turismo – Mtur, o Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, o Conselho Nacional de Turismo – CNT e o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur. Na esfera estadual, o modelo de gestão compartilhada abrange os órgãos oficiais de turismo das UF's; os fóruns/conselhos estaduais de turismo; e as instâncias de governança das macrorregiões. Esse modelo de gestão compartilhada se completa com o núcleo regional/municipal, do qual participam os órgãos municipais de turismo, os conselhos municipais de turismo e as instâncias de governança regionais.

Ao longo de 2012, com o propósito de consolidar esse modelo de gestão compartilhada da atividade turística no Brasil, foram realizados importantes fóruns e encontros:

*- Reuniões do Conselho Nacional de Turismo ou de seu Comitê Gestor, nas quais foram debatidos e apresentados temas como: preparação do Setor frente aos Megaeventos esportivos; retomada dos trabalhos das câmaras temáticas do CNT; Planejamento Estratégico do Ministério do Turismo para os próximos anos; inclusão do turismo no Plano Brasil Maior do Governo Federal; programas de qualificação profissional para o turismo; Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass); Sistema Nacional de Registro de Hóspedes (SNRHos); construção de agenda para segmentos como parques naturais, parques temáticos, litoral brasileiro e turismo cultural; e reestruturação do Programa de Regionalização do Turismo; dentre outros assuntos.*

*- Encontros do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur, ocasiões em que foram apresentadas ações em curso no ministério; assuntos de interesse das UF's; e propostas do Fórum para agenda e trabalhos compartilhados.*

No que concerne às metas, são elas: I. Consolidar 154 instâncias de governança estaduais, regionais e municipais e II. Fortalecer institucionalmente os 27 órgãos oficiais de turismo dos estados.

Com relação à meta I, no ano de 2012, deu-se ênfase à Reformulação do Programa de Regionalização do Turismo. Não obstante, foram promovidas ações de fortalecimento em períodos anteriores que possibilitaram o atual funcionamento de 145 Instâncias de Governança em todo território nacional, assim distribuídas por macrorregião:

- Instâncias de Governança Estaduais: Norte: 9; Nordeste: 7; Centro-oeste: 4; Sul: 3; Sudeste: 4
- Instâncias de Governança Regionais: Norte: 5; Nordeste: 20; Centro-oeste: 9; Sul: 9; Sudeste: 10
- Instâncias de Governança Municipais: Norte: 11; Nordeste: 23; Centro-oeste: 10; Sul: 9; Sudeste: 12

A meta de fortalecimento institucional realizada envolveu atividades que nem sempre aconteceram diretamente nos órgãos estaduais oficiais de turismo, não implicando deslocamento de servidores. A agenda desenvolvida no período representou o apoio ao planejamento estratégico por meio de reuniões realizadas no âmbito de eventos específicos do setor, onde as unidades estaduais se faziam representadas, a exemplo: Feira da ABAV, Salão Estadual de Turismo de Minas Gerais e Salão Estadual de Turismo da Bahia. É oportuno destacar que o atendimento aos estados é ainda realizado por meio do repasse de informações e material técnico produzido no Ministério do Turismo para alinhamento às políticas públicas estaduais. A ação presencial nos estados foi de certa forma prejudicada em função dos ajustes orçamentários, uma vez que o contingenciamento de recursos implicou uma série de medidas de contenção, notadamente no que diz respeito à necessidade de deslocamento aos estados.

#### 4.1.3 Informações sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	02V5
Descrição	Apoio ao ordenamento e a consolidação dos segmentos turísticos brasileiros
Objetivo	0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro

Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.300.000,00	5.500.000,00	1.272,86	1.272,86	0,00	0,00	1.272,86
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Apoio realizado	unidade	11	8	5.500.000,00	1.272,86

<b>Identificação da Iniciativa</b>						
Código		02V7				
Descrição		Cadastramento das empresas, dos empreendimentos e dos profissionais do turismo				
Objetivo		0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.507.000,00	1.507.000,00	688.487,79	10.437,20	0,00	678.050,59	10.437,20
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Registro efetivado	unidade	45.840	42.004	1.507.000,00	688.487,79

<b>Identificação da Iniciativa</b>						
Código		02V8				
Descrição		Elaboração de estudos de competitividade do turismo brasileiro				
Objetivo		0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estudo realizado	unidade	1	0	100.000,00	0,00

<b>Identificação da Iniciativa</b>						
------------------------------------	--	--	--	--	--	--

Código	02V9					
Descrição	Estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de serviços e equipamentos turísticos					
Objetivo	0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.300.000,00	1.300.000,00	99.656,31	39.570,30	0,00	60.086,01	39.570,30
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Produto classificado	unidade	500	22	1.300.000,00	99.656,31

<b>Identificação da Iniciativa</b>						
Código	02VC					
Descrição	Fiscalização dos serviços turísticos					
Objetivo	0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.900.000,00	3.133.333,00	455.354,50	14.942,00	0,00	440.412,50	14.942,00
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	unidade	9.168	0	3.133.333,00	455.354,50

<b>Identificação da Iniciativa</b>						
Código	02VY					
Descrição	Implementação de projetos de apoio a organização, integração e fortalecimento da cadeia de distribuição do turismo					
Objetivo	0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.000.000,00	3.000.000,00	247.576,00	0,00	0,00	247.576,00	0,00
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>						
Ordem	Descrição	Unidade	Meta Física		Meta Financeira	

		de Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto implantado	unidade	2	0	3.000.000,00	247.576,00

Identificação da Iniciativa						
Código		02VZ				
Descrição		Promoção e apoio a comercialização de roteiros, destinos e produtos - Salão do Turismo - Roteiros do Brasil				
Objetivo		0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.791.470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Evento realizado	unidade	0	0	0,00	0,00

Identificação da Iniciativa						
Código		02W0				
Descrição		Realização de campanhas de promoção do turismo interno				
Objetivo		0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
56.490.100,00	56.490.100,00	37.767.690,40	19.525.323,13	0,00	18.242.367,00	19.525.323,13
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Campanha realizada	unidade	6	6	56.490.100,00	37.767.690,40

Identificação da Iniciativa						
Código		02W1				
Descrição		Realização de eventos temáticos geradores de fluxo turístico para a comercialização de roteiros, destinos e produtos				
Objetivo		0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

10.653.000,00	6.000.000,00	458.044,14	341.032,84	0,00	117.011,30	341.032,84
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Evento realizado	unidade	11	4	6.000.000,00	458.044,14

<b>Identificação da Iniciativa</b>						
Código	02W4					
Descrição	Apoio à gestão e desenvolvimento das regiões turísticas brasileiras					
Objetivo	0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.350.000,00	2.000.000,00	127.276,32	127.276,32	0,00	0,00	127.276,32
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Destino turístico estruturado	unidade	65	0	1.000.000,00	85.321,98
2	Apoio realizado	unidade	62	0	1.000.000,00	41.954,34

<b>Identificação da Iniciativa</b>						
Código	02W5					
Descrição	Apoio ao desenvolvimento da gestão compartilhada e ao planejamento integrado do Sistema Nacional de Turismo					
Objetivo	0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.100.000,00	2.100.000,00	73.029,28	17.627,75	0,00	55.401,53	17.627,75
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Órgão apoiado	unidade	13	8	2.100.000,00	73.029,28

<b>Identificação da Iniciativa</b>						
Código	02W6					
Descrição	Apoio à realização do inventário da oferta turística					
Objetivo	0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur					

<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
569.000,00	569.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Inventário realizado	unidade	5	0	569.000,00	0,00

<b>Identificação da Iniciativa</b>						
Código	02W8					
Descrição	Incorporação de melhores práticas internacionais no setor de turismo brasileiro					
Objetivo	0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
495.000,00	495.000,00	96.077,23	51.077,23	0,00	45.000,00	51.077,23
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Cooperação internacional realizada	unidade	22	18	495.000,00	96.077,23

<b>Identificação da Iniciativa</b>						
Código	02W9					
Descrição	Realização de estudos e pesquisas e sistematização de dados para subsidiar políticas de desenvolvimento do turismo					
Objetivo	0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.540.400,00	6.540.400,00	4.276.699,31	4.276.699,31	0,00	0,00	4.276.699,31
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	unidade	1	1	6.540.400,00	4.276.699,31

Análise Crítica

Em relação aos resultados alcançados pelo conjunto das principais iniciativas citadas acima, informa-se que os mesmos serão descritos na análise crítica do quadro A.4.4 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ, tendo em vista os produtos esperados e suas respectivas metas serem os mesmos, tanto para as iniciativas quanto para suas ações orçamentárias vinculadas.

#### 4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		4624				
Descrição		Apoio à Estruturação dos Segmentos Turísticos				
Iniciativa		02V5 - Apoio ao ordenamento e a consolidação dos segmentos turísticos brasileiros				
Unidade Responsável		Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur				
Unidade Orçamentária		Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF/MTur				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.300.000,00	5.500.000,00	1.272,86	1.272,86	0,00	0,00	1.272,86
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Apoio realizado	unidade	11	8	5.500.000,00	1.272,86

Identificação da Ação						
Código		4044				
Descrição		Cadastramento das Empresas, dos Empreendimentos e dos Profissionais de Turismo				
Iniciativa		02V7- Cadastramento das empresas, dos empreendimentos e dos profissionais do turismo				
Unidade Responsável		Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur				
Unidade Orçamentária		Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF/MTur				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.507.000,00	1.507.000,00	688.487,79	10.437,20	0,00	678.050,59	10.437,20
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Registro efetivado	unidade	45.840	42.004	1.507.000,00	688.487,79

Identificação da Ação	
Código	11YN

Descrição	Elaboração de Estudos de Competitividade do Turismo Brasileiro					
Iniciativa	02V8 - Elaboração de estudos de competitividade do turismo brasileiro					
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur					
Unidade Orçamentária	Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF/MTur					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Estudo realizado	unidade	1	0	100.000,00	0,00

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	4620					
Descrição	Promoção de Eventos para a Divulgação do Turismo					
Iniciativa	02W1 – Realização de eventos temáticos geradores de fluxo turístico para a comercialização de roteiros, destinos e produtos.					
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur					
Unidade Orçamentária	Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF/MTur					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.653.000,00	6.000.000,00	458.044,14	341.032,84	0	R\$ 117.011,30	341.032,84
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Evento realizado	unidade	11	4	6.000.000,00	458.044,14

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	4622					
Descrição	Apoio à Estruturação de Destinos Turísticos					
Iniciativa	02W4 – Apoio a gestão e desenvolvimento das regiões turísticas brasileiras					
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur					
Unidade Orçamentária	Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF/MTur					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.550.000,00	1.000.000,00	85.321,98	85.321,98	0	0	85.321,98
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Destino turístico estruturado	unidade	65	0	1.000.000,00	85.321,98

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	4092					
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento das Regiões Turísticas Brasileiras					
Iniciativa	02W4 – Apoio a gestão e desenvolvimento das regiões turísticas brasileiras					
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur					

Unidade Orçamentária		Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF/MTur				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.800.000,00	1.000.000,00	41.954,34	41.954,34	0	0	41.954,34
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Apoio realizado	unidade	62	0	1.000.000,00	41.954,34

<b>Identificação da Ação</b>						
Código		4038				
Descrição		Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional				
Iniciativa		02W0 – Realização de campanha para promoção do turismo interno				
Unidade Responsável		Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur				
Unidade Orçamentária		Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF/MTur				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
56.490.100,00	56.490.100,00	37.767.690,40	19.525.323,13	0	18.242.367,00	19.525.323,13
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Campanha realizada	unidade	6	6	56.490.100,00	37.767.690,40

<b>Identificação da Ação</b>						
Código		4048				
Descrição		Classificação das Empresas, Empreendimentos e Equipamentos Turísticos				
Iniciativa		02V9 - Estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de serviços e equipamentos turísticos				
Unidade Responsável		Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur				
Unidade Orçamentária		Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF/MTur				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.300.000,00	1.300.000,00	99.656,31	39.570,30	0,00	60.086,01	39.570,30
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Produto classificado	unidade	500	22	1.300.000,00	99.656,31

<b>Identificação da Ação</b>						
Código		2658				
Descrição		Fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos				
Iniciativa		02VC - Fiscalização dos serviços turísticos				
Unidade Responsável		Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur				
Unidade Orçamentária		Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF/MTur				

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.900.000,00	3.133.333,00	455.354,50	14.942,00	0,00	440.412,50	14.942,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização realizada	unidade	9.168	0	3.133.333,00	455.354,50

Identificação da Ação						
Código	8256					
Descrição	Apoio à Comercialização do Produto Turístico Brasileiro no Mercado Interno					
Iniciativa	02VY - Implementação de projetos de apoio a organização, integração e fortalecimento da cadeia de distribuição do turismo					
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur					
Unidade Orçamentária	Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF/MTur					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.000.000,00	3.000.000,00	247.576,00	0,00	0,00	247.576,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Projeto implantado	unidade	2	0	3.000.000,00	247.576,00

Identificação da Ação						
Código	5130					
Descrição	Salão Brasileiro do Turismo – Roteiros do Brasil					
Iniciativa	02VZ - Promoção e apoio a comercialização de roteiros, destinos e produtos - Salão do Turismo - Roteiros do Brasil					
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur					
Unidade Orçamentária	Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF/MTur					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.791.470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Evento realizado	unidade	0	0	0,00	0,00

Identificação da Ação						
-----------------------	--	--	--	--	--	--

Código	2968					
Descrição	Fortalecimento do Sistema Nacional de Turismo					
Iniciativa	02W5 - Apoio ao desenvolvimento da gestão compartilhada e ao planejamento integrado do Sistema Nacional de Turismo					
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur					
Unidade Orçamentária	Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF/MTur					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.100.000,00	2.100.000,00	73.029,28	17.627,75	0,00	55.401,53	17.627,75
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Órgão apoiado	unidade	13	8	2.100.000,00	73.029,28

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	4084					
Descrição	Inventário da Oferta Turística					
Iniciativa	02W6 - Apoio a realização do inventário da oferta turística					
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur					
Unidade Orçamentária	Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF/MTur					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
569.000,00	569.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Inventário realizado	unidade	5	0	569.000,00	0,00

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	4120					
Descrição	Cooperação Técnica Internacional em Turismo					
Iniciativa	02W8 - Incorporação de melhores práticas internacionais no setor de turismo brasileiro					
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur					
Unidade Orçamentária	Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF/MTur					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
495.000,00	495.000,00	96.077,23	51.077,23	0,00	45.000,00	51.077,23
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Cooperação internacional realizada	unidade	22	18	495.000,00	96.077,23

Identificação da Ação						
Código	4104					
Descrição	Sistema de Informações Turísticas					
Iniciativa	02W9 - Realização de estudos e pesquisas e sistematização de dados para subsidiar políticas de desenvolvimento do turismo					
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur					
Unidade Orçamentária	Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF/MTur					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.540.400,00	6.540.400,00	4.276.699,31	4.276.699,31	0,00	0,00	4.276.699,31
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Sistema implantado	unidade	1	1	6.540.400,00	4.276.699,31

### Análise Crítica

De modo geral, as Ações Orçamentárias que tiveram baixa execução física, foram acompanhadas também de uma baixa execução orçamentária, casos das Ações 11YN; 4048; 2658; 5130; 4620; 4622; 4092; 8256; e 4084, por exemplo. O contingenciamento orçamentário imposto no início do exercício dificultou a execução e em alguns casos, comprometeu e alterou inclusive o planejamento feito por alguns departamentos para as ações sob sua responsabilidade.

Outro ponto a ressaltar, diz respeito às Ações 4620; 4038; 4092 e 4622. Nos quadros destas ações e de suas iniciativas respectivas foram considerados os quantitativos referentes aos recursos de Programação, cujo planejamento e execução estão exclusivamente sob responsabilidade desta UJ. Quanto à síntese dos principais resultados, segue abaixo, resumo sobre as 2 principais ações orçamentárias de 2012, representando 94,9% da execução total dos recursos de Programação da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo:

#### **Ação 4038 – Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional**

As campanhas e ações de marketing promovidas pelo Ministério do Turismo buscam consolidar a imagem de um país moderno, com credibilidade, alegre, jovem, hospitaleiro, capaz de proporcionar lazer de qualidade, novas experiências aos visitantes, realização de negócios, eventos e incentivos, tornando o mercado turístico brasileiro atrativo no âmbito nacional e competitivo internacionalmente. Estas ações de marketing priorizam as experiências positivas de conhecimento, integração e valorização das riquezas culturais e naturais do País, para a difusão e promoção de um turismo seguro, qualificado, diversificado e sustentável.

No mercado interno busca-se, fundamentalmente, promover o aumento de viagens com a inserção de novos grupos de consumidores até então excluídos desse tipo de consumo, derrubando o mito de que o turismo é uma categoria de consumo exclusiva das elites nacionais e estrangeiras.

Nesse sentido, dentre as principais iniciativas promocionais desenvolvidas em 2012, estão às campanhas: “Região Serrana Rio de Janeiro”, “Capacitação Profissional 2014”, “Campanha Obras”, “Campanha Obras Nordeste” e “Capacitação Profissional 2ª fase”.

A campanha “Região Serrana Rio de Janeiro” foi lançada no mês de julho de 2012 e deu-se por meio de veiculação de anúncios em TV fechada e aberta, portais na internet, e mobiliário urbano. Tal campanha teve como objetivo o fomento do turismo na região, bem como recuperação de emprego e renda, auxiliando na reconstrução socioeconômica local, após as catástrofes causadas pelas chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro.

Esta campanha teve abrangência focada no próprio estado do RJ, que é o maior mercado emissor de turistas para esta região e teve os seguintes objetivos:

- Recuperar a imagem da Região Serrana como um destino turístico atraente e seguro;
- Atrair de volta turistas de todo o Estado do Rio de Janeiro para as cidades de Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo e Itaipava (Distrito de Petrópolis);
- Contribuir, por meio da atividade turística, para a recuperação socioeconômica da Região Serrana do Rio de Janeiro.

**RIO 40°  
DE DESCANSO**

**Veja a vida de um novo ângulo.**  
Belezas naturais, aventura, a herança cultural do Império, alta hotelaria e gastronomia esperam você na Região Serrana do Rio, um lugar que vai surpreender você. Procure seu agente e boa viagem.

Petrópolis  
Nova Friburgo  
Teresópolis

Setur  
Turismo  
Ministério do Turismo  
RJS

A campanha “Capacitação Profissional 2014” teve como objetivo apresentar o programa “Pronatec - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego” à sociedade. O programa é resultado de uma parceria entre os Ministérios do Turismo e da Educação, e tem como produto principal a oferta de 21 cursos gratuitos em diversas áreas do setor turístico a fim de aperfeiçoar e capacitar para atender a demanda de mão de obra da Copa de 2014.

Os objetivos que nortearam a campanha foram:

- Sensibilizar empregados da área de turismo para se capacitarem visando à COPA DE 2014.
- Despertar o interesse nacional para o evento. Ressaltando sua importância (brasileiro + Copa) em um projeto de nação sem pobreza.

A campanha foi veiculada nas seguintes praças: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Brasília, Cuiabá, Fortaleza, Recife, Salvador, Natal e Manaus, por meio dos veículos: TV aberta, rádio, portais da internet e em mídia exterior.



## APROVEITE ESSA CHANCE E TAMBÉM SE DESTAQUE NUMA COPA DO MUNDO.

Se você quer se destacar na Copa de 2014, aqui vai uma dica de campeão: aproveite os cursos de qualificação que o Governo Federal está oferecendo. São 240 mil vagas até 2014 para quem quer fazer bonito fora dos gramados. Os cursos são do PRONATEC e o melhor: **de graça**. Então agarre logo essa chance para se qualificar, até porque o Brasil vai sediar também a Copa das Confederações em 2013. Acesse [www.turismo.gov.br](http://www.turismo.gov.br) e inscreva-se hoje mesmo. É se capacitando que você se destaca na sua profissão e se valoriza no mercado de trabalho.

Matrículas pelo  
site [www.turismo.gov.br](http://www.turismo.gov.br).



Ministério da  
Educação

Ministério do  
Turismo



O trabalho desenvolvido pelo Ministério do Turismo contribui consideravelmente no incremento na qualidade de vida no País, na geração de emprego e renda, no desenvolvimento dos destinos turísticos e, sobretudo indicam maior inclusão social da população. Tendo como base este cenário, em agosto, foi lançada a campanha “Obras” com vistas a apresentar a sociedade todo o trabalho, em infraestrutura turística, realizado pelo Ministério do Turismo desde a sua fundação a fim de despertar em cada cidadão o sentimento de pertencimento nacional. A campanha teve abrangência nacional e foi veiculada em TV, rádio, revista, jornal, portais da internet e mídia exterior.

# O Turismo aproxima a cultura do Sudeste de você.

Família Junqueira. Chegaram com rapidez e segurança ao destino das férias.



O Ministério do Turismo investe em obras de infraestrutura turística que transformam a realidade da região Sudeste. Incentiva a geração de empregos, cria oportunidades e ajuda a diminuir as desigualdades. O Turismo constrói estradas que ligam o Brasil ao desenvolvimento. É o Governo Federal investindo em infraestrutura para melhorar a vida de todos.

**ESTAMOS TRABALHANDO PARA RECEBER BEM O TURISTA. VIAJE PELO BRASIL.**

Acesse [www.turismo.com.br](http://www.turismo.com.br) e veja os investimentos em sua cidade.

Obras de infraestrutura e drenagem no Centro do Rio. Rio de Janeiro/RJ



Conclusão das obras do Teatro Popular Carolina Niemeyer. Niterói/RJ



Revitalização e ampliação do Palácio das Convenções do Anhembi. São Paulo/SP



Implantação do Terminal Turístico Rodoviário. Guarulhos/SP



Ministério do Turismo

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Tendo em vista o sucesso da campanha “Obras”, o Ministério resolveu dar continuidade com a campanha na região Nordeste, onde há expressivos investimentos. A campanha teve abrangência na própria região e no Distrito Federal, e apresentou todo o trabalho, em infraestrutura turística, realizado pelo Ministério desde a sua fundação. Esta campanha foi veiculada nos seguintes meios: televisão aberta, rádio, mídia exterior, mídia digital e internet, nos meses de outubro e novembro.

Modernização do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares - Maceió/AL

Marcia Andrade. Visita várias cidades por ano e não passa mais as férias em casa.

# O Turismo aumenta a conexão do Nordeste com o mundo.

O Ministério do Turismo investe em obras de infraestrutura turística que transformam a realidade da região Nordeste. Incentiva a geração de empregos, cria oportunidades e ajuda a diminuir as desigualdades. O Turismo constrói estradas que ligam o Brasil ao desenvolvimento. É o Governo Federal investindo em infraestrutura para melhorar a vida de todos.

**ESTAMOS TRABALHANDO PARA RECEBER BEM O TURISTA. VIAJE PELO BRASIL.**

Acesse [www.turismo.com.br](http://www.turismo.com.br) e veja os investimentos em sua cidade.

Revitalização da Onda da Praia de Boca Vagem - Recife/PE  
 Construção do Centro de Festas e Eventos - Fortaleza/CE  
 Pavimentação do Litoral Norte de Maceió - Maceió/AL  
 Construção da Ponte de Todos Santos Navarro - Natal/RN

Ministério do Turismo  
**BRASIL**  
 PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Já a campanha “Capacitação Profissional - 2ª fase” abordou a 2ª Fase do Pronatec, com a versão na empresa, onde o empresário adere ao programa e leva, a seus funcionários, os cursos realizados na própria empresa. A campanha teve abrangência nacional e foi veiculada nos seguintes meios: TV fechada, jornais e revistas do trade, internet e revistas de bordo.

turismo.gov.br

**FAÇA COMO O FELIPE BRONZE: QUALIFIQUE A SUA EQUIPE NA SUA PRÓPRIA EMPRESA.**

Com o **PRONATEC COPA NA EMPRESA** você pode qualificar os seus funcionários na hora que você achar e no próprio local de trabalho. São mais de 50 cursos de qualificação oferecidos pelo Governo Federal e voltados para a área de turismo. E o melhor: as inscrições são de graça. Aproveite. E faça bonito na Copa de 2014.

**PROCURE A SECRETARIA DE TURISMO DO SEU ESTADO E INSCREVA A SUA EQUIPE.**

Felipe Bronze  
Chef do Restaurante ORO

PRONATEC  
Ministério da Educação  
Ministério do Turismo  
GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Além das campanhas realizadas diretamente pelo Ministério, foram realizados empenhos para a verba descentralizada, que são recursos repassados às Unidades da Federação, com a finalidade de subsidiar esforços promocionais de incentivo ao turismo local. Em 2012, foram empenhados os seguintes valores, por Estado:

UF	Empenho 2012
AM	R\$ 227.000,00
CE	R\$ 270.000,00
DF	R\$ 214.666,20
PB	R\$ 227.183,03
RJ	R\$ 550.000,00
RS	R\$ 377.402,00

## Ação 4104 – Sistema de Informações Turísticas

A ação orçamentária Sistema de Informações Turísticas tem o objetivo de gerar informações sobre a atividade turística no Brasil, por meio de estudos e pesquisas que viabilizem:

- estatísticas de turismo no país e seu contínuo aperfeiçoamento; e
- disseminação de informações que subsidiem o planejamento e a definição de políticas públicas, bem como forneçam suporte ao planejamento e tomada de decisão do trade.

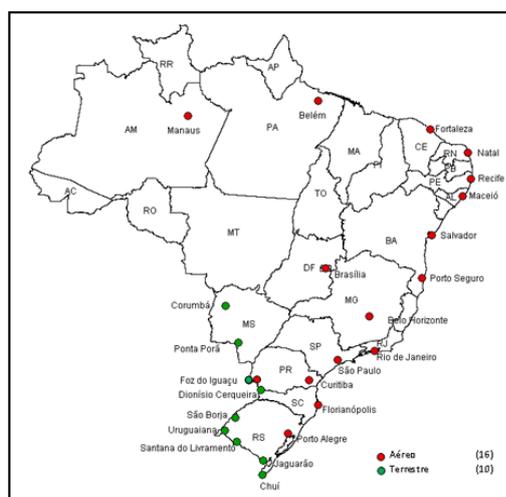
Neste sentido, a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo monitora e levanta dados relevantes sobre a atividade turística e sua conjuntura. Os principais estudos e pesquisas trabalhados em 2012 foram:

### a) Estudo: Demanda Turística Internacional – 2012

Este estudo tem o objetivo de traçar o perfil do turista internacional em visita ao Brasil (sobretudo dos residentes nos países emissores prioritários definidos pelo Plano Aquarela), e do turista brasileiro em viagem ao exterior, revelando seu perfil socioeconômico, bem como suas motivações, interesses e comportamento em suas viagens.

As principais variáveis estudadas são: país de residência permanente; regiões, UFs e cidades mais visitadas, por motivo de viagem; meios de hospedagem utilizados; meios de transportes utilizados; permanência média no país; gasto total de suas viagens (país de residência permanente e Brasil); fidelização ao destino (intenção de retorno, frequência de visita ao Brasil, e preferência por viagem a lazer); opiniões sobre os atrativos e a infraestrutura turística; perfil socioeconômico do visitante (grau de instrução, idade e renda).

A amostragem relativa ao turismo receptivo, para a edição de 2012, totalizou 26.122 entrevistas, sendo 20.848 entrevistas com os visitantes estrangeiros que entraram no país por via aérea e 5.274 entrevistas entre os que chegaram por via terrestre. Em relação ao turismo emissor, o número de entrevistas foi de 12.889 entrevistas, sendo 10.748 realizadas em aeroportos, e 2.141 realizadas em pontos de fronteiras terrestres. A pesquisa abrangeu 26 pontos de coleta de dados em todo território nacional, 16 aéreos e 10 terrestres, sendo 2 pontos em Foz do Iguaçu. Na figura abaixo, são apontados os pontos de coleta: aeroportos (em verde) e pontos fronteiriços (em vermelho).



Os resultados finais de 2012 têm liberação prevista para junho de 2013, em função da necessidade de acesso aos dados de chegada de estrangeiros ao Brasil em 2012, indispensável à extrapolação para o universo do estudo. Já os dados apurados para o período 2005 a 2011, em nível Brasil, estão disponibilizados para consulta no endereço [www.turismo.gov.br/dadosefatos](http://www.turismo.gov.br/dadosefatos).

Abaixo seguem alguns resultados parciais da Pesquisa de Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional de 2012, sem expansão:

- Quando indagados pela motivação de viagem ao Brasil os turistas que visitaram o Brasil a lazer, representaram 41,5% do total. Importantes também foram às viagens motivadas pela visita de amigos ou parentes e pelos negócios ou trabalho, as quais totalizaram respectivamente 29,7% e 22,3%;
- Os visitantes que estiveram no país a lazer foram questionados também a respeito do principal motivo que os trouxeram ao Brasil. Mais de 65% destes responderam sol e praia; 19,0% disseram ter vindo ao país pela natureza ou prática de ecoturismo e 11,7% pela cultura;
- A permanência média no Brasil dos turistas estrangeiros, que foi de 18,9 pernoites, sendo os principais meios de hospedagem utilizados os hotéis ou flats (40,6%) e casa de amigos e parentes (32,9%);
- Com relação às despesas realizadas no Brasil, o turista gastou em média a quantia de US\$ 73,3 por pessoa e por dia;
- Para o ano de 2012, a média da renda familiar dos entrevistados foi calculada em US\$ 6,2 mil, passando para US\$ 3,1 mil quando segmentada por membro familiar. Já a média da renda individual alcançou US\$ 4,6 mil.
- Buscando-se firmar um comparativo entre as expectativas anteriores e a imagem posterior à viagem, durante a entrevista o turista foi questionado a respeito da satisfação durante sua permanência no Brasil. Os dados de 2012 demonstram que cerca de 83% dos entrevistados tiveram suas expectativas plenamente atendidas ou superadas.

#### b) Estudo da Demanda Turística Doméstica

O estudo de Demanda Turística Doméstica no Brasil é realizado desde 1998, quando nove mil famílias foram entrevistadas. Desde então, a metodologia foi aprimorada e o universo pesquisado ampliado.

Esta edição pesquisou informações sobre o perfil das viagens realizadas, em 2011, por 39 mil famílias de 137 localidades diferentes – 27 capitais e outros 110 municípios de todas as regiões brasileiras.

O estudo contém informações sobre o dimensionamento e caracterização do mercado interno de viagens identificando os principais centros emissores e receptores de turistas, a receita gerada pelo turismo interno, o perfil sócio demográfico dos turistas.

Para levantar dados sobre as viagens realizadas em 2011, a pesquisa teve como população o conjunto de domicílios particulares permanentes (DPP) situados nas áreas urbanas do País. Ela foi estratificada em 53 estratos geográficos, correspondentes a 27 “estratos de Capital” e a 26 estratos compostos pelos “demais municípios” de cada unidade da federação (UF).

Em cada estrato de Capital, a área urbana do município da Capital foi incluída com certeza na amostra, o que significa que esses municípios são, em princípio, os estratos de seleção da amostra. Nos estratos de “demais municípios” foram selecionados, com probabilidade proporcional ao número de DPP em área urbana, pelo menos dois municípios por estrato. Os setores do Censo Demográfico 2000 foram estratificados em quatro classes de renda média domiciliar: 0 a 4 SM; mais de 4 a 10 SM; mais de 10 a 15 SM; e mais de 15 SM.

Apresenta-se abaixo alguns resultados do estudo Demanda Turística Doméstica - 2011, divulgados em 2012:

- O número de viagens domésticas realizadas no Brasil saltou de 161 milhões em 2007, para 191 milhões em 2011;
- O crescimento na movimentação internacional é ainda mais expressivo. Em 2007, apenas 2,7% das famílias haviam feito viagens internacionais. Na última edição, o percentual subiu para 4,3%;
- O lazer ainda aparece como a principal motivação da movimentação interna brasileira, com 81,4%;
- O meio de locomoção mais usado continua sendo o carro. Para cada 100 pessoas em viagem pelo país, 44 usam o automóvel;
- O avião, no entanto, responde pelo maior crescimento percentual (50%) desde o último estudo. Atualmente 17% das pessoas usam a ponte aérea para se locomover. Em 2007, esse índice era de 11,3%;
- Quando o entrevistado é questionado sobre a principal razão para não viajar pelo Brasil, as restrições financeiras aparecem em primeiro lugar. 47% das pessoas ouvidas afirmam que não viajam porque os gastos não cabem no orçamento familiar. Em segundo lugar, com 24,1%, aparece a “falta de tempo”.
- Para cada grupo de 100 viajantes, 64 se hospedam na casa de parentes e amigos. Essa modalidade apresentou um crescimento de 6,5%, em grande parte justificado pela inclusão das famílias que ganham até 4 salários mínimos no mercado de consumo. Todos os outros meios de hospedagem – resorts, hotéis, pousadas, imóveis alugados ou próprios – registraram queda percentual;
- O gasto médio per capita dos brasileiros em viagem cresceu 18%. Em 2007, eram R\$ 956,9 por pessoa. Em 2011, o valor médio passou para R\$ 1.128,3. O gasto nos deslocamentos a negócios (R\$ 985,9) é quase o dobro dos a lazer (R\$ 494,4);
- O estudo confirma o poder de distribuição de renda do setor. Para cada R\$ 1,00 gasto pelos turistas nordestinos no Sudeste, entram R\$ 2,95 provenientes dessa região no Nordeste. A principal região emissora de viagens domésticas é a Sudeste (40,8%), seguida de Nordeste (25,8%) e Sul (17,7%).

### c) Boletim de Desempenho Econômico do Turismo

O Boletim de Desempenho Econômico do Turismo é uma publicação trimestral, resultado da análise qualitativa da conjuntura econômica do turismo no Brasil. É realizada junto a dirigentes dos

setores de meios de hospedagem, agências de viagem, operadores e agências de viagem de receptivo, organizadores de eventos, transporte aéreo, e parques temáticos.

A pesquisa revela a avaliação do empresariado de 3 momentos distintos em relação ao seu negócio: o atual, o passado recente, resultado de suas observações relativas ao trimestre anterior e a perspectiva para o trimestre seguinte em comparação ao recém concluído. As análises de opinião englobam aspectos relativos a custos, faturamento, contratação de pessoal, oferta e demanda por seus produtos e serviços, entre outros itens que ajudam na configuração de um quadro conjuntural da economia do segmento.

Em 2012, foram realizadas as publicações das edições números 33 (fevereiro), 34 (maio), 35 (junho) e 36 (outubro). Segue abaixo, uma síntese dos principais resultados da última edição:

Apresenta-se abaixo dos resultados da 36ª. edição do Boletim divulgada de outubro 2012:

- 523 empresas respondentes, cujo faturamento trimestral informado foi de R\$ 8,7 bilhões, e que somam 72.920 postos de trabalho;

- Quanto ao faturamento informado pelos respondentes para o terceiro trimestre de 2012, confrontado com o alcançado no mesmo período de 2011, verificou-se um saldo positivo de respostas de 71% (81% relataram expansão; 9% estabilidade; e 10% redução). Cinco dos sete segmentos entrevistados assinalaram aumento no faturamento no período considerado, enquanto que os maiores saldos foram constatados em transporte aéreo (98%), parques e atrações turísticas (66%), operadoras (63%) e agências de viagens (87%), turismo receptivo (70%);

- Em relação aos postos de empregos, confrontados os terceiros trimestres de 2012 e de 2011, observa-se ligeira ampliação no nível de emprego da atividade turística como um todo, com saldo positivo de respostas de 11%, (19% de assinalações de elevação; 51% de estabilidade; e 8% de decréscimo). Os destaques positivos foram constituídos pelos segmentos de parques e atrações turísticas e meios de hospedagem (com saldos de 38% e 27%, respectivamente), enquanto que os negativos foram aos ramos de agência de viagens e transporte aéreo (saldos de -36% e -35%, respectivamente);

- No que se refere à situação dos negócios no momento da pesquisa (outubro/2012), os entrevistados relataram expansão de seus negócios, com um saldo positivo de respostas de 64%. Os segmentos que apresentam maiores saldos de respostas são parques e atrações turísticas (100%), transporte aéreo (87%), turismo receptivo (70%). Parques e atrações turísticas é o único ramo a revelar estabilidade dos negócios (saldo de 1%), enquanto que apenas agências de viagens registram contração (saldo de -25%);

Os resultados do estudo se constituem em importante referencial de tendência do mercado, proporcionando aos tomadores de decisão, tanto do setor público, quanto do setor privado, uma importante ferramenta de orientação para suas decisões no curto e médio prazo.

Os quatro boletins de 2012, bem como sua metodologia, foram disponibilizados para consulta, no endereço [www.turismo.gov.br/dadosefatos](http://www.turismo.gov.br/dadosefatos).

#### d) Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo

O estudo consiste no levantamento e na análise de dados a respeito da atual conjuntura econômica do turismo no País e das perspectivas de desenvolvimento da atividade junto executivos das 80 maiores empresas do setor de turismo, sendo pesquisados os seguintes segmentos: agências de

viagens, companhias aéreas, locadoras de automóveis, meios de hospedagem, operadoras de receptivo, operadoras de turismo, promotores de feiras e eventos, e transportadoras terrestre. Com foco na percepção destes empresários dirigentes os resultados refletem a opinião sua opinião em relação ao momento atual dos negócios e as perspectivas para o ano corrente, fatores que estimulam ou limitam a expansão dos negócios, analisando aspectos como faturamento, situação dos negócios que administram investimentos, preços, custos e postos de trabalho.

Na oitava edição do estudo, empresários e os principais executivos ouvidos representavam 80 das maiores empresas do setor, que auferiram um faturamento total R\$ 50,9 bilhões no ano de 2011, de acordo com as entrevistas realizadas no começo de 2012. Segue abaixo, uma síntese dos principais resultados da última edição:

- As empresas respondentes abrigam 110 mil postos de trabalho (posição em dezembro/2011), distribuídos pelas 27 Unidades da Federação;
- Segundo o saldo de respostas, para 94% do mercado consultado, o faturamento das empresas do setor de turismo cresceu em 2011;
- À época da finalização da pesquisa de 2012 (março de 2012) , os empresários do setor de turismo foram quase unânimes quanto à expectativa de significativa ampliação dos negócios em 2012, com a pesquisa indicando saldo de 87% das respostas positivas em relação às estimativas de desempenho favorável para o setor. Esta visão otimista deveu-se em parte a perspectiva de manutenção da estabilidade econômica do país, a ampla visibilidade do Brasil na mídia internacional, em virtude da futura realização dos megaeventos e a expansão da demanda turística; entre outros.

A metodologia e demais resultados desta pesquisa estão disponibilizados para consulta por meio eletrônico no endereço: [www.turismo.gov.br/dadosefatos](http://www.turismo.gov.br/dadosefatos). Quanto aos resultados de 2012, sistematizados no início de 2013, estarão disponíveis para consulta em meados de abril.

#### e) Pesquisa de Sondagem de Expectativas do Consumidor – Análise do Setor de Viagens

Consiste em sondagem conjuntural mensal realizada em sete regiões metropolitanas, com consultas a cerca de dois mil domicílios, sobre a intenção de realizar viagens nacionais e internacionais nos próximos seis meses. Seguem abaixo, os principais resultados da edição de dezembro de 2012:

- Assinalações positivas de viagem para os próximos 6 meses: 32,2%;
- Percentual de incerteza em relação à realização de viagem nos próximos 6 meses: 4,6%;
- Quanto ao desejo de visitar, nos próximos seis meses, destinos turísticos nacionais, o percentual de respostas alcançou: 69,8%;
- O meio de transporte a ser preferencialmente utilizado deverá ser o avião, registrando 43,7%;
- O meio de hospedagem preferencial deverá ser hotéis/pousadas, com 46,6% das respostas.

Toda a metodologia e resultados estão divulgados e disponíveis para consulta por meio eletrônico no endereço [www.turismo.gov.br/dadosefatos](http://www.turismo.gov.br/dadosefatos).

#### f) Compilação de dados do turismo

Além dos já citados estudos e pesquisas, a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, acompanha permanentemente alguns importantes dados secundários relativos à atividade turística brasileira. A

compilação destes registros constitui-se em instrumento essencial ao acompanhamento do desempenho da atividade turística no país. Dentre outros dados compilados em 2012, destacam-se:

f1) Movimento de Embarque e Desembarque de Passageiros em Aeroportos: Compilação de dados sobre a movimentação mensal e anual dos desembarques em voos nacionais e internacionais, regulares e não-regulares.

- Desembarques Nacionais em 2012: 85,4 milhões. O número de desembarques de passageiros nos aeroportos brasileiros em 2012 foi o maior de todos os tempos. Representa um aumento de 7,8% em relação a 2011, até então o melhor ano da série histórica. Especificamente o mês de julho, com 8,2 milhões de desembarques, registrou o melhor resultado mensal da série histórica.

- Os cinco aeroportos que mais receberam voos domésticos em 2012 foram: Internacional de Guarulhos, com 10 milhões; Congonhas, com 8,3 milhões; Internacional de Brasília, com 7,3 milhões; Internacional do Galeão, com 6,5 milhões e Santos Dumont, com 4,4 milhões.

- Desembarques Internacionais em 2012: 9,4 milhões. O número de desembarques internacionais de passageiros nos aeroportos brasileiros em 2012 expandiu 3,8% em relação a 2011. Os efeitos da crise financeira global que, em 2010, afetaram significativamente o setor de turismo em todo mundo estão sendo revertidos. Os desembarques internacionais no Brasil registraram recuperação em quase todos os meses do ano passado com destaque para o mês de fevereiro de 2012 (801,7 mil) que apresentou crescimento de 15,77% em relação à igual período do ano anterior.

f.2) Receita Cambial de Turismo: Compilação mensal de dados sobre a entrada e saída de divisas do país na Conta de viagens internacionais.

- Receita Cambial Turística total em 2012: US\$ 6,64 bilhões de dólares. Foi o melhor resultado da série histórica do Banco Central, apesar do turismo internacional sofrer as consequências da crise mundial que atingiu fortemente os principais emissores do mundo, em particular os países europeus. O valor registrado em 2012 superou em 1,37%, o acumulado em 2011, quando US\$ 6,55 bilhões ingressaram no país pelo turismo internacional.

- Em relação a 2012, o mês de janeiro registrou-se o maior ingresso com US\$ 666 milhões no Brasil em gastos de turistas estrangeiros. No mesmo mês do ano passado, este valor foi de US\$ 582 milhões, aumento de 14,45%.

g) Programa de Cooperação Técnica para Harmonização dos Sistemas de Estatísticas Turísticas dos Países do Cone Sul - Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Chile

Projeto apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID finalizado em setembro de 2012. Teve os objetivos de: promover e acelerar o processo de harmonização dos principais instrumentos de observação e mensuração da atividade turística entre os países do Cone Sul; contribuir para a melhoria da qualidade das estatísticas turística; apoiar a produção de dados confiáveis; e facilitar o aperfeiçoamento dos sistemas de estatísticas de turismo, constituindo-se em instrumento orientador das ações e atividades relacionadas a definição de diretrizes que orientem a produção de estatísticas turísticas no Brasil.

h) Estudo: Ocupação de mão de obra formal e informal empregada nas Atividades Características do Turismo – ACTs

O estudo é resultado de parceria entre o Ministério do Turismo e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, e tem a finalidade de dimensionar e caracterizar a mão de obra formal e informal, empregada nas Atividades Características do Turismo – ACTs (Alojamento, Alimentação, Transporte aéreo, Transporte terrestre, Transporte aquaviário, Agências de viagem, Aluguel de transporte e Cultura e lazer) a partir das fontes secundárias RAIS e PNAD, bem como acompanhar sua evolução e a participação relativa de cada Atividade no total de ocupações no turismo e na economia.

#### 4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.5 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa		2128				
Título		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo				
Órgão Responsável		Ministério do Turismo				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
104.734.965,00	146.511.895,00	132.187.082,09	120.064.939,70	-	7.468.404,25	120.064.939,70

Análise Crítica:

O quadro acima refere-se ao valor total do Programa de Gestão, considerando todas as áreas do Ministério do Turismo. A UJ SNPTur por ser tipicamente um órgão finalístico, não gerenciou recursos orçamentários dentro deste Programa.

#### 4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		20RC				
Descrição		Sistematização de Dados para Subsidiar Políticas de Desenvolvimento do Turismo				
Unidade Responsável		Ministério do Turismo				
Unidade Orçamentária		54101				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade	Meta Física		Meta Financeira	

		de Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Estudo Realizado	Unidade	1	0	200.000,00	0,00

### Análise Crítica

A única Ação Orçamentária, sob responsabilidade da SNPTur e vinculada ao Programa de Gestão 2128 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo, é a Ação 20RC - Sistematização de Dados para Subsidiar Políticas de Desenvolvimento do Turismo. Por ter um orçamento residual no ano de 2012, esta Ação não foi executada, tendo os estudos realizados pelo Ministério do Turismo sido custeados por outras funcionais programáticas. Para o ano de 2013 inclusive, esta Ação teve seu orçamento zerado no planejamento orçamentário da UJ.

## 4.2 – INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

### 4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças - CGPOF	54101	540001

### 4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	540001	540006	23.125.2076.2658	-	-	465.854,50
	Concedidos	540001	540006	23.121.2076.2968	-	-	89.888,51
	Concedidos	540001	540006	23.695.2076.4038	-	-	46.267.690,40
	Concedidos	540001	540006	23.126.2076.4044	-	-	694.487,79
	Concedidos	540001	540006	23.665.2076.4048	-	-	108.343,58
	Concedidos	540001	540006	23.121.2076.4092	-	-	50.876,77
	Concedidos	540001	540006	23.126.2076.4104	-	-	5.498.744,72
	Concedidos	540001	540006	23.212.2076.4120	-	-	96.098,00
	Concedidos	540001	540006	23.695.2076.4620	-	-	29.419.505,07
	Concedidos	540001	540006	23.695.2076.4622	-	-	625.022,26
	Concedidos	540001	540006	23.695.2076.4624	-	-	1,272,86
	Concedidos	540001	540006	23.695.2076.8256	-	-	247.576,00
	Concedidos	540001	540006	23.125.2076.2658	-	-	465.854,50
	Concedidos	540001	540006	23.121.2076.2968	-	-	89.888,51
	Concedidos	540001	540006	23.695.2076.4038	-	-	46.267.690,40
	Concedidos	540001	540006	23.126.2076.4044	-	-	694.487,79
	Concedidos	540001	540006	23.665.2076.4048	-	-	108.343,58
	Concedidos	540001	540006	23.121.2076.4092	-	-	50.876,77
	Concedidos	540001	540006	23.126.2076.4104	-	-	5.498.744,72
	Concedidos	540001	540006	23.212.2076.4120	-	-	96.098,00
	Concedidos	540001	540006	23.695.2076.4620	-	-	29.419.505,07
	Concedidos	540001	540006	23.695.2076.4622	-	-	625.022,26
	Concedidos	540001	540006	23.695.2076.4624	-	-	1,272,86
Concedidos	540001	540006	23.695.2076.8256	-	-	247.576,00	
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

<b>Movimentação Externa</b>	<b>Concedidos</b>	-	-	-	-	-	-
	<b>Recebidos</b>	-	-	-	-	-	-

A UG 540001 é a Unidade Gestora Setorial do Ministério do Turismo. Sendo assim, é a responsável por fornecer via notas de crédito (NC) no SIAFI os créditos necessários às Unidades Gestoras responsáveis pela execução orçamentária. Conforme ilustra o quadro, o órgão não recebeu créditos por movimentação externa, concedeu créditos para outros órgãos para possibilitar a execução de Termos de Cooperação Simplificados.

#### 4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

##### 4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

##### 4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>18.063.798,07</b>	<b>25.550.032,93</b>	<b>18.063.798,07</b>	<b>25.550.032,93</b>
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	17.789.649,88	25.050.881,99	17.789.649,88	25.050.881,99
d) Pregão	274.148,19	499.150,94	274.148,19	499.150,94
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>5.925.471,43</b>	<b>7.227.552,60</b>	<b>5.925.471,43</b>	<b>7.227.552,60</b>
g) Dispensa	5.925.471,43	5.827.552,60	5.925.471,43	5.827.552,60
h) Inexigibilidade	0,00	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
i) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>171.401,65</b>	<b>231.666,48</b>	<b>171.401,65</b>	<b>231.666,48</b>
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias	171.401,65	231.666,48	171.401,65	231.666,48
<b>5. Outros (Não se Aplica)</b>	<b>261.398,63</b>	<b>216.866,95</b>	<b>261.398,63</b>	<b>216.866,95</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>24.422.069,78</b>	<b>33.226.118,96</b>	<b>24.422.069,78</b>	<b>33.226.118,96</b>

##### 4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	33.790.216,15	62.149.643,00	18.875.781,36	29.247.666,00	14.914.434,79	32.901.977,00	18.875.781,36	29.247.666,00
Contribuições – Fundo a Fundo	9.765.078,29	62.819.079,00	2.383.660,11	2.381.349,00	7.381.418,18	60.437.730,00	2.383.660,11	2.381.349,00
Serviços de Consultoria	6.758.361,73	4.527.500,00	4.852.375,13	3.246.137,00	1.905.986,60	1.281.363,00	4.852.375,13	3.246.137,00
Demais elementos do grupo	572.932,54	970.001,00	527.102,45	924.972,00	45.830,09	45.029,00	527.102,45	924.972,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>4. Investimentos</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

#### *4.2.4.2.3 Análise Crítica*

As principais alterações verificadas na programação orçamentária do Ministério do Turismo são decorrentes da inclusão, pelo Congresso Nacional, de emendas ao projeto de Lei Orçamentária original, gerando um aumento importante no valor final da proposta orçamentária (Programação + Emendas). Entretanto, os limites estabelecidos no Decreto de Contingenciamento não permitiram a execução orçamentária da totalidade das ações programadas e incluídas pelo Congresso Nacional.

Os limites estabelecidos no Decreto de Contingenciamento levaram o órgão a rever a sua forma de atuação frente às demandas do setor, inviabilizando a execução da totalidade do orçamento programado para algumas Ações Orçamentárias.

Além desse fator, não foi identificado no órgão nenhum outro evento significativo a ponto de interferir na execução orçamentária, houve sim alguns acontecimentos isolados como por exemplo o período eleitoral, mas com pouco impacto no universo da execução orçamentaria do órgão.

## ITEM 5 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 5.2 – PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

#### 5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2011	1.032.000,00	-	-	1.032.000,00
2010	10.033.633,50	-	-	10.033.633,50
2009	680.360,38	-	-	680.360,38
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2011	39.137.757,20	102.712,61	411.105,50	38.623.939,09
2010	2.065.299,67	-	-	2.065.299,67
2009	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
2007	166.666,67	-	-	166.666,67

**Fonte:** Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF/DGE/MTur

#### 5.2.2 Análise Crítica

Relativamente à política de gestão Restos a Pagar no Ministério do Turismo, observa-se a intenção do gestor em reduzir o saldo, priorizando a execução das despesas dentro do próprio exercício financeiro. Os valores que permaneceram inscritos em restos a pagar ao término do exercício financeiro de 2012 atendem aos requisitos da Lei Nº 4.320/64 e do Decreto Nº 93.872/86.

### **5.3 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS**

#### 5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

(Em Anexo)

### 5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	SECRETARIA NAC.DE POLITICAS DE TURISMO-SNPTUR					
<b>CNPJ:</b>						
<b>UG/GESTÃO:</b>	540006					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
<b>Convênio</b>	31			22.096.334		
<b>Contrato de Repasse</b>						
<b>Termo de Cooperação</b>	1			685.260,00		
<b>Termo de Compromisso</b>						
<b>Totais</b>	31	-	-	22.096.334	-	-

**Fonte:** Coordenações-Gerais de Convênios e de Planejamento, Orçamento e Finanças

### 5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
<b>Nome:SECRETARIA NAC.DE POLITICAS DE TURISMO-SNPTUR</b>					
<b>CNPJ:</b>		<b>UG/GESTÃO: 540006</b>			
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
<b>Convênio</b>	543	86.053.945,02	31.235.201,60	54.818.743,42	36,30%
<b>Contrato de Repasse</b>	-	-	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	-	-	-	-	-
<b>Termo de Compromisso</b>	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	543	86.053.945,02	31.235.201,60	54.818.743,42	36,30%

**Fonte:** Coordenações-Gerais de Convênios e de Planejamento, Orçamento e Finanças

### 5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente					
Nome:SECRETARIA NAC.DE POLITICAS DE TURISMO-SNPTUR					
CNPJ:		UG/GESTÃO: 540006			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	35		
		Montante Repassado	7.491.962		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	42		
		Montante Repassado	5.973.295		
2011	Contas Prestadas	Quantidade	476		
		Montante Repassado	102.036.861		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	10		
		Montante Repassado	3.523.031		
2010	Contas Prestadas	Quantidade	54		
		Montante Repassado	9.262.344		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	14		
		Montante Repassado	2.662.706		
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	100.000		

### 5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.5.7 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:SECRETARIA NAC.DE POLITICAS DE TURISMO-SNPTUR					
CNPJ:		UG/GESTÃO: 540006			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			108	-
	Com Prazo de Análise ainda	Quantidade	Contas Analisadas	12	-
			Contas Não Analisadas	8	-

	<b>não Vencido</b>	Montante Repassado (R\$)		2.652.957,00	-
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	7	-
			Quantidade Reprovada	36	-
			Quantidade de TCE	17	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	8	-
Montante Repassado (R\$)	1.522.957,00		-		
<b>2011</b>	Quantidade de contas prestadas		851	-	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	70	-	
		Quantidade Reprovada	209	-	
		Quantidade de TCE	99	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	448	-	
Montante repassado (R\$)		113.959.337,00	-		
<b>2010</b>	Quantidade de Contas Prestadas		1723	-	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	786	-	
		Quantidade Reprovada	333	-	
		Quantidade de TCE	145	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	511	-	
Montante Repassado		111.628.791,00	-		
<b>Exercícios Anteriores a 2010</b>	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	524	-	
		Montante Repassado	91.810.274,00	-	

### 5.3.6 Análise Crítica

Em relação às transferências voluntárias que se encontram na situação de inadimplência efetiva, a Coordenação-Geral de Convênios, área responsável por este registro, tem adotado o seguinte procedimento:

- Quando da omissão ou atraso na entrega da prestação de contas (motivos de inadimplência do SIAFI 201 ou 218), após o término do prazo para a entrega da prestação de contas, o órgão específico singular encaminha os autos a esta Unidade Jurisdicionada com fins de registro de inadimplência efetiva. O registro é efetuado, notificamos a conveniente do procedimento e concedemos um prazo para apresentação da prestação de contas atrasada ou restituição dos valores repassados sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial;
- Quando da aprovação da consecução do objeto pela área técnica, mas com presença de impropriedades detectadas na execução financeira dos recursos repassados, que configure ocorrência de desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento de dinheiros, bens ou valores públicos, ou de prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano à administração pública federal, a transferência voluntária é registrada como inadimplente no SIAFI e SICONV, concedendo ao Conveniente o prazo para a regularização da situação sob pena de Instauração de TCE;
- Quando da aparente regularidade na execução financeira diante da aplicação dos recursos repassados pela União, por meio do Ministério do Turismo, porém com a presença de

irregularidades técnicas para comprovação do atingimento dos objetos conveniados, a área competente pelo acompanhamento do convênio ou do termo de parceria o encaminha a esta CGCV para fins de registro de inadimplência efetiva. Caso as impropriedades persistam, apesar da notificação, os autos são encaminhados à Setorial Contábil/MTur para instauração de Tomada de Contas Especial;

- Quando da não aprovação da prestação de contas, tanto no âmbito técnico finalístico como no financeiro, caso a convenente não tome as providências cabíveis com vistas ao ressarcimento do erário ou a regularização das pendências que impedem a aprovação das contas, no prazo de quinze dias, a contar do recebido da notificação pela convenente, os autos são encaminhados à Setorial Contábil para instauração de TCE.

Registramos que todos os procedimentos observam o determinado no §3º, do Artigo 1º, da IN TCU nº 56, de 5 dezembro de 2007, pois a inscrição da transferência voluntária no Cadastro de Inadimplentes do SIAFI é procedido somente após a concessão de prazo de trinta dias para regularização das impropriedades constatadas na oportunidade de análise da prestação de contas. Após a edição da portaria MTur nº 248/2012, publicada em 11 de julho de 2012, as prestações de contas inscritas no cadastro de inadimplentes somente podem sair dessa situação após a comprovação total da regularidade das contas, isto é, com a sua respectiva aprovação. Tal fato contribuiu para o incremento de demanda por prioridades em análises de prestação de contas por parte dos órgãos municipais e estaduais com pendências no CAUC relativas a prestações de contas com esta pasta ministerial.

Em consequência das análises de prestação de contas, foram identificadas falhas formais que, por si só, não causaram dano ao erário. Assim, em conformidade com o disposto no despacho DPPCE/DP/SFC/CGU/PR nº 214339/2009, nos casos em que se constate que o objeto do convênio foi efetivamente cumprido e na impossibilidade de quantificar o dano ao erário (que seria, por exemplo, calculado pela diferença entre o valor efetivamente contratado e o que poderia ser obtido por meio de utilização do procedimento licitatório adequado), tal situação não seria passível de instauração de tomada de contas especial e sim de se “aplicar o disposto na alínea ‘a’ parágrafo 2º, artigo 38 da IN/STN nº 01/1997, informando o fato na prestação de contas anual deste órgão, de modo a propiciar ao Tribunal de Contas da União o julgamento da conduta do agente infrator, quando não observou-se, na aplicação dos recursos conveniados, os dispositivos legais estabelecidos”.

## **ITEM 6 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS**

### **6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS**

#### 6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	76	76	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	76	76	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	72	72	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	2	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	16	16	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	27	27	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	119	119	0	0

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – COGEP/DGI/MTur

#### 6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	32	32	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	2	2	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	22	22	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0

<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	6	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>38</b>	<b>38</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – COGEP/DGI/MTur

#### 6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>44</b>	<b>36</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
1.1. <i>Membros de Poder e Agentes Políticos</i>	0	0	0	0	0
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	43	28	1	0	0
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	1	8	5	2	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	0	0	0	0	0
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	10	11	5	3	2
2.3. <i>Funções Gratificadas</i>	0	0	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>54</b>	<b>47</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>2</b>

Fonte: Coordenação-Geral de Pessoas – COGEP/DGI/MTur

#### 6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>27</b>	<b>34</b>	<b>25</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
1.1. <i>Membros de Poder e Agentes Políticos</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	0	0	0	0	27	29	15	1	0
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	0	0	0	0	0	5	10	1	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>16</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	0	0	0	0	6	16	5	4	0
2.3. <i>Funções Gratificadas</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>33</b>	<b>50</b>	<b>30</b>	<b>6</b>	<b>0</b>
<b>LEGENDA</b>									

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

**Fonte:** Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – COGEP/DGI/MTur

### 6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>										
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provedimento em Comissão</b>										
Exercícios	2012	1.495.076,47	39.460,81	1.132.161,33	60.922,17	100.462,66	378.455,37	178.212,90		3.384.751,71
	2011	910.758,03	0,00	753.157,68	43.282,34	5.203,50	205.309,05	69.647,63		1.987.358,23
	2010	1.422.891,80	0,00	163.026,40	39.154,64	21.774,35	198.555,84	29.107,47		1.874.510,50
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>										
Exercícios	2012	1.178.893,33	0,00	94.616,68	40.186,56	12.983,34	73.516,36	0,00		1.402.208,27
	2011	1.516.812,52	0,00	174.373,33	45.359,88	71.007,23	97.128,37	0,00		1.999.826,83
	2010	2.091.332,51	0,00	0,00	51.939,51	21.616,66	122.128,19	0,00		2.287.016,87
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>										
Exercícios	2012	99.638,96	0,00	85.265,10	13.551,60	0,00	5.658,50	0,00		190.542,56
	2011	23.008,81	0,00	5.533,12	1.229,95	0,00	5.900,52	0,00		35.672,40
	2010	14.302,51	0,00	3.687,77	0,00	0,00	288,00	0,00		18.278,28
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>										
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>										

Exercícios	2012	1.590.133,16	0,00	84.317,44	50.625,77	81.700,48	82.791,37	42.181,48			1.931.749,70
	2011	2.011.853,12	0,00	265.120,64	58.184,16	327.663,68	155.614,78	84.186,44			2.902.622,82
	2010	2.246.819,41	0,00	246.968,99	55.044,69	310.637,06	161.614,23	52.981,81			3.074.066,19
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2012	38.614,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			38.614,46
	2011	36.010,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			36.010,08
	2010	162.208,80	0,00	13.517,40	4.505,80	0,00	0,00	0,00			180.232,00

**Fonte:** Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – COGEP/DGI/MTur

## 6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

### 6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	21	21	21	21
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>21</b>

QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	10	9	10	9
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>9</b>

QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	21	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0

<b>Concessão de reforma</b>	0	0	0	0
<b>Concessão de pensão militar</b>	0	0	0	0
<b>Alteração do fundamento legal de ato concessório</b>	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
<b>Desligamento</b>	10	0	0	0
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

## 6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Ministério do Turismo – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos													
UG/Gestão: 540004							CNPJ: 05.457.283/0002-08						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	027/2009	02.005.031/0001-60	01/10/09	30/09/13	-	-	26	26	-	-	A
2011	L	O	009/2011	05.058.935/0001-42	16/05/11	15/05/13	18	18	1	1	-	-	A
Observações: -													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL/DGI/MTur

## 6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante	
Nome: Ministério do Turismo	
UG/Gestão: 540004	CNPJ: 05.457.283/0002-08
Informações sobre os Contratos	

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	2	O	006/2012	10.660.342/0001-91	22/05/2012	21/05/2013	-	-	24	18	-	-	A
2009	4/5	O	021/2009	01.708458/0001-62	28/07/2010	27/07/2013	37	37	25	24	-	-	A
2012	12	O	007/2012	06.091.637/0001-17	12/06/2012	11/06/2013	8	5	-	-	-	-	A
2012	12	O	012/2010	06.090.065/0001-51	13/07/2010	12/07/2013	-	-	40	40	15	15	A

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte:** Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL/DGI/MTur

## 6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>27</b>	<b>29</b>	<b>33</b>	<b>34</b>	<b>234.649,86</b>
1.1 Área Fim	10	12	16	16	100.255,14
1.2 Área Meio	17	17	17	18	134.586,82
<b>2. Nível Médio</b>	<b>09</b>	<b>13</b>	<b>18</b>	<b>16</b>	<b>65.260,47</b>
2.1 Área Fim	06	10	14	12	49.409,42
2.2 Área Meio	03	03	04	04	15.948,49
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>36</b>	<b>42</b>	<b>51</b>	<b>50</b>	<b>300.199,87</b>

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – COGEP/DGI/MTur

## ITEM 7 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

### 7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

#### 7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
	EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	(Distrito Federal)	
	Faz-se uso de apenas 02 (2º e 3º) andares, localizados no EMI, Bloco U.	
Subtotal Brasil		
EXTERIOR	NÃO SE APLICA	
Subtotal Exterior		
Total (Brasil + Exterior)	Faz-se uso de apenas 02 (2º e 3º) andares, localizados no EMI, Bloco U.	

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

#### 7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Distrito Federal		
	Brasília	2	2
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	NÃO SE APLICA		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

### 7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
540004	970116936.500-1	21	5	777.892,24	13/12/2011	52.378.920,31	Não se aplica	Não se aplica
<b>TOTAL</b>							Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Sistema de Gerenciamentos dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet / Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

#### Análise Crítica:

- 1) A manutenção do imóvel de RIP 970116936.500-1 teve seus valores apurados mediante consideração das seguintes despesas;
- 2) O imóvel ocupado pelo Ministério Do Turismo na Esplanada dos Ministérios, está sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia – MME, e o espaço do Shopping ID, por ser locado, está sob a responsabilidade de seu proprietário. O MTur não possui nenhum imóvel pendente de regularização junto à Secretaria de Patrimônio da União – SPU

## ITEM 8 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

### 8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
X	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
X	Auditoria de governança de TI.
X	Auditoria de sistemas de informação.
X	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
X	Auditoria de dados.
X	Outra(s). Qual(is)? _____

	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:</b>	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	( 4 ) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	( 4 ) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	( 4 ) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	( 4 ) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	( 4 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	( 4 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.

Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

**Comentários**

Para conhecimento, informamos que no Índice de Governança de TI, aferido pelo Tribunal de Contas da União, o Ministério do Turismo elevou sua nota 0,32 (estágio inicial) em 2010 para nota 0,42 (estágio intermediário) em 2012. E no escopo do Programa de Governança em implantação possui a diretriz estratégica de elevar o grau de maturidade dos processos prioritários visando a melhoria da entrega de serviços de TI e , ao mesmo tempo, mitigar os riscos.

**ITEM 9 - GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE**  
**AMBIENTAL**

**9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ( X )		Não ( )		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	

12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
<b>Considerações Gerais:</b> - Item 1 – Para as novas licitações serão observadas. - Item 3 – As licitações para Contratação de serviços de Asseio, Conservação e Limpeza, objetivam a alocação de pessoal sendo responsabilidade da empresa vencedora o fornecimento de material necessário a prestação dos serviços nesse sentido nós temos requerido da empresa prestadora de serviços a observância das regras de sustentabilidade ambiental. - Item 4 – Para as novas licitações serão solicitados certificados ambientais pertinentes					
<b>LEGENDA</b> <b>Níveis de Avaliação:</b> (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL/DGI/MTur

## 9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	1.671.453,00	1.802.886,00	2.323.947,00	370.526,43	566.770,02	562.757,71
Água	*	*	*	*	*	*
Energia Elétrica	*	*	*	*	*	*
			<b>Total</b>	370.526,43	566.770,02	562.757,71

\* As despesas referentes à água e energia elétrica serão informados pelo Ministério de Minas e Energia, tendo em vista que o Ministério do Turismo participa de condomínio com o mesmo.

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL/DGI/MTur

**ITEM 10 - CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E  
NORMATIVAS**

**10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo					73565
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	029.080/2009-3	10051/2011-TCU-1ª Câmara	9.2	DE	Ofício nº 1988/2011- TCU/SECEX-PB Ofício nº 0818/2012-TCU/SECEX- PB Ofício 0062/2013-TCU/SECEX- PB
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério do Turismo					72084
Descrição da Deliberação:					
9.2 – encaminhar ao Ministério do Turismo este Acórdão, o Relatório e o Voto que o fundamentam e cópia dos documentos referidos na instrução da Secex/PB, destacando os apresentados pelo denunciante e os obtidos por aquela unidade técnica por meio de diligências, para que o Ministério reanalise, à luz desses elementos, a prestação de contas do Convênio 488/2009 e adote as providências pertinentes, dando ciência a este Corte das medidas realizadas, no prazo de 60 (sessenta) dias					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo					73565
Síntese da providência adotada:					
Por meio do Memorando 42/2012/SNPTur/CGCM, a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo informou que, de acordo com a determinação em questão, foi realizada nova análise de prestação de contas do convênio 703736/2009, celebrado entre o Ministério do Turismo e o município de Boa Ventura/PB. Concluiu-se portanto pela rescisão do referido convênio e devolução integral dos recursos repassados.					
Síntese dos resultados obtidos					
Posteriormente, por meio de diligência no mês de agosto/2012, a SECEX-PB solicitou informações complementares quanto à instauração de Tomada de Contas Especial – TCE, devido ao prazo estabelecido. As informações demandadas pela diligência foram então encaminhadas à Comissão de Tomada de Contas Especial do Ministério do Turismo, às quais respondeu que o processo aguarda nova análise e confecção de relatório complementar. Em fevereiro de 2013, o processo constava com Tomada de Contas Especial em andamento.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada
------------------------

<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo					73565
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	024.632/2011-2	5035/2012-TCU-2ª Câmara	9.5	DE	Ofício 570/2012-TCU/SECEX-SC
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério do Turismo					72084
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
9.5. determinar ao Ministério do Turismo, em reiteração ao item 9.6.2 do Acórdão 96/2008-TCU-Plenário, que, quando da análise de propostas de celebração de convênios ou contratos de repasse com entidades de natureza pública ou privada, verifique se o objeto do convênio destina-se ao cumprimento do interesse público e se é compatível com os objetivos estatutários do conveniente, evitando participar de ajustes em que o interesse seja fundamentalmente privado, sob pena de caracterizar subvenção social a entidade privada, que é vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo caput do art. 16 da Lei nº 4.320/1964;					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo					73565
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					
Não obstante não haver formalização de resposta, a UJ teve ciência da determinação, por meio do Memorando 820/2012/AECI/MTur.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

### 10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

#### 10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	34	27	119
	Entregaram a DBR	34	27	119
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Coordenação-Geral de Pessoas – COGEP/DGI/MTur

#### 10.3.1.1 Análise Crítica

No âmbito do MTur, todos os servidores entregaram a declaração de bens e rendas, sendo este processo gerenciado pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. Não existe um Sistema único para os devidos fins, porém controla-se a entrega das declarações por meio de planilhas. Os documentos em papel são guardados na pasta funcional de cada servidor, em ambiente apropriado de arquivo com tranca.

## 10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

### 10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

**DECLARAÇÃO**

Eu, Simone Maria da Silva Salgado, CPF - 284.959.421-00, COORDENADORA - GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS, exercido na SECRETARIA EXECUTIVA declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 11 de março de 2013.

  
**SIMONE MARIA DA SILVA SALGADO**  
CPF - 284.959.421-00  
*Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos*  
*Secretaria Executiva*

## DECLARAÇÃO

Eu, **Francisco Moreira da Silva**, CPF - **279.276.011-72**, **Coordenador Geral de Convênios**, da Diretoria de Gestão Interna da Secretaria Executiva do Ministério do Turismo, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade, estão disponíveis e atualizadas nos Sistemas Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, ressalvadas as restrições de comunicação de dados entre o SICONV e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 15 de março de 2013.

  
**FRANCISCO MOREIRA DA SILVA**  
CPF - 279.276.011-72  
*Coordenador Geral de Convênios*  
*Diretoria de Gestão Interna*  
*Secretaria Executiva*  
*Ministério do Turismo*

## **ITEM 11 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO**

#### **11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos**

O Ministério do Turismo, desde 2011, adota os critérios e os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo segue a tabela padrão definida pela macrofunção 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que padroniza os critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para a geração de dados consistentes e comparáveis. Essa padronização viabiliza a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União dos critérios adotados para depreciação. Do mesmo modo, as taxas utilizadas para os cálculos dos valores residuais também é padronizada e segue o estabelecido nesta mesma norma da STN.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, conforme definido na macrofunção 020330, e são compatíveis com a vida útil econômica do ativo e aplicados uniformemente. O cálculo da depreciação no Ministério do Turismo é realizado pelo PGTUR – Plataforma de Gestão do Turismo, sistema desenvolvido para o Órgão que contém entre outros um módulo de controle patrimonial.

A metodologia adotada para realizar a avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais segue o estabelecido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade. O valor total dos bens móveis do Ministério do Turismo, em 2012, somavam R\$9.973.055,94 e a depreciação, conforme os critérios adotados, teve um impacto na ordem de R\$1.747.620,17 no resultado do exercício.

### **11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

#### **11.2.2 Declaração com Ressalva**

QUADRO A.11.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur			540006
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li> <li>• o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério do Turismo, via SIAFI;</li> <li>• a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI; e</li> <li>• os demonstrativos do fluxo de caixa e do resultado econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</li> </ul> <p>Esta Declaração abrange a seguinte Unidade Gestora:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 540006 – Secretaria Nacional de Políticas de Turismo.</li> </ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília-DF</b>	<b>Data</b>	<b>22/02/2013</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>Lígia Mansur Paulino</b>	<b>CRC nº</b>	<b>DF 018.798/O-3</b>

**ITEM 3 – PARTE B – DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

A funcional programática 23.695.2076.4038 é destinada principalmente à realização de campanhas para promoção do turismo no mercado nacional. São campanhas que têm como objeto as ações de Publicidade e Marketing relacionadas à promoção, articulação ou ainda à comercialização de destinos e roteiros turísticos, de maneira a motivar a população brasileira a viajar pelo Brasil, aumentando o fluxo do turismo doméstico.

Quanto às tipologias de ações de publicidade, informa-se que o Ministério do Turismo realiza unicamente campanhas de utilidade pública que buscam promover os destinos e roteiros turísticos, além de informar, alertar ou ainda prevenir a população quanto às normas, informações ou leis específicas do setor turístico. Em 2012, este Ministério, por meio da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, contava com uma disponibilidade de verba destinada a contratos de publicidade no valor total de aproximadamente R\$ 50 milhões, divididos entre duas agências: Agnelo Pacheco e Grey 141 Soho Square. Os contratos com ambas as agências iniciaram-se em 03 de outubro de 2011 e tiveram seu término em 04 de outubro de 2012. Do montante total foram utilizados R\$ 35,4 milhões nesse período, tendo em vista a não obrigatoriedade de cumprimento do contrato total.

**ITEM 38 – PARTE B – INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS**  
**AOS TERMOS DE PARCERIA**

**50.1 AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA UNIDADE JURISDICIONADA**

QUADRO B.38.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

<b>CNPJ</b>	05.175.140/0001-99	
<b>Nome</b>	INSTITUTO MARCA BRASIL	
<b>Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)</b>	-	
<b>Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)</b>	-	
<b>Número</b>	739222	
<b>Data Celebração</b>	10/08/2010	
<b>Registrado no SICONV?</b>	SIM	
<b>Forma de Escolha da Entidade Parceira</b>	-	
<b>Objeto</b>	Capacitar os atores locais para gestão, planejamento e comercialização do turismo, ampliando os conhecimentos sobre planejamento estratégico, marketing e fortalecimento da Governança e a inter-relação deste destino com a região turística.	
<b>UJ Parceira</b>	<b>Nome</b>	Coordenação Geral de Convênios
	<b>UG SIAFI</b>	540012
<b>Período Vigência</b>	<b>Início</b>	10/08/2010
	<b>Fim</b>	30/09/2012
<b>Valor Global (em R\$ 1,00)</b>	<b>Da UJ</b>	R\$ 958.285,00
	<b>Da Entidade</b>	0,00

<b>CNPJ</b>	05.175.140/0001-99	
<b>Nome</b>	INSTITUTO MARCA BRASIL	
<b>Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)</b>	-	
<b>Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)</b>	-	
<b>Número</b>	660422 e 731901	
<b>Data Celebração</b>		
<b>Registrado no SICONV?</b>	NÃO	
<b>Forma de Escolha da Entidade Parceira</b>	-	

<b>Objeto</b>	Capacitar os atores locais para gestão e planejamento do turismo, ampliando os conhecimentos sobre planejamento estratégico e fortalecimento da Governança e a inter-relação deste destino com a região.	
<b>UJ Parceira</b>	<b>Nome</b>	Coordenação Geral de Convênios
	<b>UG SIAFI</b>	540012
<b>Período Vigência</b>	<b>Início</b>	31/10/2010
	<b>Fim</b>	15/04/2012
<b>Valor Global (em R\$ 1,00)</b>	<b>Da UJ</b>	R\$ 2.313.200,00
	<b>Da Entidade</b>	0,00

Fonte: Coordenação-Geral de Convênios – CGCV/DGI/MTur

## 50.2 VALORES REPASSADOS EM RAZÃO DE TERMOS DE PARCEIRA FIRMADOS

QUADRO B.38.3 – DADOS AGREGADOS DOS TERMOS DE PARCERIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA

<b>Exercícios</b>	<b>Quantidade de Termos Vigentes</b>	<b>Montante Repassado no Exercício (em R\$ 1,00)</b>
<b>2011</b>	15	R\$ 20.131.049,95
<b>2010</b>	23	R\$ 4.117.666,09

Fonte: Coordenação-Geral de Convênios – CGCV/DGI/MTur, em consulta ao SIAFI Gerencial

## 50.3 ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DOS TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS

QUADRO B.38.5 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO

<b>CNPJ da Entidade Parceira</b>	<b>Data da Apresentação das Contas</b>	<b>Período de Referência</b>		<b>Situação da Análise*</b>	<b>Decisão**</b>
		<b>Data Início</b>	<b>Data Fim</b>		
05.317.514/0001-99	02/2012	10/08/2010	30/09/2012	Em andamento	<b>Em exigência</b> , TP inadimplente desde 14/06/2012 e Tomada de Contas em Andamento.
05.317.514/0001-99	02/2012	31/03/2010	15/04/2012	Em andamento	<b>Em exigência</b> . Prestação de Contas em análise pelo Setor Técnico, realizado diligências.
<b>* Situação</b>			<b>**Decisão:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Concluída</li> <li>▪ Em andamento</li> <li>▪ Não iniciada</li> </ul>			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprovada</li> <li>▪ Reprovada</li> <li>▪ Em exigência</li> </ul>		

Fonte: Coordenação-Geral de Convênios, via consulta ao SIAFI

## 50.4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A PARCERIA

QUADRO B.38.6 – DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA

<b>Identificação da Entidade Parceira – TP 731901</b>			
<b>Nome</b>	Instituto Marca Brasil- IMB	<b>CNPJ</b>	05.317.514/0001-99
<b>Caracterização do Indicador 1</b>			
<b>Nome</b>	Grupo Gestor Formado		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	Os Grupos Gestores formados nos destinos são grupos de trabalho criados no âmbito do Projeto, compostos por representantes do poder público, entidades privadas, e terceiro Setor.		
<b>Unidade de Medida</b>	Unidade		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual		
<b>Aferição dos Resultados do Indicador 1</b>			
<b>Meta do exercício</b>	<b>Pactuada</b>	50	
	<b>Realizada</b>	0	
	<b>% Realização</b>	0	
<b>% de Realização da Meta de exercícios anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2011</b>	96% (48 Grupos Gestores foram formados)
		<b>2010</b>	0
<b>Análise do Indicador 1</b>	Obs: Termo de Parceria encontra-se em análise de prestação de contas, podendo o relatório de execução dados sofrer ainda alterações.		
<b>Caracterização do Indicador 2</b>			
<b>Nome</b>	Plano Estratégico Elaborado		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	O Plano Estratégico é um documento elaborado pelo destino no âmbito do projeto para auxiliá-lo no planejamento de sua atividade turística, deve priorizar ações que foquem a competitividade do destino no mercado, a estruturação de produtos e serviços, alavancando a atividade turística no município e consequentemente na região turística.		
<b>Unidade de Medida</b>	Unidade		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual		
<b>Aferição dos Resultados do Indicador 2</b>			
<b>Meta do exercício</b>	<b>Pactuada</b>	50	
	<b>Realizada</b>	0	
	<b>% Realização</b>	0	
<b>% de Realização da Meta de exercícios anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2011</b>	0
		<b>2010</b>	0
<b>Análise do Indicador 2</b>	Obs: Termo de Parceria encontra-se em análise de prestação de contas, podendo o relatório de execução dados sofrer ainda alterações.		
<b>Identificação da Entidade Parceira – TP 739222</b>			
<b>Nome</b>	Instituto Marca Brasil- IMB	<b>CNPJ</b>	05.317.514/0001-99
<b>Caracterização do Indicador 1</b>			
<b>Nome</b>	Grupo Gestor Formado		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	Os Grupos Gestores formados nos destinos são grupos de trabalho criados no âmbito do Projeto Gestão e Planejamento de Destinos Turísticos, compostos por representantes do poder público, entidades privadas, e terceiro Setor.		
<b>Unidade de Medida</b>	Unidade		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual		
<b>Aferição dos Resultados do Indicador 1</b>			
<b>Meta do exercício</b>	<b>Pactuada</b>	10	
	<b>Realizada</b>	0	
	<b>% Realização</b>	0	

% de Realização da Meta de exercícios anteriores	Exercícios	2011	0
		2010	0
<b>Análise do Indicador 1</b>	Obs: Termo de Parceria encontra-se em análise de prestação de contas, podendo o relatório de execução dados sofrer ainda alterações.		
<b>Caracterização do Indicador 2</b>			
<b>Nome</b>	Plano Estratégico Elaborado		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	O Plano Estratégico é um documento elaborado pelo destino no âmbito do projeto para auxiliá-lo no planejamento de sua atividade turística, deve priorizar ações que foquem a competitividade do destino no mercado, a estruturação de produtos e serviços, alavancando a atividade turística no município e consequentemente na região turística.		
<b>Unidade de Medida</b>	Unidade		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual		
<b>Aferição dos Resultados do Indicador 2</b>			
<b>Meta do exercício</b>	<b>Pactuada</b>	10	
	<b>Realizada</b>	0	
	<b>% Realização</b>	0	
% de Realização da Meta de exercícios anteriores	Exercícios	2011	0
		2010	0
<b>Análise do Indicador 2</b>	Obs: Termo de Parceria encontra-se em análise de prestação de contas, podendo o relatório de execução dados sofrer ainda alterações.		
<b>Caracterização do Indicador 3</b>			
<b>Nome</b>	Software de gestão implementado		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	O Software de Gestão é uma ferramenta a ser disponibilizada ao destino contemplado no projeto com o objetivo de proporcionar um método automatizado para a gestão da competitividade, bem como de ações priorizadas pelo Grupo Gestor do destino com base no índice de competitividade.		
<b>Unidade de Medida</b>	Unidade		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual		
<b>Aferição dos Resultados do Indicador 3</b>			
<b>Meta do exercício</b>	<b>Pactuada</b>	10	
	<b>Realizada</b>	0	
	<b>% Realização</b>	0	
% de Realização da Meta de exercícios anteriores	Exercícios	2011	0
		2010	0
<b>Análise do Indicador 3</b>	Obs: Termo de Parceria encontra-se em análise de prestação de contas, podendo o relatório de execução dados sofrer ainda alterações.		
<b>Caracterização do Indicador 4</b>			
<b>Nome</b>	Plano de marketing desenvolvido		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	O Plano de Marketing objetiva direcionar o desenvolvimento de ações de posicionamento mercadológico da produção turística local e regional.		
<b>Unidade de Medida</b>	Unidade		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual		
<b>Aferição dos Resultados do Indicador 4</b>			
<b>Meta do exercício</b>	<b>Pactuada</b>	1	
	<b>Realizada</b>	0	
	<b>% Realização</b>	0	
% de Realização da Meta de exercícios anteriores	Exercícios	2011	0
		2010	0

<b>Análise do Indicador 4</b>	Obs: Termo de Parceria encontra-se em análise de prestação de contas, podendo o relatório de execução dados sofrer ainda alterações.		
<b>Caracterização do Indicador 5</b>			
<b>Nome</b>	Plano de comunicação desenvolvido		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	O Plano de Comunicação é uma ferramenta a ser elaborada que objetiva gerar e circular informações organizadas pertinentes ao projeto para os destinos, bem como possibilitar a interação entre atores e públicos responsáveis pela gestão da competitividade nos destinos.		
<b>Unidade de Medida</b>	Unidade		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual		
<b>Aferição dos Resultados do Indicador 5</b>			
<b>Meta do exercício</b>	<b>Pactuada</b>	1	
	<b>Realizada</b>	0	
	<b>% Realização</b>	0	
<b>% de Realização da Meta de exercícios anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2011</b>	0
		<b>2010</b>	0
<b>Análise do Indicador 5</b>	Obs: Termo de Parceria encontra-se em análise de prestação de contas, podendo o relatório de execução dados sofrer ainda alterações.		

Fonte: Coordenação-Geral de Regionalização – CGRG/DEAOT/SNPTur

## **RESULTADOS E CONCLUSÕES**

De forma geral, conclui-se que a gestão desta Secretaria Nacional de Política de Turismo – SNPTur no ano de 2012 foi satisfatória, não obstante ter sido afetada pelo forte contingenciamento orçamentário que atingiu boa parte do exercício. A eficácia da gestão se mostra por meio de resultados alcançados, tais como:

- Elaboração do Planejamento Estratégico do Setor Turismo para o quadriênio de 2012-2015;
- Continuidade da implementação da Política Nacional de Turismo, por intermédio da Gestão Descentralizada, da Reformulação do Programa de Regionalização do Turismo e das Reuniões periódicas do Conselho Nacional do Turismo – CNT;
- Normatização da atividade turística e da prestação de serviços turísticos, por meio da metodologia do Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass); da regulamentação do Sistema de Cadastramento de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur); e da formalização de delegação às UF's das atividades de cadastro e fiscalização de prestadores de serviços turísticos, bem como acompanhamento dos processos da classificação hoteleira;
- Primeiras transmissões de dados da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes, como parte do Sistema Nacional de Registro de Hóspedes – SNRHos, que visa modernizar o levantamento de estatísticas sobre o turismo no País;
- Incremento das ações de promoção interna do turismo, por meio de campanhas, eventos, internet e mídias sociais. Estas ações contribuem fortemente para o consistente aumento no número de desembarques domésticos do país. No ano de 2012, alcançou-se a marca de 85,4 milhões de desembarques nacionais, superando em aproximadamente 7% o recorde anual anterior, quando, em 2011, foram totalizados 79,2 milhões de desembarques; e
- Elaboração de importantes estudos e pesquisas conjunturais e estruturais da atividade turística, consubstanciando um amplo Sistema de Informações Turísticas, dentre outras ações de apoio às Secretarias do Ministério do Turismo e Embratur. Destaque no ano para a Pesquisa de Demanda Doméstica, que quantifica e traça o perfil do turista nacional.

**ANEXOS**

QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIOS DE REFERÊNCIA

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>									
<b>Nome:SECRETARIA NAC.DE POLITICAS DE TURISMO-SNPTUR</b>									
<b>CNPJ : 05457283000704</b>						<b>UG/GESTÃO: 540006</b>			
<b>Informações sobre as Transferências</b>									
M o d	Nº do instr	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		S i t
			Global	Contrap.	No Exercício	Acumulado até Exercício	Início	Fim	
1	708147	08783132000149 - SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO PIAUI	333.700,00	33.700,00		-	04/11/2009	22/01/2013	1
1	717797	00965145000127 - PREF MUN DE COCALINHO	110.000,00	10.000,00	-	-	02/12/2009	26/12/2012	1
1	722024	07891666000126 - PREF MUN DE ALTO SANTO	150.000,00	50.000,00		-	23/12/2009	15/12/2012	1
1	723891	28741098000157 - PREF MUN DE SILVA JARDIM	156.250,00	6.250,00	144.360,00	144.360,00	17/12/2009	12/08/2012	1
1	723998	30099147000141 - COMPANHIA DE TURISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-TURISR	373.000,00	33.000,00		183.118,25	31/12/2009	30/06/2013	1
1	724005	10931533000140 - EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO S/A	110.000,00	10.000,00		33.000,00	31/12/2009	28/06/2013	1
1	724010	08585510000180 - ESTADO DO MARANHAO - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	117.000,00	10.000,00	33.000,00	59.236,50	31/12/2009	29/06/2013	1
1	724011	07817993000138 - AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO	110.000,00	10.000,00		66.000,00	31/12/2009	30/06/2013	1
1	724017	05521532000198 - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE	256.300,00	23.300,00		133.000,00	31/12/2009	13/06/2013	1
1	724021	80205776000187 - PARANA TURISMO	366.300,00	33.300,00		183.000,00	31/12/2009	30/06/2013	1
1	724023	04808290000155 - FUNDACAO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL	115.588,00	15.588,00	34.000,00	100.000,00	31/12/2009	31/12/2012	1
1	724027	13128798003704 - ESTADO DE SERGIPE - ADMINISTRACAO DIRETA	117.700,00	10.700,00		73.000,00	31/12/2009	30/06/2013	1
1	724033	08783132000149 - SECRETARIA DO TURISMO DO	109.994,00	9.994,24		66.000,00	31/12/2009	30/06/2013	1

ESTADO DO PIAUI									
1	724049	03549463000103 - GOIAS TURISMO - AGENCIA GOIANA DE TURISMO	263.300,00	23.300,00		140.000,00	31/12/2009	31/12/2012	1
1	724062	05662046000190 - EMPRESA ESTADUAL DE TURISMO - AMAZONASTUR	110.000,00	10.000,00		66.000,00	31/12/2009	29/06/2013	1
1	724071	03500589000185 - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	374.000,00	34.000,00		33.546,03	31/12/2009	31/12/2012	1
1	724078	04834305000150 - COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO	150.383,00	43.383,00		73.000,00	31/12/2009	30/06/2013	1
1	724081	00671077000193 - SECRETARIA DO TURISMO	116.600,00	10.600,00		72.000,00	31/12/2009	07/07/2013	1
1	724086	03682401000167 - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOC	117.800,00	10.800,00		59.236,50	31/12/2009	30/06/2013	1
1	724089	01278765000150 - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	128.600,00	21.600,00		66.118,25	31/12/2009	30/06/2013	1
1	724092	69977734000121 - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR	110.000,00	10.000,00	34.000,00	100.000,00	31/12/2009	30/06/2013	1
1	724095	08946006000168 - EMPRESA PARAIBANA DE TURISMO S/A-PB-TUR	110.000,00	10.000,00		66.000,00	31/12/2009	30/06/2013	1
1	724097	09061476000107 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, TURISMO E LAZER - SETU	117.000,00	16.999,81		31.873,51	31/12/2009	30/06/2013	1
1	724150	03500589000185 - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	510.602,00	102.120,47		408.481,87	29/12/2009	30/03/2012	1
1	724156	34925198000136 - PREF MUN DE CUTIAS	520.204,00	20.834,00		499.370,00	31/12/2009	20/11/2012	1
1	724421	21835111000198 - EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE B HORIZONTE SA BELOTUR	700.600,00	70.600,00		630.000,00	31/12/2009	30/07/2013	1
1	724763	47173729000123 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	593.300,00	53.300,00		290.000,00	31/12/2009	31/12/2012	1
1	726085	08750791000189 - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	110.000,00	10.000,00		38.473,21	31/12/2009	31/12/2012	1
1	732016	03584892000103 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL E PROJETOS E	310.209,00	12.409,00		-	22/03/2010	17/04/2012	1
1	732044	01612637000100 - PREF MUN DE RIACHO DE SANTO ANTONIO	105.265,00	5.265,00		-	03/04/2010	03/12/2012	1

1	732089	46634168000150 - PREF MUN DE AVARE	168.000,00	18.000,00		-	04/04/2010	27/01/2013	1
1	732611	08924813000180 - PREF MUN DE LUCENA	104.200,00	4.200,00		-	23/04/2010	29/01/2013	1
1	732783	37388378000114 - PREF MUN DE VILA BOA	105.000,00	5.000,00		-	29/04/2010	17/12/2012	1
1	732828	07839225000185 - ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TERRITORIO D	276.615,00	75.105,00		201.509,00	03/05/2010	16/01/2012	1
1	732861	01067941000105 - PREF MUN DE PIRENOPOLIS	111.299,00	4.500,00	106.799,10	106.799,10	02/05/2010	25/10/2012	1
1	732867	10105971000150 - PREF MUN DE IBIMIRIM	218.000,00	18.000,00		-	30/04/2010	25/12/2012	1
1	732933	14222277000173 - PREF MUN DE SERRA DOURADA	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	01/05/2010	17/06/2012	1
1	733021	07413255000125 - PREF MUN DE JATI	105.000,00	5.000,00		-	06/05/2010	17/12/2012	1
1	733711	25209115000111 - PREF MUN DE MATIAS CARDOSO	110.000,00	10.000,00		-	13/05/2010	02/03/2013	1
1	734003	01612636000157 - PREF MUN DE DAMIAO	105.000,00	5.000,00		-	15/05/2010	25/02/2013	1
1	734005	08579242000193 - SECRETARIA DE TURISMO SETUR	257.000,00	24.000,00	133.000,00	133.000,00	17/05/2010	31/12/2013	1
1	734006	00998859000131 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	110.000,00	10.000,00		66.000,00	17/05/2010	29/08/2013	1
1	734014	01612503000180 - PREF MUN DE JOSENOPOLIS	120.000,00	20.000,00		-	14/05/2010	29/01/2013	1
1	734710	12262721000159 - PREF MUN DE FLEXEIRAS	105.000,00	5.000,00		-	20/05/2010	17/12/2012	1
1	734873	07733256000157 - PREF MUN DE SOLONOPOLE	128.500,00	28.500,00	100.000,00	100.000,00	21/05/2010	16/05/2012	1
1	734959	11097250000108 - PREF MUN DE LAGOA DO ITAENGA	111.200,00	11.200,00		-	23/05/2010	29/01/2013	1
1	735675	01612684000145 - SAO JOSE DE PRINCESA PREFEITURA MUNICIPAL	105.000,00	5.000,00		-	30/05/2010	07/02/2013	1
1	735831	82928656000133 - PREF MUN DE TUBARAO	149.000,00	20.000,00		-	27/05/2010	30/04/2012	1
1	735847	05832977000199 - PREF MUN DE SANTANA DO ARAGUAIA	150.000,00	50.000,00		-	29/05/2010	29/01/2013	1
1	735856	87441440000162 - CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE PELOTAS	97.000,00	97.000,00		-	28/05/2010	20/01/2012	1
1	736107	13119961000161 - PREF MUN DE CAPELA	126.000,00	6.000,00		-	31/05/2010	14/09/2012	1
1	736116	12200333000143 - PREF MUN DE SATUBA	105.000,00	5.000,00		-	28/05/2010	19/12/2012	1
1	736117	25086612000170 - PREF MUN DE GOIANORTE	104.500,00	4.500,00		-	28/05/2010	20/01/2013	1
1	736124	01612637000100 - PREF MUN DE RIACHO DE	105.265,00	5.265,00		-	29/05/2010	29/01/2013	1

SANTO ANTONIO									
1	736130	07849532000147 - PREF MUN DE TAUÁ	106.100,00	8.488,00		-	29/05/2010	03/12/2012	1
1	736132	08876104000176 - PASSAGEM PREFEITURA MUNICIPAL	105.000,00	5.000,00		-	30/05/2010	29/01/2013	1
1	736282	06553754000155 - PREF MUN DE ITAINÓPOLIS	105.000,00	5.000,00		-	31/05/2010	17/06/2012	1
1	736636	10114502000105 - PREF MUN DE ITACURUBA	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	04/06/2010	15/06/2012	1
1	736655	11358124000160 - PREF MUN DE TUPARETAMA	105.000,00	5.000,00		-	04/06/2010	03/12/2012	1
1	736660	00895668000144 - SINDICATO RURAL DE GURUPI	175.000,00	25.000,00		-	04/06/2010	16/03/2012	1
1	736674	07891682000119 - PREF MUN DE TABULEIRO DO NORTE	210.000,00	10.000,00		-	03/06/2010	15/01/2013	1
1	736823	11040904000167 - OURICURI PREFEITURA	330.000,00	30.000,00		-	04/06/2010	01/12/2012	1
1	736828	09074113000106 - PREF MUN DE PRATA	105.000,00	5.000,00		-	10/06/2010	22/02/2013	1
1	736836	07520224000173 - PREF MUN DE BAIXIO	108.000,00	8.000,00		-	07/06/2010	16/01/2013	1
1	736915	08924060000102 - PREF MUN DE TRIUNFO	105.010,00	5.010,00	19.055,33	19.055,33	04/06/2010	29/01/2013	1
1	737448	87958666000135 - SECRETARIA DO TURISMO	370.000,00	37.000,00		183.000,00	25/06/2010	22/08/2013	1
1	737454	07535446000160 - PREF MUN DE RUSSAS	279.800,00	29.800,00		250.000,00	10/06/2010	30/03/2012	1
1	737474	18279059000126 - PREF MUN DE VARZEA DA PALMA	217.000,00	17.000,00		-	10/06/2010	18/12/2012	1
1	737553	16435547000150 - PREF MUN DE SAO DOMINGOS	105.000,00	5.000,00		-	11/06/2010	17/06/2012	1
1	737565	15225014000180 - EMPRESA DE TURISMO DA BAHIA S A	966.700,00	96.700,00		500.000,00	12/06/2010	14/01/2012	1
1	737570	08701062000132 - PREF MUN DE AREIAL	137.560,00	37.560,00		-	11/06/2010	15/01/2013	1
1	737575	11286366000195 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA	105.000,00	5.000,00		-	11/06/2010	18/12/2012	1
1	737576	07752013000166 - ORGANIZACAO DA SOCIEDADE PARA A INCLUSAO SOCIAL - CN100	112.000,00	12.000,00		-	11/06/2010	17/03/2012	1
1	737583	12236873000187 - PREF MUN DE MARIBONDO	105.000,00	5.000,00		-	11/06/2010	18/12/2012	1
1	737600	12342655000127 - MUNICIPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE	105.000,00	5.000,00		-	13/06/2010	12/12/2012	1
1	737601	11097300000157 - PREF MUN DE PASSIRA	220.000,00	20.000,00	200.000,00	200.000,00	12/06/2010	17/06/2012	2
1	737603	08786865000137 - PREF MUN DE MULUNGU	104.200,00	4.200,00		-	12/06/2010	22/12/2012	1
1	737605	08787012000110 - PREF MUN DE DUAS ESTRADAS	102.000,00	5.000,00		-	12/06/2010	15/01/2013	1

1	737611	09148727000195 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCO	5.000,00	5.000,00		-	11/06/2010	23/12/2012	5
1	737895	06738132000100 - PREF MUN DE CARIRIACU	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	20/06/2010	04/07/2012	2
1	737988	07849532000147 - PREF MUN DE TAUA	330.000,00	30.000,00		300.000,00	15/06/2010	18/01/2012	1
1	737991	08364655000150 - PREF MUN DE RIACHUELO	105.000,00	5.000,00		-	24/06/2010	14/01/2013	1
1	737999	00766717000149 - PREF MUN DE SITIO NOVO DO TOCANTINS	105.000,00	5.000,00		-	18/06/2010	15/12/2012	1
1	738000	45302130000117 - PREF MUN DE SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	112.010,00	12.010,00		100.000,00	17/06/2010	20/01/2012	1
1	738446	13698758000197 - PREF MUN DE UAUÁ	210.000,00	10.000,00		-	19/06/2010	30/12/2012	1
1	738454	08260663000157 - PREF MUN DE CAMARAGIBE	326.087,00	26.087,00		-	18/06/2010	29/01/2013	1
1	738461	08919425000100 - PREF MUN DE SOLEDADE	105.000,00	5.000,00		-	18/06/2010	07/01/2013	1
1	738462	08148421000176 - PAU DOS FERROS PREFEITURA	118.000,00	7.000,00		-	16/06/2010	08/01/2013	1
1	738471	12247631000199 - PREF MUN DE SAO SEBASTIAO	210.000,00	10.000,00		-	17/06/2010	05/12/2012	1
1	738757	18363945000133 - PREF MUN DE BONFIM	104.500,00	4.499,96		-	17/06/2010	15/01/2013	1
1	738794	07416704000199 - PREF MUN DE CAMPOS SALES	155.000,00	10.000,00		-	17/06/2010	07/12/2012	1
1	738800	01612677000143 - PREF MUN DE JOCA MARQUES	105.000,00	5.000,00		-	19/06/2010	26/12/2012	1
1	738803	08865933000153 - PREF MUN DE JURUPIRANGA	105.000,00	5.000,00		-	23/06/2010	14/01/2013	1
1	738807	13675681000130 - PREF MUN DE PIATA	105.000,00	5.000,00		-	23/06/2010	22/01/2013	1
1	738822	18313833000178 - FLORESTAL PREFEITURA	105.000,00	5.000,00		-	17/06/2010	17/12/2012	1
1	739363	16901381000110 - PREF MUN DE LAGOA DOS PATOS	100.380,00	5.000,00	95.380,00	95.380,00	18/06/2010	16/08/2012	1
1	739374	08925968000130 - PREF MUN DE DESTERRO	105.000,00	5.000,00		-	19/06/2010	28/01/2013	1
1	739375	07533656000119 - PREF MUN DE SAO GONCALO DO AMARANTE	200.900,00	8.400,00		-	18/06/2010	19/12/2012	1
1	739381	10144426000172 - PREF MUN DE PARANATAMA	105.000,00	5.000,00		-	18/06/2010	18/12/2012	1
1	739384	01612678000198 - PREF MUN DE SAO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUI	105.000,00	5.000,00		-	21/06/2010	30/12/2012	1
1	739388	16899700000108 - PREF MUN DE IBIAI	110.000,00	35.834,00		-	18/06/2010	18/02/2013	1
1	739399	13889993000146 - PREF MUN DE IACU	105.000,00	5.000,00		-	23/06/2010	25/01/2013	1
1	739985	09073628000191 - PREF MUN DE MONTEIRO	210.000,00	10.000,00		-	21/06/2010	20/12/2012	1
1	739995	06554190000175 - PREF MUN DE LUZILANDIA	220.000,00	20.000,00		-	23/06/2010	18/12/2012	1

1	740385	06553895000178 - PREF MUN DE COCAL	115.000,00	15.000,00		-	23/06/2010	18/01/2013	1
1	740392	01612593000100 - PREF MUN DE MORRO DO CHAPEU DO PIAUI	105.000,00	5.000,00		100.000,00	23/06/2010	16/03/2012	1
1	740403	13676309000148 - PREF MUN DE TANHACU	205.000,00	10.000,00		-	22/06/2010	14/12/2012	1
1	740442	09074592000160 - SAO JOAO DO TIGRE PREFEITURA	105.000,00	5.000,00		-	22/06/2010	29/01/2013	1
1	740449	08925968000130 - PREF MUN DE DESTERRO	105.000,00	5.000,00		-	22/06/2010	23/12/2012	1
1	740543	06554760000127 - PREF MUN DE AGUA BRANCA	107.500,00	7.500,00		-	24/06/2010	20/06/2012	1
1	740823	32697583000148 - PREF MUN DE NOVA IBIA	150.000,00	50.000,00		-	23/06/2010	24/01/2012	1
1	740827	07977044000115 - MUNICIPIO DE MISSAO VELHA - PREFEITURA MUNICIPAL	237.000,00	37.000,00		-	23/06/2010	06/02/2013	1
1	740831	08926263000138 - PREF MUN DE ALAGOINHA	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	23/06/2010	16/05/2012	1
1	740833	08940702000167 - PREF MUN DE BOA VENTURA	105.000,00	5.000,00		-	23/06/2010	21/09/2012	1
1	741283	08942229000157 - PREF MUN DE DIAMANTE	105.000,00	5.000,00		-	24/06/2010	16/12/2012	1
1	741299	01612641000160 - MATINHAS PREFEITURA	105.000,00	5.000,00		-	27/06/2010	22/01/2013	1
1	741553	08996886000187 - PREF MUN DE JUAZEIRINHO	105.000,00	5.000,00		-	24/06/2010	28/12/2012	1
1	741693	06157846000116 - PREF MUN DE AMARANTE DO MARANHAO	208.500,00	8.500,00		200.000,00	25/06/2010	01/05/2012	2
1	741696	01612643000159 - PREF MUN DE SANTA CECILIA	105.000,00	5.000,00		-	26/06/2010	02/12/2012	1
1	741697	01219807000182 - PREF MUN DE URUACU	105.000,00	5.000,00		-	25/06/2010	09/12/2012	1
1	741704	05770905000164 - FUNDACAO CULTURAL MUSEU ETNICO DO NORDESTE - FUNET	105.000,00	5.000,00		-	27/06/2010	16/01/2012	1
1	741757	00394577000125 - GOVERNO DO ESTADO DO AMAPA	110.000,00	10.000,00		-	25/06/2010	25/06/2012	1
1	742099	08789737000147 - PREF MUN DE SERRA DA RAIZ	105.000,00	5.000,00		-	25/06/2010	16/12/2012	1
1	742101	11361235000125 - PREF MUN DE PARNAMIRIM	105.000,00	5.000,00		-	25/06/2010	09/12/2012	1
1	742103	05282801000100 - PREF MUN DE RIACHAO	209.000,00	9.000,00	200.000,00	200.000,00	25/06/2010	08/07/2012	1
1	742108	07891682000119 - PREF MUN DE TABULEIRO DO NORTE	109.850,00	10.000,00		-	25/06/2010	28/12/2012	1
1	742111	04329736000169 - PREF MUN DE PARINTINS	1.419.000,00	129.000,00		-	25/06/2010	01/01/2013	1
1	742118	01068030000100 - PREF MUN DE SILVANIA	105.050,00	5.050,00		100.000,00	26/06/2010	10/06/2012	1
1	742122	08916124000123 - SERIDO PREFEITURA	116.500,00	16.500,00		-	26/06/2010	13/12/2012	1

1	742129	01612636000157 - PREF MUN DE DAMIAO	105.000,00	5.000,00		-	26/06/2010	18/12/2012	1
1	742130	14126981000122 - PREF MUN DE ENTRE RIOS	100.000,00	5.000,00		-	26/06/2010	02/03/2013	1
1	742132	24176307000106 - PREF MUN DE ESTRELA DE ALAGOAS	105.000,00	5.000,00		-	28/06/2010	09/12/2012	1
1	742133	18404962000171 - PESCADOR PREFEITURA	105.000,00	30.000,00		-	26/06/2010	29/01/2013	1
1	742134	09145368000112 - PREF MUN DE AGUA BRANCA	105.000,00	5.000,00		-	27/06/2010	01/08/2012	1
1	742136	45301264000113 - PREF MUN DE MOGI-GUACU	225.000,00	25.000,00		-	26/06/2010	02/03/2013	1
1	742137	08873226000109 - PREF MUN DE SAO JOSE DOS CORDEIROS	105.000,00	5.000,00		-	27/06/2010	30/01/2013	1
1	742514	08144784000133 - PREF MUN DE NOVA CRUZ	150.500,00	7.500,00		-	28/06/2010	23/12/2012	1
1	742527	05770905000164 - FUNDACAO CULTURAL MUSEU ETNICO DO NORDESTE - FUNET	334.000,00	34.000,00		-	28/06/2010	16/01/2012	1
1	743324	05589348000180 - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL	173.698,00	66.236,64		66.000,00	02/07/2010	08/12/2013	1
1	743421	13828496000138 - PREF MUN DE GOVERNADOR MANGABEIRA	104.200,00	4.200,00		-	01/07/2010	18/12/2012	1
1	743558	35561471000153 - PREF MUN DE PARIPUEIRA	105.000,00	5.000,00		-	29/06/2010	30/01/2013	1
1	744053	06553697000104 - PREF MUN DE CONCEICAO DO CANINDE	105.000,00	5.000,00		-	01/07/2010	22/12/2012	1
1	745037	18428839000190 - PREF MUN DE UBERABA	324.390,00	32.439,00		291.951,00	02/07/2010	20/01/2012	1
1	746801	45279635000108 - PREF MUN DE ATIBAIA	282.338,00	28.233,82		254.104,34	02/07/2010	31/12/2012	1
1	748248	03638112000160 - INSTITUTO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARAGUACU-INCEP	781.340,00	78.840,00		702.500,00	25/10/2010	12/07/2012	2
1	748322	05241493000175 - ASSOCIACAO CASA AZUL	203.130,00	8.130,00		-	03/08/2010	06/07/2012	1
1	749124	07847976000143 - ACL ASSOCIACAO DE CULTURA LIVRE	333.333,00	33.333,33		-	16/09/2010	07/06/2012	1
1	749261	01172500000173 - COMUNIDADE NOVA	306.870,00	15.570,74		-	17/09/2010	13/01/2012	1
1	749441	23727886000175 - SKAL INTERNACIONAL DE FORTALEZA	334.000,00	34.000,00		-	05/10/2010	23/01/2012	1
1	749548	07256404000190 - ASSOCIACAO EDUCACIONAL COMUNITARIA DO MUNICIPIO DE TIBA	129.600,00	5.184,00		-	16/10/2010	26/07/2012	1
1	750193	01883949000140 - INSTITUTO DE PESQUISA E ACO MODULAR-IPAM	279.475,00	29.475,00		-	19/11/2010	23/06/2012	1

1	752245	05044444000142 - ASSOCIACAO DO CIRCUITO TURISTICO SERRAS VERDES DO SUL D	208.000,00	8.320,00		-	17/12/2010	13/07/2012	1
1	753732	10565000000192 - PREF MUN DE RECIFE	300.000,00	24.000,00		276.000,00	30/12/2010	21/02/2012	1
1	753733	47492806000108 - PREF MUN DE CUBATAO	397.000,00	40.000,00		-	31/12/2010	17/01/2013	1
1	755458	76020452000105 - PREF MUN DE LAPA	165.000,00	15.000,00	150.000,00	150.000,00	03/06/2011	09/07/2012	1
1	755459	14217335000170 - PREF MUN DE GLORIA	102.450,00	2.450,00	100.000,00	100.000,00	01/06/2011	31/07/2012	1
1	755467	22680672000128 - PREF MUN DE CORACAO DE JESUS	3.750,00	3.750,00		-	03/06/2011	18/09/2012	1
1	755468	76178029000120 - PREF MUN DE INACIO MARTINS	110.000,00	10.000,00	67.272,72	67.272,72	10/06/2011	16/01/2013	1
1	755469	77398154000108 - PREF MUN DE JESUITAS	104.000,00	4.000,00		-	03/06/2011	01/01/2013	1
1	755472	08881567000126 - PREF MUN DE QUIXABA	100.000,00	5.000,00	80.521,70	80.521,70	27/05/2011	11/12/2012	1
1	755483	02879138000138 - PREF MUN DE JANDAIA	105.600,00	5.599,61	47.206,62	47.206,62	17/06/2011	03/01/2013	1
1	755484	78198975000163 - PREF MUN DE GOIOERE	100.000,00	2.500,00		-	05/06/2011	23/09/2012	1
1	755485	07387343000108 - PREF MUN DE BATURITE	155.000,00	5.000,00		-	03/06/2011	05/01/2013	1
1	755486	27174085000180 - PREF MUN DE PINHEIRO	10.000,00	10.000,00		-	04/06/2011	20/12/2012	1
1	755493	02394765000189 - PREF MUN DE PARAUNA	110.000,00	10.000,00	100.000,00	100.000,00	06/06/2011	04/01/2013	1
1	755495	10296887000160 - PREF MUN DE VERTENTES	110.000,00	10.000,00		-	04/06/2011	19/12/2012	1
1	755497	35049097000101 - PREF MUN DE CATUNDA	103.590,00	3.590,00	100.000,00	100.000,00	10/06/2011	18/09/2012	1
1	755498	08993917000146 - PREF MUN DE CAMPINA GRANDE	1.930.000,00	130.000,00		1.076.480,00	03/06/2011	01/03/2012	2
1	755499	08785479000120 - PREF MUN DE GUARABIRA	217.626,00	17.626,46		-	10/06/2011	22/01/2013	1
1	755506	45279627000161 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACAIA	153.500,00	3.500,00		-	10/06/2011	30/12/2012	1
1	755507	01612553000168 - PREF MUN DE SOBRADO	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	11/06/2011	15/01/2013	1
1	755508	76950096000110 - PREF MUN DE UBIRATA	155.000,00	5.000,00	150.000,00	150.000,00	03/06/2011	04/02/2013	1
1	755509	02320364000184 - AURILANDIA PREFEITURA MUNICIPAL	5.000,00	5.000,00		-	09/06/2011	07/01/2013	1
1	755513	13112289000182 - PREF MUN DE CUMBE	105.000,00	5.000,00		-	17/06/2011	08/07/2012	1
1	755514	18457234000128 - PREF MUN DE CAPINOPOLIS	109.442,00	9.441,86		-	13/06/2011	22/01/2013	1
1	755515	01612622000133 - PREF MUN DE BETANIA DO PIAUI	105.000,00	5.000,00	29.142,86	29.142,86	09/06/2011	04/01/2013	1
1	755516	13982608000100 - PREF MUN DE CANDIBA	2.060,00	2.060,00		-	10/06/2011	08/01/2013	5

1	755517	46410866000171 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA	101.717,00	2.034,34		-	09/06/2011	01/10/2012	1
1	755518	25107657000183 - PREF MUN DE TURVELANDIA	106.000,00	6.000,00		-	16/06/2011	01/02/2013	1
1	755519	76205814000124 - PREF MUN DE MARECHAL CANDIDO RONDON	105.000,00	5.000,00	95.500,00	95.500,00	06/06/2011	31/05/2012	1
1	755520	07726540000104 - PREF MUN DE PEDRA BRANCA	155.000,00	5.000,00	42.387,10	42.387,10	05/06/2011	19/12/2012	1
1	755521	07387392000132 - PREF MUN DE ARACOIABA	180.000,00	30.000,00	10.000,00	10.000,00	10/06/2011	12/03/2013	1
1	755522	07416704000199 - PREF MUN DE CAMPOS SALES	158.000,00	8.000,00		-	09/06/2011	04/01/2013	1
1	755524	44441475000199 - PREF MUN DE GLICERIO	17.000,00	17.000,00		-	02/06/2011	23/01/2013	5
1	755525	13118435000187 - PREF MUN DE SAO FRANCISCO	105.000,00	5.000,00	95.852,38	95.852,38	15/06/2011	12/12/2012	1
1	755526	10264406000135 - PREF MUN DE PESQUEIRA	220.000,00	20.000,00		-	02/06/2011	04/12/2012	1
1	755527	24857096000177 - PREF MUN DE BONFINOPOLIS	8.000,00	8.000,00		-	10/06/2011	05/01/2013	1
1	755528	13783279000179 - PREF MUN DE RIO DO PIRES	102.600,00	2.600,00	100.000,00	100.000,00	01/07/2011	13/01/2013	1
1	755529	08095960000194 - PREF MUN DE SAO JOAO DO SABUGI	105.000,00	5.000,00	21.809,52	21.809,52	20/06/2011	14/02/2013	1
1	755530	01612687000189 - PREF MUN DE CAJAZEIRINHAS	20.000,00	20.000,00		-	10/06/2011	09/01/2013	1
1	755531	01613283000100 - PREF MUN DE JOCA CLAUDINO	20.000,00	20.000,00		-	10/06/2011	05/01/2013	5
1	755532	18125146000129 - PREF MUN DE BURITIS	110.400,00	10.400,00	88.224,64	88.224,64	02/06/2011	16/11/2012	1
1	755533	14160378000167 - PREF MUN DE URUCUCA	5.000,00	5.000,00		-	23/06/2011	26/02/2013	1
1	755534	08732174000150 - CUITE PREFEITURA	6.500,00	6.500,00		-	23/06/2011	28/02/2013	1
1	755535	13607346000102 - PREF MUN DE ANGUERA	5.000,00	5.000,00		-	23/06/2011	26/02/2013	1
1	755537	08742439000100 - PREF MUN DE SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	105.000,00	5.000,00	71.428,57	71.428,57	04/06/2011	13/03/2013	1
1	755538	07598642000183 - PREF MUN DE SENADOR SA	102.520,00	2.520,00		-	17/06/2011	31/01/2013	1
1	755539	10462497000113 - PREF MUN DE VICOSA DO CEARA	158.500,00	8.500,00	67.069,33	67.069,33	15/07/2011	21/02/2013	1
1	755541	08702862000178 - PREF MUN DE CABACEIRAS	105.000,00	5.000,00	19.200,00	19.200,00	03/06/2011	21/02/2013	1
1	755542	09072455000197 - PREF MUN DE PEDRAS DE FOGO	157.500,00	7.500,00		-	03/06/2011	08/03/2013	1
1	755543	11043981000170 - PREF MUN DE ALAGOINHA	105.000,00	5.000,00		-	03/06/2011	13/12/2012	1
1	755544	45746112000124 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLANDIA	130.000,00	30.000,00		-	22/06/2011	31/01/2013	1
1	755545	13113626000156 - PREF MUN DE NOSSA SENHORA	5.000,00	5.000,00		-	09/06/2011	26/12/2012	1

		DA GLORIA							
1	755546	01612512000171 - PREF MUN DE BARAUNA	105.000,00	5.000,00	23.809,52	23.809,52	18/06/2011	02/02/2013	1
1	755547	13233036000167 - PREF MUN DE GAVIAO	105.000,00	5.000,00		-	01/07/2011	24/03/2013	1
1	755549	07598618000144 - PREF MUN DE COREAU	155.000,00	5.000,00	53.225,81	53.225,81	02/07/2011	28/12/2012	1
1	755550	51842177000176 - POPULINA PREFEITURA	103.000,00	3.000,00		-	15/06/2011	21/01/2013	1
1	755551	05853163000130 - PREF MUN DE MARABA	220.000,00	20.000,00	200.000,00	200.000,00	17/06/2011	25/02/2013	1
1	755552	88372883000101 - MUNICIPIO DE PAROBE	170.000,00	20.000,00	127.300,00	127.300,00	18/06/2011	02/09/2012	1
1	755553	07680846000169 - PREF MUN DE IPUEIRAS	153.062,00	3.062,00		-	23/06/2011	26/03/2013	1
1	755554	44435121000131 - PREF MUN DE BURITAMA	111.000,00	11.000,00		-	16/06/2011	23/01/2013	1
1	755555	26867770000120 - BURITI DE GOIAS PREFEITURA MUNICIPAL	105.000,00	5.000,00	99.689,86	99.689,86	08/06/2011	28/09/2012	1
1	755556	08870164000181 - PREF MUN DE CONGO	104.747,00	4.746,58		-	04/06/2011	06/12/2012	1
1	755557	09084815000170 - PREF MUN DE PATOS	1.003.000,00	103.000,00	220.737,78	220.737,78	21/06/2011	31/10/2012	1
1	755561	08924003000123 - PREF MUN DE CARRAPATEIRA	105.000,00	5.000,00		-	17/06/2011	31/01/2013	1
1	755562	13782479000107 - PREF MUN DE BOTUPORA	5.000,00	5.000,00		-	17/06/2011	11/10/2012	1
1	755563	12464301000155 - PREF MUN DE TARRAFAS	111.180,00	11.180,00	34.610,54	34.610,54	17/06/2011	14/01/2013	1
1	755564	06553796000196 - PREF MUN DE PAULISTANA	105.000,00	5.000,00	75.000,00	75.000,00	20/06/2011	01/02/2013	1
1	755565	07744303000168 - PREF MUN DE QUIXERAMOBIM	232.900,00	32.900,00	76.427,65	76.427,65	09/06/2011	21/12/2012	1
1	755566	44563583000134 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU	10.000,00	10.000,00		-	22/06/2011	02/03/2013	1
1	755567	13106935000107 - PREF MUN DE POCO VERDE	155.400,00	5.400,00	150.000,00	150.000,00	10/06/2011	02/06/2012	1
1	755568	08362287000101 - ESPIRITO SANTO PREFEITURA	105.000,00	5.000,00		-	23/06/2011	11/02/2013	1
1	755569	12553806000196 - MUNICIPIO DE MIRANDA DO NORTE	3.093,00	3.092,78		-	18/06/2011	21/01/2013	5
1	755570	08882524000165 - PREF MUN DE SANTA TERESINHA	3.000,00	3.000,00		-	10/06/2011	25/12/2012	1
1	755571	01612593000100 - PREF MUN DE MORRO DO CHAPEU DO PIAUI	105.000,00	5.000,00	40.476,19	40.476,19	22/06/2011	07/02/2013	1
1	755572	14105704000133 - PREF MUN DE BRUMADO	8.334,00	8.334,00		-	10/06/2011	21/12/2012	5
1	755573	08348971000139 - PREF MUN DE MOSSORO	783.500,00	183.500,00		-	09/06/2011	28/01/2013	1
1	755577	27165687000171 - PREF MUN DE MUNIZ FREIRE	102.604,00	2.603,80	100.000,00	100.000,00	23/06/2011	11/02/2013	1
1	755578	13857123000195 - PREF MUN DE CANDIDO SALES	3.000,00	3.000,00		-	23/06/2011	20/02/2013	1

1	755579	32846347000146 - PREF MUN DE SANTANA DO SAO FRANCISCO	105.000,00	5.000,00		-	11/06/2011	13/06/2012	1
1	755580	07566920000110 - PREF MUN DE MORRINHOS	102.041,00	2.040,82	100.000,00	100.000,00	24/06/2011	11/07/2012	3
1	755581	09074998000143 - PREF MUN DE SAO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO	105.000,00	5.000,00		-	10/06/2011	26/01/2013	1
1	755582	16445843000131 - ITAGUACU DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL	3.000,00	3.000,00		-	24/06/2011	11/12/2012	1
1	755584	10264406000135 - PREF MUN DE PESQUEIRA	156.250,00	6.250,00		-	11/06/2011	26/12/2012	1
1	755586	08924037000118 - PREF MUN DE BONITO DE SANTA FE	5.000,00	5.000,00		-	10/06/2011	21/01/2013	1
1	755587	09073628000191 - PREF MUN DE MONTEIRO	153.100,00	3.100,00		-	26/06/2011	12/02/2013	1
1	755588	07663941000154 - MUNICIPIO DE ITAREMA/PREFEITURA MUNICIPAL	154.850,00	4.850,00	63.593,80	63.593,80	27/07/2011	17/03/2013	1
1	755589	13124052000111 - PREF MUN DE LAGARTO	208.333,00	8.333,33		-	11/06/2011	19/01/2013	1
1	755590	10091494000110 - MUNICIPIO DE AGRESTINA	10.000,00	10.000,00		-	23/06/2011	10/02/2013	1
1	755591	33331661000159 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUACU DE GOIAS	105.000,00	5.000,00	26.666,66	26.666,66	18/06/2011	29/10/2012	1
1	755593	08148462000162 - PREF MUN DE ALEXANDRIA	103.000,00	3.000,00		-	17/06/2011	26/02/2013	1
1	755594	13119300000136 - PREF MUN DE TOBIAS BARRETO	160.000,00	10.000,00		-	11/06/2011	12/02/2013	1
1	755596	07598683000170 - PREF MUN DE MERUOCA	109.500,00	9.500,00	63.013,70	63.013,70	23/06/2011	05/02/2013	1
1	755597	01237403000111 - MUNICIPIO DE ARAGUATINS (PREFEITURA MUNICIPAL)	156.000,00	6.000,00	121.153,85	121.153,85	01/07/2011	17/02/2013	1
1	755598	01137116000130 - SANTA TEREZINHA DE GOIAS PREFEITURA MUNICIPAL	109.990,00	9.990,00	36.357,85	36.357,85	11/06/2011	13/01/2013	1
1	755599	56900848000121 - PREF MUN DE SANTA ISABEL	118.800,00	18.800,00		-	08/07/2011	14/07/2012	1
1	755600	06554737000132 - PREF MUN DE VALENCA DO PIAUI	160.000,00	10.000,00	86.250,00	86.250,00	30/06/2011	04/01/2013	1
1	755602	14195333000128 - PREF MUN DE ITUBERA	153.400,00	3.400,00	53.155,14	53.155,14	24/06/2011	24/10/2012	1
1	755603	07605850000162 - PREF MUN DE MARACANAU	1.580.770,00	380.770,10	181.569,04	1.118.055,64	30/06/2011	29/01/2013	1
1	755604	18158642000189 - PREF MUN DE IRAI DE MINAS	6.000,00	6.000,00		-	30/06/2011	05/03/2013	1
1	755605	83102756000179 - PREF MUN DE RIO NEGRINHO	165.000,00	15.000,00	141.400,00	141.400,00	11/06/2011	23/06/2012	2
1	755606	13720263000117 - PREF MUN DE MILAGRES	102.041,00	2.040,82		-	23/06/2011	07/02/2013	1
1	755607	13857701000193 - PREF MUN DE IBICUI	105.000,00	5.000,00		-	23/06/2011	07/02/2013	1

1	755608	01613663000144 - PREF MUN DE SOSSEGO	105.000,00	5.000,00		-	11/06/2011	24/03/2013	1
1	755609	01612635000102 - PREF MUN DE ASSUNCAO	101.000,00	21.000,00		-	01/07/2011	09/12/2012	1
1	755610	18026021000141 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELOPOLIS	115.000,00	17.500,00	31.395,00	31.395,00	28/07/2011	15/12/2012	1
1	755611	01612640000115 - PREF MUN DE CATURITE	5.000,00	5.000,00		-	22/06/2011	06/12/2012	1
1	755613	52942380000187 - PREF MUN DE MONTE AZUL PAULISTA	105.000,00	5.000,00		-	11/06/2011	19/12/2012	1
1	755614	01174580000104 - PREF MUN DE MARZAGAO	105.000,00	5.000,00	22.857,14	22.857,14	18/07/2011	29/03/2013	1
1	755616	13670658000152 - PREF MUN DE BARRA DA ESTIVA	105.000,00	5.000,00		-	22/06/2011	01/02/2013	1
1	755617	01615653000148 - PREF MUN DE POCO DANTAS	100.000,00	20.000,00		-	28/06/2011	04/03/2013	1
1	755621	08168940000104 - PREF MUN DE VARZEA	3.000,00	3.000,00		-	23/06/2011	02/02/2013	5
1	755622	12200143000126 - PREF MUN DE ATALAI A	125.000,00	25.000,00		-	24/06/2011	10/03/2013	1
1	755623	81648859000103 - PREF MUN DE BITURUNA	104.560,00	4.560,00	88.523,34	88.523,34	27/06/2011	06/01/2013	1
1	755625	10105955000167 - PREF MUN DE ARCOVERDE	225.000,00	25.000,00		-	25/06/2011	16/11/2012	1
1	755626	11097292000149 - PREF MUN DE LIMOEIRO	210.000,00	10.000,00		-	17/07/2011	03/10/2012	1
1	755627	13110564000129 - PREF MUN DE AMPARO DE SAO FRANCISCO	103.000,00	3.000,00		-	23/06/2011	29/01/2013	1
1	755628	06554414000149 - PREF MUN DE PORTO	5.000,00	5.000,00		-	19/06/2011	29/01/2013	5
1	755629	83102335000148 - PREF MUN DE BALNEARIO PICARRAS	112.000,00	12.000,00	45.178,57	45.178,57	01/07/2011	02/03/2013	1
1	755630	13698774000180 - PREF MUN DE EUCLIDES DA CUNHA	220.000,00	20.000,00		-	23/06/2011	18/02/2013	1
1	755631	12250916000189 - PREF MUN DE SANTANA DO IPANEMA	153.100,00	3.100,00		-	27/06/2011	20/02/2013	1
1	755635	11097292000149 - PREF MUN DE LIMOEIRO	210.000,00	10.000,00		-	23/06/2011	20/10/2012	1
1	755636	12367892000142 - PREF MUN DE CANAPI	10.000,00	10.000,00		-	30/06/2011	27/02/2013	1
1	755637	11358157000100 - ITAPETIM PREFEITURA	5.000,00	5.000,00		-	25/06/2011	14/02/2013	1
1	755638	01612559000135 - PREF MUN DE ACAUA	105.000,00	5.000,00	21.904,76	21.904,76	23/07/2011	15/04/2013	1
1	755639	10517563000105 - PREF MUN DE MIRAIMA	102.041,00	2.041,00	100.000,00	100.000,00	25/06/2011	24/02/2013	1
1	755640	06554406000100 - PREF MUN DE BARRAS	160.000,00	10.000,00	65.559,38	65.559,38	24/06/2011	03/02/2013	1
1	755641	02391654000119 - PREF MUN DE SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	3.500,00	3.500,00		-	24/06/2011	22/03/2013	5

1	755642	01302603000100 - PREF MUN DE CORUMBAIBA	104.900,00	4.900,00	100.000,00	100.000,00	28/07/2011	28/01/2013	1
1	755643	44919918000104 - PREF MUN DE LUCELIA	103.000,00	3.000,00		-	27/06/2011	30/01/2013	1
1	755644	13676788000100 - PREF MUN DE CACULE	155.000,00	5.000,00		-	24/06/2011	10/02/2013	1
1	755656	08993909000108 - PREF MUN DE ESPERANCA	7.500,00	7.500,00		-	23/06/2011	02/02/2013	1
1	755657	13858303000191 - PREF MUN DE IGUAI	158.000,00	8.000,00		-	23/06/2011	01/07/2012	1
1	755658	19382647000153 - GUARACIABA PREFEITURA	105.000,00	5.000,00	16.285,71	16.285,71	23/06/2011	09/01/2013	1
1	755659	08810350000125 - PREF MUN DE INGA	105.688,00	5.687,66	94.930,37	94.930,37	23/06/2011	02/02/2013	1
1	755661	13845896000151 - PREF MUN DE VALENTE	8.000,00	8.000,00		-	23/06/2011	02/02/2013	1
1	755662	10091619000102 - PREF MUN DE CACHOEIRINHA	135.000,00	35.000,00		-	30/06/2011	15/02/2013	1
1	755663	18338855000192 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMIRIM	105.000,00	5.000,00		-	01/07/2011	28/02/2013	1
1	755664	01612638000146 - PREF MUN DE CARAUBAS	105.027,00	5.026,52		-	08/07/2011	14/04/2013	1
1	755665	13677109000100 - PREF MUN DE JACARACI	5.000,00	5.000,00		-	01/07/2011	11/02/2013	1
1	755666	00145789000179 - PREF MUN DE CAMPINACU	105.000,00	5.000,00		-	10/07/2011	29/12/2012	1
1	755667	10358190000177 - PREF MUN DE PETROLINA	22.200,00	22.200,00		-	29/06/2011	03/02/2013	1
1	755668	14210512000197 - PREF MUN DE ITANHEM	102.390,00	2.400,00	99.990,00	99.990,00	23/06/2011	02/02/2013	1
1	755670	08738916000155 - PREF MUN DE LIVRAMENTO	105.000,00	5.000,00		-	25/06/2011	15/03/2013	1
1	755671	23515695000140 - PREF MUN DE PRESIDENTE BERNARDES	105.000,00	5.000,00		-	20/07/2011	02/02/2013	1
1	755672	08865636000108 - PREF MUN DE AROEIRAS	105.000,00	5.000,00	42.857,14	42.857,14	28/06/2011	06/02/2013	1
1	755673	23555196000186 - PREF MUN DE HORIZONTE	209.000,00	9.000,00	122.488,03	122.488,03	08/07/2011	16/12/2012	1
1	755676	08787236000121 - PREF MUN DE SOLANEA	154.001,00	4.001,23		-	18/06/2011	26/09/2012	1
1	755677	13128814000158 - PREF MUN DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO	240.000,00	40.000,00		-	26/06/2011	29/01/2013	1
1	755678	08294662000123 - PREF MUN DE ASSU	552.200,00	152.200,00	195.846,43	195.846,43	16/06/2011	20/04/2013	1
1	755679	06554968000146 - PREF MUN DE SAO FELIX DO PIAUI	5.000,00	5.000,00		-	24/07/2011	31/03/2013	5
1	755680	08928517000157 - PREF MUN DE BELEM	5.000,00	5.000,00		-	30/06/2011	01/03/2013	1
1	755685	08885139000171 - PREF MUN DE IGARACY	102.100,00	2.100,00		-	25/06/2011	11/01/2013	1
1	755686	76965789000187 - PREF MUN DE CARLOPOLIS	110.000,00	10.000,00		-	09/09/2011	12/02/2013	1
1	755687	27744184000150 - PREF MUN DE JAGUARE	155.000,00	5.000,00	57.677,42	57.677,42	22/07/2011	21/03/2013	1
1	755688	03452315000168 - PREF MUN DE MIRANDA	103.800,00	3.800,00		-	01/07/2011	01/03/2013	1

1	755689	08917080000156 - MUNICIPIO DE SAPE	105.000,00	5.000,00		-	28/06/2011	24/07/2012	1
1	755690	06554760000127 - PREF MUN DE AGUA BRANCA	105.000,00	5.000,00		-	25/06/2011	03/07/2012	1
1	755692	46634572000123 - PREF MUN DE CESARIO LANGE	105.000,00	5.000,00	52.380,95	52.380,95	01/07/2011	20/01/2013	1
1	755693	10105955000167 - PREF MUN DE ARCOVERDE	30.000,00	30.000,00		-	17/06/2011	22/12/2012	5
1	755694	18296673000104 - PREF MUN DE PAINEIRAS	105.000,00	5.000,00	66.666,67	66.666,67	26/06/2011	25/01/2013	1
1	755700	07731102000126 - PREF MUN DE PARAMBU	156.000,00	6.000,00	150.000,00	150.000,00	26/06/2011	11/01/2013	1
1	755701	17694860000175 - INIMUTABA PREFEITURA	110.000,00	10.000,00	61.772,73	61.772,73	21/07/2011	05/11/2012	1
1	755703	18334300000172 - PREF MUN DE CONCEICAO DE IPANEMA	106.000,00	6.000,00		-	29/07/2011	06/04/2013	1
1	755704	03217916000196 - PREF MUN DE BELA VISTA	3.000,00	3.000,00		-	30/06/2011	27/03/2013	1
1	755705	07978042000140 - PREF MUN DE AURORA	154.400,00	4.400,00		-	10/07/2011	01/02/2013	1
1	755706	07620701000172 - PREF MUN DE BREJO SANTO	102.100,00	2.100,00	44.662,10	44.662,10	24/06/2011	31/01/2013	1
1	755707	01612609000184 - PREF MUN DE SAO JOAO DO ARRAIAL	105.000,00	5.000,00	77.857,14	77.857,14	19/06/2011	29/12/2012	1
1	755708	06554067000154 - PREF MUN DE FLORIANO	220.000,00	20.000,00		-	01/07/2011	22/05/2012	1
1	755709	13825492000104 - PREF MUN DE LAJE	153.062,00	3.062,00	28.468,86	28.468,86	23/06/2011	21/12/2012	1
1	755711	45138070000149 - PREF MUN DE SANTA FE DO SUL	153.100,00	3.100,00		-	18/06/2011	23/12/2012	1
1	755712	07589369000120 - PREF MUN DE CASCAVEL	214.000,00	14.000,00		-	08/07/2011	13/12/2012	1
1	755713	07660350000123 - PREF MUN DE CAMOCIM	208.393,00	8.393,06	64.269,43	64.269,43	01/07/2011	16/12/2012	1
1	755714	07660350000123 - PREF MUN DE CAMOCIM	234.700,00	34.699,60	64.269,14	64.269,14	18/07/2011	08/01/2013	1
1	755716	06553887000121 - PREF MUN DE PIRACURUCA	105.000,00	5.000,00	55.680,00	55.680,00	12/07/2011	09/05/2012	2
1	755717	17695024000105 - PREF MUN DE CURVELO	217.392,00	17.392,00		-	07/07/2011	05/12/2012	1
1	755720	09071622000185 - PREF MUN DE LAGOA DE DENTRO	104.967,00	4.966,56	38.120,01	38.120,01	30/07/2011	08/03/2013	1
1	755721	08940694000159 - PREF MUN DE ITAPORANGA	180.000,00	30.000,00		-	27/06/2011	06/02/2013	1
1	755722	01605479000152 - PREF MUN DE BALNEARIO ARROIO DO SILVA	102.170,00	2.170,00	100.000,00	100.000,00	19/07/2011	23/01/2013	1
1	755723	01613077000108 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PERIQUITO	5.000,00	5.000,00		-	01/07/2011	07/01/2013	1
1	755724	07669682000179 - PREF MUN DE ICO	217.173,00	17.172,98		-	29/06/2011	02/02/2013	1
1	755729	08153819000109 - RODOLFO FERNANDES PREFEITURA	103.000,00	3.000,00		-	22/06/2011	24/01/2013	1

1	755730	10091585000156 - MUNICIPIO DE SAO CAETANO	160.000,00	10.000,00		-	02/07/2011	19/02/2013	1
1	755731	13100102000120 - PREF MUN DE FREI PAULO	102.100,00	2.100,00	100.000,00	100.000,00	02/07/2011	19/02/2013	1
1	755732	08902934000120 - PREF MUN DE CRUZ DO ESPIRITO SANTO	105.000,00	5.000,00	38.095,24	38.095,24	24/06/2011	10/01/2013	1
1	755733	08922718000147 - PREF MUN DE SAO MAMEDE	5.000,00	5.000,00		-	02/07/2011	26/12/2012	1
1	755739	08883951000168 - PREF MUN DE TEIXEIRA	105.000,00	5.000,00		-	24/06/2011	29/12/2012	1
1	755740	06553747000153 - PREF MUN DE IPIRANGA DO PIAUI	105.000,00	5.000,00	30.000,00	30.000,00	17/07/2011	27/01/2013	1
1	755741	01613208000149 - PREF MUN DE NAQUE	105.000,00	5.000,00		-	29/07/2011	01/04/2013	1
1	755744	01612343000170 - PREF MUN DE RIACHAO DO BACAMARTE	105.000,00	5.000,00		-	15/07/2011	29/01/2013	1
1	755745	08883217000107 - SAO JOSE DO SABUGY PREFEITURA	105.000,00	5.000,00		-	01/07/2011	10/02/2013	1
1	755749	10192854000170 - PREF MUN DE LAGOA DOS GATOS	10.000,00	10.000,00		-	23/06/2011	13/12/2012	1
1	755750	06554315000167 - PREF MUN DE CASTELO DO PIAUI	106.640,00	6.640,00		-	29/07/2011	07/07/2012	1
1	755752	06553697000104 - PREF MUN DE CONCEICAO DO CANINDE	105.000,00	5.000,00	17.142,86	17.142,86	15/07/2011	17/04/2013	1
1	755754	08917106000166 - PREF MUN DE MARI	185.000,00	35.000,00		-	02/07/2011	01/02/2013	1
1	755756	83102467000170 - PREF MUN DE CORUPA	105.000,00	5.000,00		-	07/07/2011	26/02/2013	1
1	755760	07744303000168 - PREF MUN DE QUIXERAMOBIM	210.000,00	10.000,00	61.523,80	61.523,80	03/07/2011	05/02/2013	1
1	755762	23444748000189 - PREF MUN DE QUIXADA	220.000,00	20.000,00		-	06/07/2011	23/02/2013	1
1	755763	01612771000100 - PREF MUN DE SERTAOZINHO	100.000,00	20.000,00	21.920,00	21.920,00	14/07/2011	13/02/2013	1
1	755764	18468041000172 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DA FORTALEZA	105.000,00	5.000,00		-	09/07/2011	18/02/2013	1
1	755776	01612579000106 - MUNICIPIO DE CURRALINHOS- PREFEITURA MUNICIPAL	105.000,00	5.000,00	20.000,00	20.000,00	08/07/2011	21/02/2013	1
1	755778	18557595000146 - PREF MUN DE LAGOA DOURADA	105.000,00	5.000,00		-	15/07/2011	11/01/2013	1
1	755779	03239019000183 - PREF MUN DE GUARANTA DO NORTE	105.000,00	5.000,00		-	15/07/2011	11/01/2013	1
1	755780	13691811000128 - CASA NOVA PREFEITURA	210.000,00	10.000,00		-	08/07/2011	12/02/2013	1

1	755782	18348730000143 - PREF MUN DE VIRGEM DA LAPA	2.500,00	2.500,00		-	06/08/2011	07/03/2013	1
1	755783	18307405000132 - DIVINOLANDIA DE MINAS PREFEITURA	105.000,00	5.000,00	76.190,47	76.190,47	05/08/2011	11/03/2013	1
1	755784	82892316000108 - PREF MUN DE PALHOCA	187.500,00	37.500,00		-	20/07/2011	18/01/2013	1
1	755786	01067081000100 - PREF MUN DE ARUANA	110.000,00	10.000,00	100.000,00	100.000,00	14/07/2011	21/09/2012	1
1	755788	08884066000101 - PREF MUN DE VARZEA	105.000,00	5.000,00		-	09/07/2011	02/12/2012	1
1	755789	06554257000171 - PREF MUN DE CORRENTE	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	12/07/2011	09/03/2013	1
1	755790	02506012000118 - PREF MUN DE GOIANAPOLIS	105.000,00	5.000,00	74.285,71	74.285,71	15/07/2011	27/02/2013	1
1	755796	66230384000147 - PREF MUN DE JAMPRUCA	102.100,00	2.100,00		-	23/07/2011	29/01/2013	1
1	755798	63386627000142 - PREF MUN DE CHORO	103.000,00	3.000,00	44.660,19	44.660,19	16/07/2011	25/03/2013	1
1	755799	07669682000179 - PREF MUN DE ICO	263.133,00	63.133,30		-	06/07/2011	15/01/2013	1
1	755809	07817993000138 - AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO	111.200,00	11.200,00		-	15/07/2011	31/12/2012	1
1	755810	08944084000123 - PREF MUN DE EMAS	105.000,00	5.000,00		-	15/07/2011	21/03/2013	1
1	755815	07817993000138 - AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO	11.200,00	11.200,00		-	16/07/2011	31/12/2012	5
1	755818	06554877000100 - PREF MUN DE MONSENHOR GIL	105.000,00	5.000,00		-	16/07/2011	21/12/2012	1
1	755821	09069709000118 - PREF MUN DE SAO BENTO	4.000,00	4.000,00		-	14/07/2011	16/12/2012	1
1	755827	76208487000164 - PREF MUN DE PALOTINA	114.000,00	14.000,00		-	20/07/2011	12/12/2012	1
1	755828	06554323000103 - PREF MUN DE ALTO LONGA	5.000,00	5.000,00		-	23/07/2011	30/12/2012	1
1	755829	12250916000189 - PREF MUN DE SANTANA DO IPANEMA	153.100,00	3.100,00		-	16/07/2011	17/03/2013	1
1	755830	08939944000130 - PREF MUN DE AGUIAR	100.000,00	20.000,00	16.000,00	16.000,00	15/07/2011	16/01/2013	1
1	755831	46710422000151 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA	153.100,00	3.100,00		-	22/07/2011	24/12/2012	1
1	755834	18083055000178 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRALIA	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	29/07/2011	17/09/2012	1
1	755835	09151598000194 - PREF MUN DE VISTA SERRANA	20.000,00	20.000,00		-	26/07/2011	31/12/2012	1
1	755836	02394757000132 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAS DE GOIAS	3.900,00	3.900,00		-	23/07/2011	09/12/2012	1
1	755841	18283101000182 - PREF MUN DE ITACARAMBI	110.000,00	10.000,00	58.181,82	58.181,82	15/07/2011	19/02/2013	1
1	755843	23489834000108 - PREF MUN DE TEJUCUOCA	110.000,00	10.000,00	100.000,00	100.000,00	20/07/2011	06/05/2012	3

1	755844	08700684000146 - PREF MUN DE ALAGOA NOVA	103.000,00	3.000,00		-	15/07/2011	06/03/2013	1
1	755848	17884412000134 - PREF MUN DE ANDRADAS	156.000,00	6.000,00	75.069,14	75.069,14	28/07/2011	29/12/2012	1
1	755849	10380608000142 - PREF MUN DE PARAIPABA	155.200,00	5.200,00	76.544,46	76.544,46	23/07/2011	01/01/2013	1
1	755851	01612689000178 - PREF MUN DE MATUREIA	105.000,00	5.000,00		-	23/07/2011	02/01/2013	1
1	755852	12242020000158 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ DESERTO	107.773,00	7.773,29	74.947,41	74.947,41	05/09/2011	22/02/2013	1
1	755854	06553937000170 - PREF MUN DE OEIRAS	105.000,00	5.000,00		-	22/07/2011	03/12/2012	1
1	755859	13076534000143 - EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO SA	333.400,00	33.400,00		-	23/07/2011	14/12/2012	1
1	755866	18414565000180 - PREF MUN DE PEDRA AZUL	4.000,00	4.000,00		-	22/07/2011	05/12/2012	1
1	755888	18629840000183 - PREF MUN DE POCOS DE CALDAS	187.500,00	37.500,00	127.954,40	127.954,40	01/08/2011	15/12/2012	1
1	755899	65711723000144 - PREF MUN DE ELISIARIO	117.000,00	17.000,00		-	04/08/2011	20/03/2013	1
1	755911	22679153000140 - PREF MUN DE SAO FRANCISCO	240.000,00	40.000,00		-	05/08/2011	16/02/2012	1
1	755914	18017384000110 - PREF MUN DE TAIOBEIRAS	102.500,00	2.500,00		-	26/08/2011	01/04/2013	1
1	755979	27744150000166 - PREF MUN DE IBATIBA	30.000,00	30.000,00		-	02/09/2011	22/02/2013	1
1	755980	01123678000124 - PREF MUN DE NOVA VENEZA	105.000,00	5.000,00	85.714,28	85.714,28	05/09/2011	25/12/2012	1
1	756241	11568465000160 - COMPANHIA PAULISTA DE EVENTOS E TURISMO - CPETUR	446.753,00	89.350,50	178.701,00	178.701,00	01/12/2011	31/12/2012	1
1	756265	12241675000101 - PREF MUN DE QUEBRANGULO	120.000,00	20.000,00	75.000,00	75.000,00	30/09/2011	13/07/2012	1
1	756266	10517878000152 - PREF MUN DE TURURU	105.900,00	5.900,00	100.000,00	100.000,00	30/09/2011	07/09/2012	1
1	756406	03500589000185 - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	375.028,00	75.005,50	222.368,25	222.368,25	14/10/2011	05/01/2013	1
1	756439	18414573000127 - PREF MUN DE ITAOBIM	103.000,00	3.000,00		-	01/11/2011	31/01/2012	1
1	756440	07817993000138 - AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO	132.345,00	13.234,47	50.000,00	50.000,00	19/12/2011	19/03/2013	1
1	756474	46189718000179 - PREF MUN DE PEDERNEIRAS	106.000,00	6.000,00		-	10/10/2011	13/01/2013	1
1	756504	07810468000190 - PREF MUN DE IGUATU	227.500,00	27.500,00	182.400,00	182.400,00	12/10/2011	01/05/2012	1
1	756545	00671077000193 - SECRETARIA DO TURISMO	181.111,00	18.111,11	163.000,00	163.000,00	14/10/2011	17/09/2012	1
1	756621	08113327000181 - SECRETARIA DE TURISMO	201.396,00	20.139,56	181.256,02	181.256,02	14/10/2011	04/01/2013	1
1	757610	08168775000182 - PREF MUN DE TIBAU DO SUL	110.000,00	10.000,00		-	10/11/2011	21/12/2012	1
1	757776	88585518000185 - PREF MUN DE CANELA	13.750,00	13.750,00		-	12/11/2011	01/12/2012	1

1	757933	08946006000168 - EMPRESA PARAIBANA DE TURISMO S/A-PB-TUR	191.149,00	25.766,13		165.383,00	10/11/2011	25/04/2012	1
1	759114	10462349000107 - PREF MUN DE CROATA	105.200,00	5.200,00	95.320,00	95.320,00	25/11/2011	14/09/2012	1
1	759393	05662046000190 - EMPRESA ESTADUAL DE TURISMO - AMAZONASTUR	171.000,00	17.100,00	153.900,00	153.900,00	25/11/2011	16/02/2013	1
1	759462	06554943000142 - PREF MUN DE REGENERACAO	105.000,00	5.000,00	81.460,00	81.460,00	02/12/2011	23/08/2012	1
1	759463	45145414000147 - PREF MUN DE NEVES PAULISTA	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	02/12/2011	25/09/2012	1
1	759493	17005000000187 - PREF MUN DE GALILEIA	104.100,00	4.100,00	81.364,03	81.364,03	02/12/2011	29/12/2012	1
1	759593	08783132000149 - SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO PIAUI	177.110,00	50.072,99	127.037,04	127.037,04	30/11/2011	07/03/2013	1
1	759599	16444069000144 - PREF MUN DE NOVA FATIMA	102.500,00	2.500,00	56.780,49	56.780,49	03/12/2011	31/12/2012	1
1	759603	06554109000157 - PREF MUN DE JERUMENHA	105.000,00	5.000,00	85.638,10	85.638,10	07/12/2011	16/01/2013	1
1	759777	11294378000161 - PREF MUN DE PRIMAVERA	208.430,00	8.430,00	161.404,80	161.404,80	08/12/2011	06/03/2013	1
1	759778	10273548000169 - PREF MUN DE CORTES	208.430,00	8.430,00	161.404,80	161.404,80	08/12/2011	14/03/2013	1
1	759941	45302130000117 - PREF MUN DE SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	103.040,00	3.040,00	100.000,00	100.000,00	22/12/2011	14/03/2013	1
1	760071	76972082000106 - PREF MUN DE DIAMANTE DO NORTE	105.000,00	5.000,00		-	08/12/2011	03/04/2013	1
1	760184	10264406000135 - PREF MUN DE PESQUEIRA	105.000,00	5.000,00	48.514,00	48.514,00	30/12/2011	16/09/2012	1
1	760185	76208826000102 - PREF MUN DE CORBELIA	102.100,00	2.100,00	38.086,00	38.086,00	09/12/2011	09/09/2012	1
1	760186	01613204000160 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PINGO D'AGUA	102.041,00	2.040,82	100.000,00	100.000,00	21/12/2011	12/07/2012	2
1	760187	76205814000124 - PREF MUN DE MARECHAL CANDIDO RONDON	116.446,00	16.446,46	97.866,67	97.866,67	15/12/2011	31/08/2012	1
1	760241	13714464000101 - PREF MUN DE CANARANA	104.000,00	4.000,00	76.956,82	76.956,82	15/12/2011	01/08/2012	1
1	760401	01613395000160 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA DE MINAS	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	29/12/2011	22/07/2012	2
1	760402	13805528000180 - PREF MUN DE MATA DE SAO JOAO	102.400,00	2.400,00	100.000,00	100.000,00	16/12/2011	02/05/2012	1
1	760403	10273548000169 - PREF MUN DE CORTES	103.000,00	3.000,00		-	17/12/2011	17/03/2012	1
1	761209	76017458000115 - PREF MUN DE PARANAGUA	327.996,00	27.996,00	300.000,00	300.000,00	16/12/2011	11/03/2013	1
1	761210	18836973000120 - PREF MUN DE SANTO ANTONIO DO GRAMA	104.650,00	4.650,00	100.000,00	100.000,00	29/12/2011	03/07/2012	1

1	761212	41522251000113 - PREF MUN DE BURITI DOS MONTES	105.000,00	5.000,00	94.285,71	94.285,71	20/12/2011	17/04/2013	1
1	761213	01612481000159 - PINTOPOLIS PREFEITURA MUNICIPAL	102.100,00	2.100,00	100.000,00	100.000,00	23/12/2011	29/01/2013	1
1	761398	23555279000175 - PREF MUN DE CHOROZINHO	103.000,00	3.000,00		-	24/12/2011	11/02/2013	1
1	761400	88073291000199 - PREF MUN DE BAGE	113.400,00	13.400,00		-	21/12/2011	01/03/2012	1
1	761401	01068055000104 - TAQUARAL DE GOIAS PREFEITURA MUNICIPAL	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	24/12/2011	18/09/2012	1
1	761402	13225131000119 - PREF MUN DE TANQUE NOVO	103.000,00	3.000,00	100.000,00	100.000,00	20/12/2011	02/01/2013	1
1	761403	11294378000161 - PREF MUN DE PRIMAVERA	103.000,00	3.000,00		-	20/12/2011	20/03/2012	1
1	761646	76217017000167 - PREF MUN DE BOA ESPERANCA	102.204,00	2.204,00	100.000,00	100.000,00	23/12/2011	23/07/2012	1
1	761647	88073291000199 - PREF MUN DE BAGE	104.760,00	8.400,00		-	23/12/2011	29/03/2013	1
1	761648	02321917000113 - PREF MUN DE FIRMINOPOLIS	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	24/12/2011	15/09/2012	1
1	761649	01319326000149 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURAI	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	24/12/2011	15/09/2012	1
1	761651	01620744000171 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO	102.500,00	2.500,00	77.710,00	77.710,00	23/12/2011	13/08/2012	1
1	762093	83108357000115 - PREF MUN DE BLUMENAU	120.000,00	20.000,00	23.750,00	23.750,00	22/12/2011	09/03/2013	1
1	762094	01761113000172 - PREF MUN DE SANTA ROSA DE GOIAS	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	24/12/2011	11/09/2012	1
1	762095	66229105000125 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITAO ANDRADE	105.840,00	5.840,00	100.000,00	100.000,00	30/12/2011	15/07/2012	2
1	762097	76105568000139 - QUATRO BARRAS PREFEITURA	105.000,00	5.000,00		-	27/12/2011	05/03/2012	1
1	762307	04808290000155 - FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL	287.333,00	68.076,98	219.256,02	219.256,02	20/12/2011	11/03/2013	1
1	762309	18017392000167 - PREF MUN DE JANAUBA	105.480,00	8.438,40		-	25/12/2011	31/03/2012	1
1	762310	18017442000106 - PREF MUN DE BRASILIA DE MINAS	102.500,00	2.500,00	100.000,00	100.000,00	30/12/2011	13/02/2013	1
1	762560	18334276000171 - PREF MUN DE BOM JESUS DO GALHO	102.500,00	2.500,00	100.000,00	100.000,00	30/12/2011	13/07/2012	2
1	762562	45279627000161 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACAIA	153.500,00	3.500,00	150.000,00	150.000,00	28/12/2011	11/12/2012	1
1	762564	45148970000177 - ORINDIUA PREFEITURA	103.000,00	3.000,00		-	30/12/2011	30/03/2012	1

1	762565	41522376000143 - PREF MUN DE COLONIA DO PIAUI	105.000,00	5.000,00		-	30/12/2011	14/02/2013	1
1	762567	87958666000135 - SECRETARIA DO TURISMO	383.282,00	76.656,48	250.000,00	250.000,00	21/12/2011	30/01/2013	1
1	762568	07683188000169 - PREF MUN DE IRAUCUBA	103.000,00	3.000,00	92.104,20	92.104,20	28/12/2011	05/07/2012	1
1	762628	10358190000177 - PREF MUN DE PETROLINA	2.192.000,00	192.000,00		-	21/12/2011	30/03/2013	1
1	762685	05149166000198 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINOPOLIS	102.100,00	2.100,00	84.534,80	84.534,80	26/12/2011	14/02/2013	1
1	762957	01596018000160 - PREF MUN DE TAMANDARE	312.800,00	12.800,00		-	20/12/2011	03/04/2013	1
1	762975	13076534000143 - EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO SA	100.160,00	19.049,97	81.110,03	81.110,03	21/12/2011	04/04/2013	1
1	763019	10150043000107 - PREF MUN DE GOIANA	326.125,00	26.125,00	266.197,40	266.197,40	20/12/2011	19/04/2013	1
1	763030	13761689000119 - PREF MUN DE CARAVELAS	949.500,00	49.500,00	600.000,00	600.000,00	27/12/2011	28/02/2013	1
1	763251	10264406000135 - PREF MUN DE PESQUEIRA	326.125,00	26.125,00		-	20/12/2011	03/04/2013	1
1	763289	11097292000149 - PREF MUN DE LIMOEIRO	326.125,00	26.125,00	266.197,40	266.197,40	20/12/2011	16/05/2013	1
1	763352	11049806000190 - PREF MUN DE CHA GRANDE	208.430,00	8.430,00	161.404,80	161.404,80	21/12/2011	10/02/2013	1
1	763439	06554166000136 - PREF MUN DE RIO GRANDE DO PIAUI	105.000,00	5.000,00		-	30/12/2011	09/03/2012	1
1	763440	07810468000190 - PREF MUN DE IGUATU	120.700,00	20.700,00	60.000,00	60.000,00	27/12/2011	24/07/2012	1
1	763443	23555196000186 - PREF MUN DE HORIZONTE	107.278,00	7.278,23	100.000,00	100.000,00	31/12/2011	12/02/2013	1
1	763444	17990714000197 - CENTRAL DE MINAS PREFEITURA	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	30/12/2011	24/06/2012	1
1	763451	22680672000128 - PREF MUN DE CORACAO DE JESUS	123.000,00	2.460,00		-	30/12/2011	16/12/2012	1
1	763453	01020881000175 - PREF MUN DE DELTA	102.500,00	2.500,00	84.888,84	84.888,84	30/12/2011	10/10/2012	1
1	763454	22705248000190 - SAO JOAO DO MANTENINHA PREFEITURAL MUNICIPAL	104.000,00	4.000,00	56.089,77	56.089,77	30/12/2011	19/10/2012	1
1	763819	63606479000124 - GOVERNO DO ESTADO DO ACRE	119.850,00	11.985,00	20.000,00	20.000,00	30/12/2011	30/03/2013	1
1	764032	10091619000102 - PREF MUN DE CACHOEIRINHA	208.430,00	8.430,00		-	20/12/2011	03/04/2013	1
1	764033	11361219000132 - PREF MUN DE CEDRO	208.430,00	8.430,00		-	20/12/2011	03/04/2013	1
1	764036	18140764000148 - PREF MUN DE SACRAMENTO	5.000,00	5.000,00		-	31/12/2011	08/02/2013	5
1	764037	11097367000191 - PREF MUN DE SALGADINHO	208.430,00	8.430,00	161.404,80	161.404,80	20/12/2011	16/03/2013	1
1	764043	07963861000114 - PREF MUN DE PACATUBA	209.000,00	9.000,00		-	29/12/2011	20/02/2012	1

1	764170	10114502000105 - PREF MUN DE ITACURUBA	208.430,00	8.430,00	161.404,80	161.404,80	20/12/2011	05/02/2013	1
1	764241	18385120000110 - SIMONESIA PREFEITURA	102.500,00	2.500,00	67.300,00	67.300,00	31/12/2011	14/09/2012	1
1	764248	01612887000131 - LUISLANDIA PREFEITURA MUNICIPAL	102.100,00	2.100,00	87.839,25	87.839,25	31/12/2011	05/03/2013	1
1	764477	08750791000189 - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	210.000,00	42.000,00	120.748,30	120.748,30	21/12/2011	24/02/2013	1
1	764529	11294402000162 - PREF MUN DE CABO DE SANTO AGOSTINHO	312.500,00	12.500,00		-	30/12/2011	22/03/2012	1
1	764547	25224304000163 - PREF MUN DE ICARAI DE MINAS	102.100,00	2.100,00		-	30/12/2011	30/12/2012	1
1	764551	13655436000160 - PREF MUN DE SAO DESIDERIO	143.600,00	2.900,00	140.503,90	140.503,90	30/12/2011	04/03/2013	1
1	764660	11097391000120 - PREF MUN DE CUMARU	208.430,00	8.430,00	161.404,80	161.404,80	20/12/2011	03/04/2013	1
1	764665	10091551000161 - PREF MUN DE RIACHO DAS ALMAS	208.430,00	8.430,00	161.404,80	161.404,80	20/12/2011	25/03/2013	1
1	764667	45094901000128 - POTIRENDABA PREFEITURA	102.200,00	2.200,00	78.131,12	78.131,12	31/12/2011	10/12/2012	1
1	764673	90256660000120 - TERRA DE AREIA PREFEITURA MUNICIPAL	105.380,00	5.379,98	100.000,00	100.000,00	29/12/2011	12/09/2012	1
1	764705	11251832000105 - PREF MUN DE SAO LOURENCO DA MATA	1.087.800,00	87.800,00		-	31/12/2011	09/04/2013	1
1	764802	07551179000114 - PREF MUN DE QUITERIANOPOLIS	102.500,00	2.500,00	100.000,00	100.000,00	31/12/2011	12/02/2013	1
1	764806	63606479000124 - GOVERNO DO ESTADO DO ACRE	102.387,00	10.238,67	30.716,01	30.716,01	30/12/2011	10/07/2013	1
1	764830	29541968000107 - NITEROI - EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A - NELTUR	390.000,00	40.000,00	50.000,00	50.000,00	26/12/2011	10/01/2013	1
1	764900	07817993000138 - AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO	111.163,00	11.163,27		-	31/12/2011	31/03/2012	1
1	764927	90256686000179 - PREF MUN DE CIDREIRA	105.000,00	5.000,00		-	30/12/2011	10/03/2012	1
1	764946	03507415002511 - MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO	1.115.000,00	115.000,00		-	30/12/2011	31/05/2013	1
1	764963	07911696000157 - PREF MUN DE AQUIRAZ	767.450,00	67.450,00		-	23/12/2011	14/12/2012	1
1	765143	18409193000102 - PREF MUN DE MARILAC	102.500,00	2.500,00	100.000,00	100.000,00	30/12/2011	15/07/2012	1
1	765147	07620701000172 - PREF MUN DE BREJO SANTO	2.356,00	2.356,33		-	31/12/2011	12/02/2013	5
1	765149	07817993000138 - AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO	111.163,00	11.163,27		-	31/12/2011	31/03/2012	1

1	765230	08778300000108 - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO E DO DESENVOLVIMENTO EC	336.240,00	36.240,00		-	29/12/2011	14/12/2012	1
1	765239	01303221000100 - PREF MUN DE GOIANDIRA	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	30/12/2011	27/01/2013	1
1	765349	04628046000100 - PREF MUN DE CAAPIRANGA	3.000,00	3.000,00		-	31/12/2011	12/02/2013	1
1	766002	01612651000103 - PREF MUN DE GADO BRAVO	102.100,00	2.100,00	100.000,00	100.000,00	31/12/2011	28/01/2013	1
1	766117	04808290000155 - FUNDACAO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL	350.100,00	50.100,00	300.000,00	300.000,00	30/12/2011	29/01/2013	1
1	766119	07810468000190 - PREF MUN DE IGUATU	545.500,00	45.500,00	64.436,30	64.436,30	28/12/2011	15/04/2013	1
1	767060	69977734000121 - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR	161.030,00	16.102,96	70.000,00	70.000,00	30/12/2011	07/02/2013	1
1	767074	04808290000155 - FUNDACAO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL	135.000,00	15.000,00	120.000,00	120.000,00	30/12/2011	20/10/2012	1
1	767430	46319000000150 - PREF MUN DE GUARULHOS	2.220.944,00	222.094,44	1.310.000,00	1.310.000,00	30/12/2011	25/02/2013	1
1	767763	46444063000138 - PREF MUN DE SOCORRO	618.675,00	30.000,00	294.275,00	294.275,00	30/12/2011	29/12/2014	1
1	767842	82575812000120 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO	150.000,00	6.000,00	100.000,00	100.000,00	30/12/2011	07/04/2013	1
1	767868	83108357000115 - PREF MUN DE BLUMENAU	100.700,00	10.700,00	35.000,00	35.000,00	30/12/2011	23/05/2013	1
1	767930	10358190000177 - PREF MUN DE PETROLINA	388.000,00	38.800,00	174.600,00	174.600,00	30/12/2011	09/04/2013	1
1	769265	03500589000185 - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	166.667,00	16.667,00	150.000,00	150.000,00	16/05/2012	01/01/2013	1
1	769319	18301069000110 - PREF MUN DE SERRA DA SAUDADE	102.380,00	2.380,00	95.441,81	95.441,81	16/05/2012	17/04/2013	1
1	769322	07605850000162 - PREF MUN DE MARACANAU	1.293.265,00	93.265,39	1.200.000,00	1.200.000,00	22/05/2012	12/12/2012	1
1	769337	76178029000120 - PREF MUN DE INACIO MARTINS	102.600,00	2.600,00		-	24/05/2012	01/03/2013	1
1	769338	06553929000124 - PREF MUN DE PEDRO II	155.200,00	5.200,00		-	23/05/2012	25/01/2013	1
1	769349	54801121000161 - PREF MUN DE PIRAPOZINHO	154.805,00	4.804,50		-	01/06/2012	05/03/2013	1
1	769357	01613169000180 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BELEM	102.260,00	2.260,00		-	31/05/2012	17/12/2012	1
1	769382	00766717000149 - PREF MUN DE SITIO NOVO DO TOCANTINS	102.510,00	2.510,00		-	31/05/2012	01/02/2013	1
1	769383	02468437000180 - SAO FRANCISCO DE GOIAS PREFEITURA	100.050,00	2.001,00	72.822,50	72.822,50	29/05/2012	16/03/2013	1
1	769385	31723570000133 - PREF MUN DE VARGEM ALTA	102.870,00	2.870,00		-	31/05/2012	17/12/2012	1

1	769397	06554737000132 - PREF MUN DE VALENCA DO PIAUI	103.600,00	3.600,00	48.001,93	48.001,93	13/06/2012	29/12/2012	1
1	769401	46410866000171 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA	103.961,00	3.960,50		-	08/06/2012	10/03/2013	1
1	769442	00114819000180 - PREF MUN DE SILVANOPOLIS	102.270,00	2.270,00		-	13/06/2012	29/01/2013	1
1	769455	09084815000170 - PREF MUN DE PATOS	897.280,00	38.240,00	817.393,87	817.393,87	06/06/2012	30/03/2013	1
1	769488	14105183000114 - PREF MUN DE BOM JESUS DA LAPA	163.043,00	13.043,48		-	05/06/2012	24/03/2013	1
1	769692	18404947000123 - MUNICIPIO DE OURO VERDE DE MINAS	103.000,00	3.000,00		-	06/06/2012	08/01/2013	1
1	769733	01613121000171 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIX DE MINAS	103.000,00	3.000,00		-	14/06/2012	27/03/2013	1
1	769786	23489834000108 - PREF MUN DE TEJUCUOCA	165.000,00	15.000,00		-	14/06/2012	25/10/2012	1
1	773859	46523114000117 - PREF MUN DE EMBU	2.174.000,00	174.000,00		-	09/11/2012	31/12/2013	1
1	775041	05589348000180 - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL	238.518,00	23.851,80		-	15/12/2012	30/10/2013	1
1	775042	87958666000135 - SECRETARIA DO TURISMO	421.292,00	43.890,00		-	15/12/2012	31/12/2013	1
1	775234	90936956000192 - PREF MUN DE ROLANTE	102.560,00	2.560,00		-	22/11/2012	10/04/2013	1
1	775411	08946006000168 - EMPRESA PARAIBANA DE TURISMO S/A-PB-TUR	299.775,00	72.591,97		-	05/12/2012	05/08/2013	1
1	776348	18296681000142 - PREF MUN DE POMPEU	104.701,00	4.701,00		-	12/12/2012	25/04/2013	1
1	776466	05662046000190 - EMPRESA ESTADUAL DE TURISMO - AMAZONASTUR	250.000,00	23.000,00		-	28/12/2012	30/11/2013	1
1	776836	13167851000175 - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO	621.500,00	71.500,00		-	14/12/2012	31/12/2013	1
1	776932	18428847000137 - PREF MUN DE PIRAJUBA	100.936,00	2.018,72		-	15/12/2012	31/03/2013	1
1	776954	00671077000193 - SECRETARIA DO TURISMO	300.000,00	30.000,00		-	15/12/2012	31/12/2013	1
1	777145	07605850000162 - PREF MUN DE MARACANAU	294.542,00	12.542,00		-	09/12/2012	30/06/2013	1
1	778253	08943268000179 - PREF MUN DE IBIARA	104.100,00	4.100,00		-	14/12/2012	12/05/2013	1
1	778257	01345909000144 - BURITI ALEGRE PREFEITURA	105.000,00	5.000,00		-	14/12/2012	13/06/2013	1
1	778464	08579242000193 - SECRETARIA DE TURISMO SETUR	107.080,00	5.354,00		-	07/12/2012	31/01/2013	1
1	778909	18602078000141 - LAGOA FORMOSA PREFEITURA	103.000,00	3.000,00		-	13/12/2012	30/03/2013	1

3	003	240005	4.500,00	-	4.500,00	4.500,00	21/03/2012	01/05/2012	4
<b>Fonte: Coordenações-Gerais de Convênios e de Planejamento, Orçamento e Finanças - CGCV e CGPOF</b>									

